



# Relatório e Contas 2010

2011 | Março | 03

RELATÓRIO E CONTAS  
**2010**

# INDICE

---

|   |    |
|---|----|
| MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO   | 7  |
| PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2010   | 11 |
| 1. ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO  | 15 |
| 2. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO   | 19 |
| 3. EVOLUÇÃO RECENTE   | 21 |
| 4. REDE RODOVIÁRIA CONCESSIONADA  | 25 |
| 5. ANÁLISE POR ÁREA DE NEGÓCIO  | 29 |
| 5.1 ANÁLISE DE RESULTADOS   | 30 |
| 5.2 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO   | 37 |
| 5.3 INVESTIMENTO EM CONSTRUÇÃO PRÓPRIA  | 46 |
| 5.4 CONCESSÕES  | 50 |
| 5.5 SUBCONCESSÕES   | 51 |
| 6. EMPRÉSTIMOS E GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO   | 53 |
| 7. FUNDOS COMUNITÁRIOS E ESFORÇO FINANCEIRO PÚBLICO   | 59 |
| 8. GOVERNO DA SOCIEDADE   | 63 |
| 8.1 ESTATUTOS E MISSÃO  | 64 |
| 8.2 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E POLÍTICAS DA EMPRESA   | 65 |
| 8.3 CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBJECTIVOS DE GESTÃO  | 68 |
| 8.4 REGULAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS  | 69 |
| 8.5 TRANSACÇÕES RELEVANTES E OUTRAS TRANSACÇÕES   | 70 |
| 8.6 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS   | 71 |
| 8.7 MODELO DE GOVERNO   | 71 |
| 8.8 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL  | 83 |
| 8.9 CUMPRIMENTO DE DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO  | 84 |
| 8.10 CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES SOBRE REDUÇÃO SALARIAL<br>E REMUNERAÇÕES DOS GESTORES PÚBLICOS | 84 |
| 8.11 CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS<br>ÀS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA                  | 85 |

# INDICE

---

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 8.12 | DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO                        | 86  |
| 8.13 | CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO       | 87  |
| 9.   | ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE                     | 89  |
| 9.1  | AUTONOMIA ECONÓMICO-FINANCEIRA                  | 90  |
| 9.2  | SEGURANÇA RODOVIÁRIA                            | 90  |
| 9.3  | AMBIENTE  | 91  |
| 9.4  | DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS                     | 96  |
| 9.5  | NÍVEIS DE SERVIÇO DA REDE                       | 97  |
| 9.6  | CONTRATAÇÃO                                     | 98  |
| 9.7  | GESTÃO DE FROTA E INSTALAÇÕES                   | 100 |
| 9.8  | RELAÇÕES COM PARCEIROS                          | 101 |
| 9.9  | RECURSOS HUMANOS                                | 103 |
| 9.10 | GESTÃO DO IMOBILIÁRIO                           | 105 |
| 9.11 | GESTÃO E CONTROLO DE RISCOS                     | 106 |
| 9.12 | AUDITORIA GERAL                                 | 107 |
| 9.13 | QUALIDADE                                       | 108 |
| 9.14 | INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO                      | 109 |
| 10.  | APLICAÇÃO DE RESULTADOS                         | 113 |
| 11.  | AGRADECIMENTOS                                  | 115 |
| 12.  | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS                       | 119 |
| 12.1 | BALANÇO   | 120 |
| 12.2 | DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS                     | 121 |
| 12.3 | DEMONSTRAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS | 122 |
| 12.4 | DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA                 | 123 |
| 12.5 | ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS              | 124 |
|      | RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL 2010     | 171 |
|      | CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS                   | 177 |
|      | RELATÓRIO DE AUDITORIA                          | 181 |

# GLOSSÁRIO

---

A / AE - Auto-estrada  
ACAP - Associação Automóvel de Portugal  
ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho  
AIA - Avaliação de Impacte Ambiental  
ANCP - Agência Nacional de Compras Públicas  
APA - Agência Portuguesa do Ambiente  
Apetro - Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas  
AT - Administração Tributária  
CAU - Centro de Atendimento ao Utente  
CC - Conservação Corrente  
CCP - Código dos Contratos Públicos  
CFRP - Laminados de fibra de carbono Sika CarboDur  
CGA - Caixa Geral de Aposentações  
CM - Câmara Municipal  
CP - Conservação Periódica  
CREL - Circular Regional Exterior de Lisboa  
CRIL - Circular Regional Interior de Lisboa  
CRS - Contribuição do Serviço Rodoviário  
DC - Direcções Contabilísticas  
DGAIEC - Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo  
DGEG - Direcção-Geral de Energia e Geologia  
DGO - Direcção-Geral do Orçamento  
DL - Decreto-Lei  
DPM - Dispositivos de Protecção aos Motociclistas  
DR - Delegação Regional  
DRCN - Direcção-Geral da Cultura Norte  
DUP - Declaração de Utilidade Pública  
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes  
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization  
EN - Estrada Nacional  
EPNF - Empresas Públicas Não Financeiras  
ER - Estrada Regional  
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional  
FEUP - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto  
GDP - Gross Domestic Product  
IAS - International Accounting Standards  
IC - Itinerário Complementar  
IDEFE - Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos, Financeiros e Empresariais  
IFRS - International Financial Reporting Standards  
IGCP - Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público  
INCI - Instituto da Construção e do Imobiliário, IP  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
INETI - Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação

# GLOSSÁRIO

---

INGA - Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola  
InIR - Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias, IP  
IP - Itinerário Principal  
IR - Inspeções de Rotina  
IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas  
ISCAP - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto  
ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão  
ISEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa  
ISP - Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos  
ITS - Sistemas de Transportes Inteligentes  
IVA / VAT - Imposto sobre o Valor Acrescentado  
LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil  
LUSOPONTE - Empresa privada concessionária para a travessia do tejo  
(Pontes 25 de Abril e Vasco da Gama)  
MLFF - Multi Lane Free Flow  
NCRF - Normas de Contabilidade e Relato Financeiro  
O & M - Operação e Manutenção  
O.A - Obra de Arte  
OE - Orçamento de Estado  
PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central  
POC - Plano Oficial de Contas  
PPP - Parcerias Público-Privadas  
PRN - Plano Rodoviário Nacional  
PSR - Plano de Segurança Rodoviária  
QCA - Quadro Comunitário de Apoio  
QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional  
RAI - Resultados Antes de Impostos  
RCM - Resolução de Conselho de Ministros  
REFER - Empresa Pública responsável pela gestão da infra-estrutura da rede ferroviária nacional  
RRN - Rede Rodoviária Nacional  
RSA - Regulamento de Segurança e Acções para a estrutura de Edifícios e Pontes  
SCUT - Auto-estrada sem Custos para o Utilizador  
SEE - Sector Empresarial do Estado  
SETF - Secretário de Estado de Tesouro e Finanças  
SGOA - Sistema de Gestão de Obras de Arte  
SGP - Stability and Growth Pact  
SGPav - Sistema de Gestão de Pavimentos  
SIG - Sistema de Informação Geográfica  
SNC - Sistema de Normalização Contabilística  
SR - Segurança Rodoviária  
SST - Segurança e Saúde no Trabalho  
UMIA - Unidade Móvel de Inspeção e Apoio



MENSAGEM  
**DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO**

---

Em 2010 cumpriu-se o primeiro ano de mandato da actual administração.

Ainda que com menor intensidade que nos dois anos anteriores, prosseguiu a reestruturação da empresa, ajustando a sua estrutura às responsabilidades que cabem à EP, no desenvolvimento do sector público rodoviário.

Manteve-se, porém a mesma preocupação na gestão racional dos seus custos de funcionamento – pessoal e serviços correntes de terceiros; ao mesmo tempo que se desenvolveram ajustamentos aos valores de investimento nas obras próprias, respondendo a restrições financeiras da conjuntura.

Os pagamentos relativos às Concessões Scuts, no total do ano de 724 Milhões de euros, associados à não concretização prevista no Orçamento de 2010, da introdução de portagens em Janeiro do mesmo ano, que só ocorreram em Julho e Outubro, o não lançamento da subconcessão Auto-Estradas do Centro, de onde a EP tinha previsto receber um “front-fee” de 200 Milhões de euros, bem como o não reembolso do IVA, que também havíamos previsto, ocasionaram fortes pressões de tesouraria, o que levou ao acréscimo de endividamento de 486 milhões de euros em todo o ano, além do reforço de capital realizado pelo accionista de 130 milhões de euros.

Em 2010 foram fortemente sentidos os efeitos da crise económica e financeira, desencadeada no ano anterior.

Também em 2010, foram concedidos os vistos pelo Tribunal de Contas aos contratos de subconcessão que antes haviam sido recusados pelo mesmo Tribunal.

No presente Relatório descrevemos mais pormenorizadamente o que foram as principais actividades da EP, bem como os valores contabilísticos apurados, de que realçamos o apuramento de um resultado antes de impostos de 143,6 Milhões de euros positivos.

---

Estes resultados, acrescidos do aumento de capital de 130 Milhões de euros, realizado pelo accionista Estado no final de 2010, permitiu aumentar de 412 para 645 Milhões de euros os capitais próprios da EP, melhorando assim a sua capacidade financeira, para o que também contribuiu a introdução de portagens iniciada em 2010 e a prosseguir em 2011.

Tendo presente contudo, a situação actual de tesouraria da EP, bem como as novas exigências a ocorrerem em 2013, 2014 e 2015, exigem a adopção de novas opções financeiras para a empresa, exactamente nos termos já assumidos pelo Governo, no Plano de Estabilidade e Crescimento.

O Conselho de Administração,

Almerindo da Silva Marques, Presidente

Eduardo Andrade Gomes, Vice-Presidente

Rui Nelson Ferreira Dinis, Vogal

José Emílio C. Garrido Castel-Branco, Vogal

Ana Sofia Côrte-Real de Matos Tomaz, Vogal





PRINCIPAIS  
ACONTECIMENTOS  
**EM 2010**

---

### **Fevereiro**

EN236-1: Conclusão da ligação da EN17 à Lousã/Variante de Foz do Arouce (que integra a subconcessão Pinhal Interior), numa extensão de 7,0 km.

### **Março**

O PEC Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 estabeleceu um conjunto de medidas relevantes na actividade da EP, das quais destacamos:

- "... a não assunção de novos compromissos relativos a concessões rodoviárias."
- "Introdução de portagens nas SCUT ..."
- "Avaliação e revisão do modelo de financiamento da empresa Estradas de Portugal"

Publicação do Acórdão do Tribunal de Contas concedendo "Visto Prévio" ao contrato de subconcessão do Douro Interior.

### **Abril**

Assinatura do Contrato de subconcessão do Pinhal Interior.

Conclusão do troço IC6 Catraia dos Poços/Côja, numa extensão de 13,0 km.

### **Junho**

Publicação do despacho do Tribunal de Contas concedendo "Visto Prévio" ao contrato de subconcessão do Baixo Tejo.

Conclusão dos trabalhos de execução do Nó da Pontinha do IC16, incluindo as ligações às Pedralvas e Av. Condes de Carnide, Alfornelos, Amadora, Brandoa e Pontinha (Estrada da Correia). Foi aberta a Plena Via da CRIL (IC17), entre o Nó de Alfornelos e o Nó da Pontinha, numa extensão de 600 metros.

### **Julho**

Assinatura dos acordos de alteração aos contratos das concessões Norte Litoral, Beiras Litoral e Alta, Norte, Grande Lisboa, Grande Porto e Costa de Prata, negociados pela Comissão de Negociação Interministerial, que permitiram a modificação do regime de remuneração das concessões e subsequente cobrança de portagens em benefício da EP.

Início da cobrança de portagens em benefício da EP nas concessões Norte e Grande Lisboa. Emissão dos despachos do Tribunal de Contas concedendo "Visto Prévio" aos contratos de subconcessão do Baixo Alentejo, do Algarve Litoral, da Auto-Estrada Transmontana e do Litoral Oeste.

Conclusão da ligação da EN351 Isna de Oleiros/Pontão do Laranjeiro (IC8) (para integrar a subconcessão Pinhal Interior), numa extensão de 14,0 km.

Conclusão da Variante à Ponte de Vila Formosa (EN369), numa extensão de 3,0 km.

Conclusão da Variante Norte de Loulé EN270/EN396 (1ª fase), numa extensão de 4,4 km.

Conclusão da Escarpa sobre o Porto de Sesimbra na EN378, numa extensão de 0,7 km.

---

---

### **Agosto**

Publicação do despacho do Tribunal de Contas concedendo “Visto Prévio” ao contrato de Emissão dos despachos conjuntos ministeriais que constituem as comissões de negociação dos contratos das concessões Algarve, Beira Interior, Beira Litoral e Alta, Interior Norte, Douro Litoral e Litoral Centro.

Conclusão das ligações viárias a Vila Nova de Cerveira e à EN13 (2ª fase) nos acessos à Ponte Internacional Cerveira/Goian, numa extensão de 1,1 km.

### **Setembro**

Concretização do ACORDO – “EP/Câmara M. Mafra/MAFRATLÂNTICO” assinado em 2009, integrando a A21 e a respectiva receita de portagem na concessão da EP.

Publicação da RCM 75/2010 que determinou a introdução de um regime de taxas de portagem nas concessões nas auto-estradas SCUT Norte Litoral, Grande Porto e Costa de Prata.

Conclusão da Variante Sul de Coimbra, IC2, numa extensão de 5,5 km.

Conclusão da Variante a Aguiar da Beira na EN229, numa extensão de 4,0 km.

Conclusão da Variante a Castelo de Vide, EN246-1, numa extensão de 2,0 km.

Conclusão da Variante à EN322, entre o IP3 e S. Martinho da Anta, numa extensão de 6,8 km.

### **Outubro**

Emissão do despacho do Tribunal de Contas concedendo “Visto Prévio” aos contratos de prestação dos serviços de cobrança de portagens nas concessões Costa de Prata, Grande Porto e Norte Litoral.

Início da cobrança de portagens concessões Norte Litoral, Grande Porto e Costa de Prata.

Conclusão da Variante da Nazaré na EN242 (faz parte da subconcessão Litoral Oeste), numa extensão de 4,9 km.

### **Dezembro**

Conclusão do alargamento do IC2, no Nó do IC36/Nó da EN109 (integra a subconcessão Litoral Oeste), numa extensão de 3,1 km.

Conclusão do lanço no IP2 Trancoso/Celorico da Beira (integra a subconcessão Douro Interior), numa extensão de 23,0 km.

Conclusão do lanço no IC5 – Murça/Carlão (integra a subconcessão Douro Interior), numa extensão de 7,0 km.

Conclusão da ligação ao Funchalinho (faz parte da subconcessão Baixo Tejo), numa extensão de 2,4 km.

Foi colocado em serviço o Nó da Damaia da CRIL (IC17), incluindo as ligações à rede viária da CM Amadora.



ENQUADRAMENTO  
**MACRO ECONÓMICO**

# 1. ENQUADRAMENTO

## MACRO ECONÓMICO

De acordo com o Boletim de Inverno do Banco de Portugal, publicado em Janeiro de 2011, prevê-se que a actividade económica portuguesa tenha registado um crescimento de 1,3% em 2010, caracterizada por uma desaceleração pronunciada na parte final do ano. De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o crescimento do PIB nos três primeiros trimestres de 2010 registou uma variação homóloga de 1,5%, a qual traduz, por um lado, o expressivo crescimento das exportações – proporcionado pelo significativo aumento da procura externa.

A evolução registada na procura global induziu um crescimento não negligenciável das importações, em termos homólogos, espelhando, em particular, os efeitos do crescimento das despesas de consumo com um elevado conteúdo importado.

A informação já entretanto disponível indicia a ocorrência de um abrandamento significativo da actividade económica, em termos homólogos, na parte final do ano. Este comportamento de desaceleração é extensível a todas as componentes da procura interna (excluindo variação de existências), em especial do consumo privado. Tal evolução estará a reflectir, nomeadamente, a revisão das expectativas dos agentes económicos na sequência das medidas anunciadas para o Orçamento de Estado para 2011, bem como a deterioração continuada das condições no mercado de trabalho. Neste contexto, o consumo privado abrandou na parte final do ano de 2010, não obstante a antecipação de compras de veículos automóveis associada às alterações fiscais que entraram em vigor em Janeiro de 2011. Por seu turno, as exportações de bens e serviços mantiveram um crescimento significativo, embora inferior ao observado no trimestre anterior, em linha com a evolução da procura externa.

As estimativas apontam para que a cotação média do preço do petróleo no ano de 2010 tenha registado um crescimento, face a 2009, de cerca de 27,4 %.

| Cotações Médias do Petróleo Bruto “Brent” (Europa) |       |             |
|--|-------|-------------|
| 2009   | 2010* | Varição (%) |
| 62,5   | 79,6  | 27,4        |

\*valor estimado pelo BPortugal em Jan.11

**Unidade:** USD / Barril ; **Unidade:** Ton.

**Fontes:** DGE e Banco de Portugal; **Fonte:** Apetro

Este facto estará na origem do incremento, em cerca de 11%, do preço médio anual dos combustíveis para transporte rodoviário, em Portugal.

| Evolução do Preço Médio Anual dos Combustíveis em Portugal 2009 - 2010 |       |       |             |
|--|-------|-------|-------------|
| Tipo   | 2009  | 2010  | Varição (%) |
| Gasolina 95  | 1,236 | 1,373 | 11,1        |
| Gasóleo  | 1,037 | 1,153 | 11,2        |

**Fonte:** DGEG

**Unidade:** Euro/Litro

No que respeita aos consumos de combustíveis, verificaram-se evoluções ligeiras, negativa nas gasolinas e positiva no gasóleo, como ilustrado no quadro seguinte.

| <b>Evolução dos Consumos das Gasolinas e dos Gasóleos em</b> |             |              |                     |
|--|-------------|--------------|---------------------|
| <b>Tipo</b>  | <b>2009</b> | <b>2010*</b> | <b>Variação (%)</b> |
| Gasolinas  | 1.446.177   | 1.397.815    | <b>-3,3</b>         |
| Gasóleo  | 4.840.159   | 4.916.687    | <b>1,6</b>          |

\*valores estimados, com base na informação disponível em 10.02.2011 (até 30.11.2010)

**Unidade:** Ton.

**Fonte:** Apetro

Apesar do cenário económico/financeiro dos dias de hoje, prevê-se uma evolução muito significativa (superior a 30%) na venda de veículos novos, o que é atribuível às alterações fiscais com efeitos a partir de 01.01.2011.

| <b>Evolução Anual da Venda de Veículos Novos</b> |               |               |                    |
|--|---------------|---------------|--------------------|
| <b>Tipo</b>                                      | <b>2009</b>   | <b>2010*</b>  | <b>Variação(%)</b> |
| Automóveis Ligeiros de Passageiros               | 161013        | 223491        | 38,8               |
| Comerciais Ligeiros                              | 38906         | 45671         | 17,4               |
| Pesados  | 3841          | 3599          | -6,3               |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>203760</b> | <b>271531</b> | <b>33,9</b>        |

\*valores estimados

**Fonte:** ACAP, via telefone e autoinforma, em 23.11.2010

De acordo com o Relatório relativo à Proposta de Orçamento do Estado para 2011, as perspectivas macroeconómicas adoptadas para a economia portuguesa, nomeadamente as estimativas para 2010, são as apresentadas no quadro seguinte.

|  | <b>2010 (e)</b> | <b>2011 (p)</b> |
|--|-----------------|-----------------|
| <b>1. Despesa e PIB (variação em volume %)</b> |                 |                 |
| Consumo Privado                                | 2,0             | - 0,5           |
| Consumo Público                                | 1,9             | - 8,8           |
| Investimento (FBCF)                            | - 2,0           | - 2,7           |
| Procura interna                                | 1,2             | - 2,5           |
| Exportações                                    | 8,6             | 7,3             |
| Importações                                    | 6,7             | - 1,7           |
| PIB  | 1,3             | 0,2             |
| <b>2. Preços (taxas de variação, em % )</b>    |                 |                 |
| Deflator do PIB                                | 1,4             | 1,7             |
| Taxa de inflação (a)                           | 1,3             | 2,2             |
| <b>3. Emprego e desemprego</b>                 |                 |                 |
| Emprego Total (taxa de variação, em %)         | - 1,4           | - 0,4           |
| Taxa de desemprego (%)                         | 10,6            | 10,8            |

**Notas:** (a) Medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor; (e) estimativa; (p) previsão.

**Fontes:** INE e Ministério das Finanças e da Administração Pública.





# PRINCIPAIS INDICADORES **DE DESEMPENHO**

## 2. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO

| (milhares de Euros)                                 | 2010       | 2009       | Δ    |
|---|------------|------------|------|
| <b>INDICADORES FINANCEIROS</b>                      |            |            |      |
| <b>Exploração</b>                                   |            |            |      |
| Proveitos totais de exploração                      | 1.666.912  | 1.134.085  | 47%  |
| - Construção  | 934.371    | 509.756    | 83%  |
| - Contribuição Serviço Rodoviário (CSR)             | 556.324    | 562.768    | -1%  |
| - Receitas de portagens                             | 45.189     | 0          | n.a. |
| EBITDA <sup>1</sup>                                 | 390.010    | 429.541    | -9%  |
| Margem do EBITDA, %                                 | 23,4%      | 37,9%      |      |
| EBIT  | 248.508    | 168.046    | 48%  |
| Margem do EBIT, %                                   | 14,9%      | 14,8%      |      |
| Resultado Líquido                                   | 102.506    | 94.959     | 8%   |
| <b>Balanço</b>                                      |            |            |      |
| Capital Próprio                                     | 644.974    | 412.468    | 56%  |
| Passivo   | 15.076.022 | 13.368.873 | 13%  |
| - Subsídios ao investimento (não reembolsáveis)     | 10.405.046 | 10.428.403 | 0%   |
| - Outros  | 4.670.976  | 2.940.470  | 59%  |
| Activo Líquido Total                                | 15.720.996 | 13.781.341 | 14%  |
| Capital Próprio / Activo Líquido Total <sup>2</sup> | 0,12       | 0,12       |      |
| Rendimento do capital próprio (ROE), % <sup>3</sup> | 24,9%      | 29,9%      |      |
| Rendimento do Activo (ROA), % <sup>4</sup>          | 1,9%       | 2,8%       |      |
| <b>Dívida</b>                                       |            |            |      |
| Dívida Financeira Líquida                           | 1.978.551  | 1.508.313  | 31%  |
| Dívida Financeira Líquida / EBITDA                  | 5,07       | 3,51       |      |
| EBITDA / Encargos Financeiros bancários             | 6,84       | 13,06      |      |

| INDICADORES DE REDE (kms)             | 2010   | 2009   | Δ    |
|---------------------------------------|--------|--------|------|
| Rede sob Gestão Directa               | 13.500 | 13.855 | -3%  |
| Rede Sub-Concessionada                |        |        |      |
| Em serviço                            | 982    | 585    | +68% |
| A construir                           | 781    | 520    | +50% |
| Outras Concessionárias do Estado      | 2.700  | 2.700  | -    |
| Total de Rede (construída e prevista) | 17.963 | 17.660 | +2%  |

| INDICADORES DE ACTIVIDADE (kms)                    | 2010  | 2009  | Δ    |
|--|-------|-------|------|
| Rede Nova construída                               | 105,1 | 126,9 | -17% |
| Rede Intervencionada                               |       |       |      |
| Intervenções de construção e requalificação        | 151,7 | 146,5 | + 4% |
| Intervenções de conservação e segurança rodoviária | 229,1 | 215,1 | + 7% |
| Intervenções em obras de arte (nº empreitadas)     | 37    | 30    | +23% |

<sup>1</sup>Resultados antes de ganhos e perdas financeiros, impostos, amortizações e subsídios

<sup>2</sup>Activo Líquido Total (líquido de subsídios ao investimento)

<sup>3</sup>Resultado Líquido / Capital Próprio (n-1)

<sup>4</sup>Resultado Líquido / Activo Líquido (líquido de subsídios ao investimento)



# EVOLUÇÃO **RECENTE**

### 3. EVOLUÇÃO RECENTE

Com a criação da EP - Estradas de Portugal, S.A. iniciou-se no final de 2007 uma profunda reforma estrutural na gestão do sector rodoviário, com particular ênfase no planeamento, acompanhamento, e controlo das actividades, visando a obtenção de elevados padrões de desempenho com os consequentes ganhos de produtividade.

Para além do reforço da vertente de lançamento de subconcessões em detrimento da realização directa de obra, a EP, face às novas responsabilidades que lhe foram atribuídas, assumiu uma nova preponderância da gestão financeira e da sua presença nos mercados financeiros de forma cada vez mais marcante.

Ao nível do financiamento, verificou-se uma profunda evolução dos mercados internacionais, realçando em 2010, o seu não funcionamento, a inexistência de liquidez para este tipo de projectos e a consequente redução da exposição das instituições financeiras a sectores com elevadas necessidades de captação de fundos com é o caso do sector de infraestruturas rodoviárias.

Do novo modelo de gestão empresarial resultaram profundas alterações na EP - Estradas de Portugal, S.A. espelhadas nos principais indicadores económicos e de actividade a seguir apresentados, os quais evidenciam o retorno do accionista com a criação de valor obtida:

(Milhões de Euros)

| Indicadores económicos | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011<br>Estimativa |
|------------------------|------|------|------|------|--------------------|
| CSR líquida encargos   | 0    | 564  | 552  | 545  | 540                |
| Resultado Líquido      | -1   | 53   | 95   | 102  | 69                 |
| IRC                    | 0    | 0    | 34   | 41   | 28                 |
| Capital Próprio        | 240  | 293  | 412  | 645  | 712                |

**Nota:** Os valores relativos ao período de 2007 a 2008 resultam da aplicação do POC, em 2009 e 2010 foi adoptado novo referencial contabilístico baseado nas IFRS

Em 2010, a EP ultrapassou os 100 milhões de Euros de resultados positivos quando a situação de partida em 2007 foi um resultado negativo de cerca de 1,1 milhões de Euros.

Correspondendo aos lucros obtidos, a EP entregou ao Estado relacionado como os anos de 2009 e 2010 mais de 75 milhões de Euros em IRC aos quais acrescem 28 milhões a entregar em 2011.

No final de 2010 os capitais próprios da EP atingiram 645 milhões de Euros o que face aos 240 de 2007 representam um crescimento de 275 milhões de Euros em 3 anos, já depois de descontado o efeito do aumento de capital social de 130 milhões de Euros verificado em 2010, ao qual se deverão somar mais cerca de 70 milhões de Euros de crescimento que se estima para 2011.

Os resultados alcançados comprovam a criação de valor obtida para o accionista Estado pela EP e possibilitaria, se excluirmos os constrangimentos de tesouraria existentes, a entrega em 2011 de dividendos como forma de remuneração do capital investido.

Apesar do aumento constante dos encargos financeiros, os resultados alcançados são sustentáveis pela redução de custos correntes e administrativos, que resultou da racionalização das estruturas da EP com a consequente diminuição acentuada no número de postos de trabalho quer a nível local quer central, e principalmente pela diminuição dos gastos com a contratualização de obra própria de construção.

O quadro seguinte sintetiza quanto aos custos de funcionamento a evolução dos principais indicadores da EP:

| <b>Indicadores de actividade (*)</b>       | <b>2005</b> | <b>2006</b> | <b>2007</b> | <b>2008</b> | <b>2009</b> | <b>2010</b> |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>CUSTOS COM O PESSOAL</i>                | 54,8        | 56,3        | 54,7        | 60,7        | 55,0        | 41,9        |
| <i>Custos com Pessoal (Inclui Pensões)</i> | 54,8        | 56,3        | 54,7        | 51,1        | 43,6        | 41,3        |
| Indemnização Plano Social                  | 0,0         | 0,0         | 0,0         | 9,6         | 11,4        | 0,6         |
| Nº COLABORADORES FINAL ANO                 | 1.661       | 1.699       | 1.703       | 1.420       | 1.171       | 1.189       |
| CUSTOS COM COMBUSTÍVEL                     | 1,7         | 2,0         | 2,0         | 1,6         | 1,0         | 1,1         |
| Nº VEÍCULOS NO FINAL DO ANO                |             |             | 921         | 537         | 462         | 399         |

\*Valores sem IVA

O foco da reestruturação organizacional operada foi, essencialmente, ao nível dos órgãos descentralizados e da respectiva articulação com as estruturas centrais. Simultaneamente verificou-se uma profunda requalificação dos recursos humanos cuja qualificação melhorou substancialmente apesar da forte diminuição do seu número global.

As estruturas distritais da EP foram substancialmente reduzidas pela concentração em 6 Centros Operacionais de grande parte da actividade mantendo nos restantes 12 distritos Delegações Regionais de reduzida dimensão, com a consequente libertação de espaços e redução de custos administrativos.

A nível dos órgãos centrais verificou-se uma readaptação de forma a garantir a integração com a nova estrutura local, procurando-se adoptar práticas convergentes com as novas necessidades das estruturas descentralizadas.

A EP é actualmente uma empresa com uma profunda vivência empresarial, orientada para o mercado e gerida com o objectivo de otimizar a afectação dos seus recursos com elevados níveis de produtividade.

Para apreciar a evolução havida na economia da empresa na transição do anterior modelo de funcionamento para o que está em aplicação desde 2007 a 2010, ilustramos no mapa seguinte:

(Milhões de Euros)

| <b>PRINCIPAIS FLUXOS DE ORIGEM</b>                | <b>2005</b> | <b>2006</b> | <b>2007</b> | <b>2008</b> | <b>2009</b> | <b>2010</b> |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Orçamento de Estado - PIDDAC                      | 571         | 605         | 478         | 0           | 0           | 0           |
| Orçamento de Estado - Funcionamento Corrente      | 63          | 62          | 55          |             |             |             |
| Contribuição Serviço Rodoviário (Receita Líquida) | 0           | 0           | 0           | 475         | 552         | 545         |
| Fundos Comunitários                               | 178         | 150         | 162         | 96          | 78          | 27          |
| Receitas Portagem (Receita Líquida)               | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 39          |
| Financiamento Bancário                            | 50          | 14          | 396         | 450         | 598         | 486         |
| <b>TOTAL</b>                                      | <b>862</b>  | <b>831</b>  | <b>1091</b> | <b>1021</b> | <b>1228</b> | <b>1097</b> |

(Milhões de Euros)

| <b>PRINCIPAIS FLUXOS DE DESPESA</b>                        | <b>2005</b> | <b>2006</b> | <b>2007</b>  | <b>2008</b>  | <b>2009</b> | <b>2010</b> |
|--|-------------|-------------|--------------|--------------|-------------|-------------|
| Construção (inclui expropriações de Const. e Conserv.)     | 300         | 233         | 212          | 218          | 212         | 116         |
| Conservação (O & M) - inclui CP, CC, SR, e Prot            | 177         | 203         | 192          | 166          | 146         | 150         |
| Concessões (inclui expropriações de Concessões)            | 399         | 310         | 629          | 770          | 603         | 688         |
| Estudos e Proj., Assist. Téc. e Equip. e Inst. de Serviço) | 36          | 33          | 43           | 25           | 20          | 18          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>912</b>  | <b>779</b>  | <b>1.077</b> | <b>1.179</b> | <b>980</b>  | <b>972</b>  |

\*Valores sem IVA

Em 2005 e 2006 as transferências correntes e do PIDDAC para o sector totalizaram 634 e 667 milhões de Euros respectivamente, o que acrescido das dotações dos fundos comunitários, resultam em 812 milhões de Euros e 817 milhões de Euros, respectivamente, valores muito superiores à receita proveniente da CSR que em 2010 foi apenas de 545 milhões de Euros, e às dotações dos fundos comunitários que foram de 27 milhões de Euros.

Ao nível da gestão empresarial realça-se em particular a gestão do seu património imobiliário, que se centrou na recuperação de um vastíssimo conjunto de bens que se encontram dispersos pelo país sobre os quais se procedeu a uma inventariação sistemática com vista à sua rentabilização e valorização.

Para além de uma efectiva racionalização do património imobiliário da empresa afecto ao uso das estruturas locais, mediante a sua adequação ao redimensionamento destes serviços, promoveu-se a valorização e alienação de diversas propriedades cuja posse actual não é determinante para a actividade da EP como é o caso das casas dos cantoneiros.

Procedeu-se, igualmente a uma actualização e reformulação dos arquivos relativos às expropriações, com a identificação das chamadas parcelas sobrantes que resultam da sua não utilização no traçado final das vias. Este trabalho permitiu identificar e inventariar um vasto património da empresa com vista à sua valorização e alienação para uso privado, com o conseqüente benefício da empresa e da respectiva comunidade.

O reaproveitamento deste importante activo imobiliário, para além de poder proporcionar uma fonte acrescida de financiamento também contribui para uma maior racionalização na afectação dos recursos da empresa. Em 2010 esta actividade gerou um total de vendas de 15 milhões de Euros.

REDE  
RODOVIÁRIA  
**CONCESSIONADA**

## 4. REDE RODOVIÁRIA CONCESSIONADA

---

O Plano Rodoviário Nacional (PRN) em vigor, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17/07, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 98/99 de 26 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de Agosto, é a referência fundamental de planeamento do sector rodoviário em Portugal.

Na sequência da alteração promovida pelo Governo, em 2007, ao sector das infra-estruturas rodoviárias em Portugal, a EP - Estradas de Portugal, S.A. então criada como concessionária geral da Rede Rodoviária Nacional deixou de representar o Estado relativamente às 15 concessões já então existentes, envolvendo cerca de 2700 km, até ao seu termo, passando a exercer, no imediato, responsabilidades ao nível do financiamento, concepção, projecto, construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento das restantes vias classificadas previstas no PRN, bem como das estradas desclassificadas ainda não entregues aos Municípios.

O Contrato de Concessão firmado entre a EP e o Estado Português privilegia, como forma de execução do seu objecto, as parcerias público - privadas estando, neste âmbito, contratadas 7 subconcessões, envolvendo cerca de 1800 km, dos quais 800 km relativos a vias a construir (incluindo alargamento). Como resultado, no presente, a EP actua, directamente, em cerca de 13.500 km.

No ano de 2010 foram colocados à exploração 105,1 km de novas vias, 40 km dos quais construídos no âmbito de subconcessões, conforme ilustrado no quadro seguinte:

**EXTENSÃO COLOCADA À EXPLORAÇÃO EM 2010**

| <b>Itinerário</b> | <b>Designação</b>   | <b>Extensão (km)</b> |
|-------------------|---|----------------------|
| IP2               | Trancoso/Celorico da Beira (subconcessão Douro Interior)  | 23,0                 |
| IC2               | Variante Sul de Coimbra   | 5,5                  |
| IC2               | Nó do IC36/Nó da EN119 - alargamento (subconcessão Litoral Oeste)   | 3,1                  |
| IC5               | Murça/Carlão (subconcessão Douro Interior)  | 7,0                  |
| IC6               | Catraia dos Poços/Côja  | 13,0                 |
| IC17              | CRIL, Buraca/Pontinha, Ligações associadas ao Nó de Benfica   | 3,2                  |
| EN229             | Variante Aguiar da Beira  | 4,0                  |
| EN236-1           | Ligação da EN17 à Lousã/Variante Foz do Arouce (para integrar a subconcessão Litoral Oeste)               | 7,0                  |
| EN242             | Variante da Nazaré (subconcessão Litoral Oeste)   | 4,9                  |
| EN246-1           | Variante Castelo de Vide  | 2,0                  |
| EN270/396         | Variante Norte de Loulé à EN270 (1ª fase)   | 4,4                  |
| EN322             | Variante entre o IP3 e S. Martinho de Anta  | 6,8                  |
| EN351             | Isna de Oleiros/Pontão do Laranjeiro (IC8) (para integrar a subconcessão Pinhal Interior)                 | 14,0                 |
| EN369             | Variante à Ponte de Vila Formosa  | 3,0                  |
| EN378             | Escarpa sobre o Porto de Sesimbra   | 0,7                  |
| -                 | Ligação ao Funchalinho (subconcessão Baixo Tejo)  | 2,4                  |
| -                 | Acessos à Ponte Internacional Cerveira/Goian. Ligações Viárias a Via Nova de Cerveira e à EN13 - 2.ª Fase |                      |
| <b>Total</b>      |   | <b>105,1</b>         |





# ANÁLISE POR ÁREA **DE NEGÓCIO**

## 5. ANÁLISE POR ÁREA DE NEGÓCIO

### 5.1 Análise de Resultados

O contrato de Concessão é reflectido nas contas da EP como um direito de exploração único e indivisível que representa a rede rodoviária nacional e não um conjunto de vias individualizadas.

Em termos de informação de gestão, podemos considerar que as áreas de negócio da EP são as seguintes:

- Operação e manutenção: actividade relacionada com a gestão e conservação das vias e obras de arte e melhoria da segurança da rede rodoviária sob gestão directa da EP
- Construção própria: actividade relacionada com obras de construção e requalificação de vias e obras de arte sob gestão directa da EP
- Concessões: actividade relacionada com a gestão dos contratos de concessão do Estado Português
- Subconcessões: actividade relacionada com a gestão dos contratos de subconcessão da EP.

Apresentam-se de seguida os Resultados para 2010 e 2009 por áreas de negócio:

(Milhões de Euros)

|                                     | 2010                        | 2009         | 2010       |               | 2009       |               |
|-------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------|---------------|------------|---------------|
| Área de negócio                     | Ganhos e Rend. Operacionais |              | EBITDA     | Margem EBITDA | EBITDA     | Margem EBITDA |
| Operação e Manutenção               | 571                         | 559          | 299        | 52%           | 385        | 69%           |
| Construção Própria                  | 169                         | 269          | 0          | 0%            | 0          | 0%            |
| Concessões                          | 92                          | 29           | 48         | 52%           | 28         | 97%           |
| Subconcessões                       | 811                         | 261          | 45         | 6%            | 15         | 6%            |
| Não alocado                         | 23                          | 17           | -2         | -8%           | 2          | 10%           |
| <b>Total</b>                        | <b>1.667</b>                | <b>1.134</b> | <b>390</b> | <b>23%</b>    | <b>430</b> | <b>38%</b>    |
| Amortizações Líq. Subsídios         |                             |              | (141)      |               | (261)      |               |
| <b>EBIT</b>                         |                             |              | <b>249</b> |               | <b>168</b> |               |
| Resultados Financeiros              |                             |              | (105)      |               | (39)       |               |
| <b>RAI</b>                          |                             |              | <b>144</b> |               | <b>129</b> |               |
| Impostos sobre o Rendimento         |                             |              | (41)       |               | (34)       |               |
| <b>Resultado Líquido do Período</b> |                             |              | <b>103</b> |               | <b>95</b>  |               |

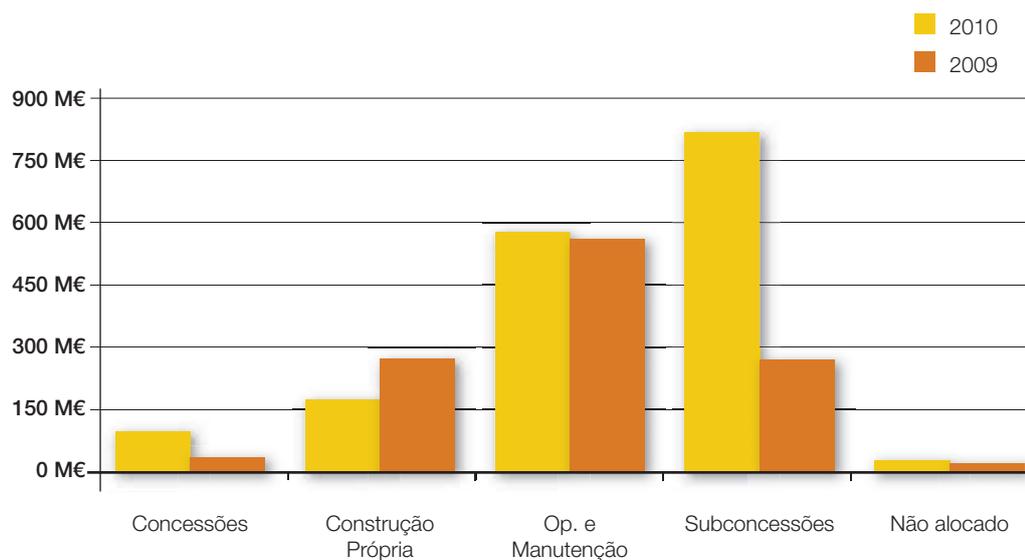
Durante o ano de 2010 verificou-se um crescimento dos rendimentos da EP principalmente devido ao aumento dos ganhos obtidos com a construção de subconcessões, introdução de portagens (Concessões) e venda de activos (rendimento não alocado).

Os Gastos relacionados com a Operação e Manutenção de vias e obras de arte, tanto em 2010 como em 2009, são financiados pela receita da Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR) apresentando uma margem EBITDA superior a 50%.

A margem das actividades de construção própria e de subconcessões é reduzida dado que apenas reflecte a alocação dos custos internos.

## Ganhos e Rendimentos

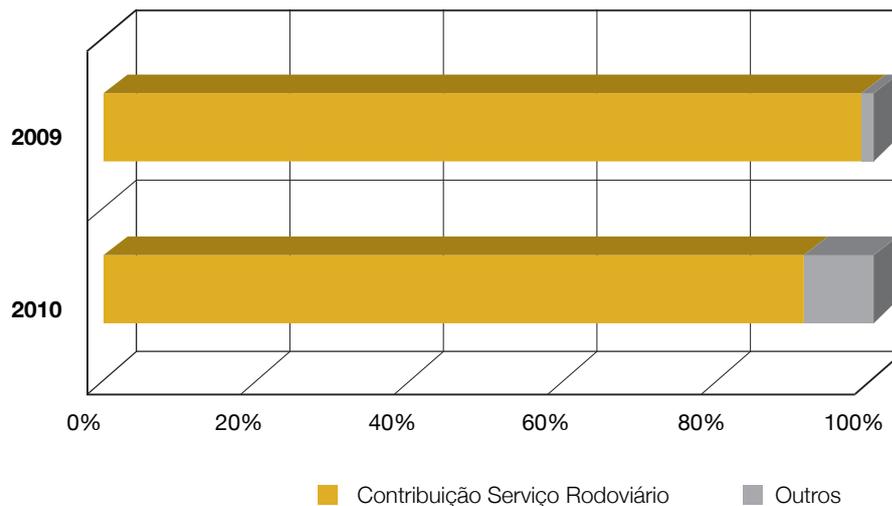
### Ganhos e Rendimentos Operacionais



Os rendimentos de construção própria e subconcessões reflectem os rendimentos pela evolução das obras obtidos com os contratos de construção da EP, sendo registados por contrapartida do activo intangível e tendo gastos de dimensão equivalente. A construção associada às Subconcessões teve início em 2009 tendo especial impacto em 2010.

### Prestações de Serviços da EP (excluindo prestação de serviços de construção)

O maior peso nas vendas e prestações de serviços da EP, excluindo a prestação de serviços de construção própria e de subconcessões, tanto em 2010 como em 2009, é liderado pela Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR) com 556 milhões de Euros, apesar de se ter verificado uma baixa significativa de peso no conjunto dos recebimentos, passando de 98,4% em 2009 para 90,7% em 2010, em parte devido à introdução de portagens e incremento de outros rendimentos próprios.



A composição dos “Outros Rendimentos” ficou significativamente alterada, a partir do 2º semestre de 2010, com as receitas de Portagens. Em termos temporais a cobrança de Portagens teve as seguintes etapas:

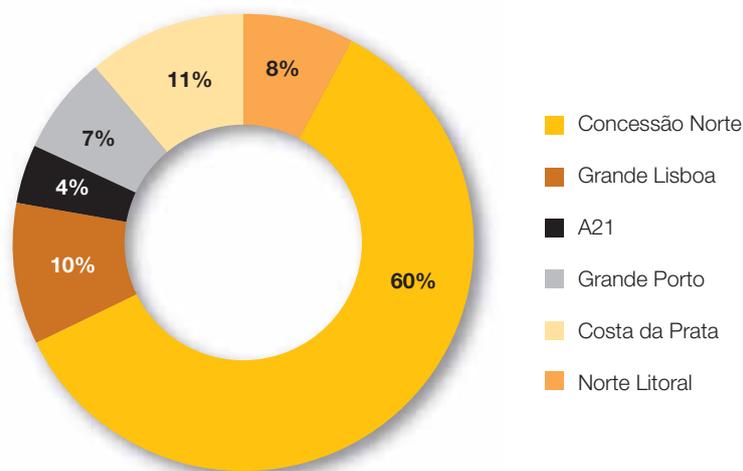
- Julho - Concessões Norte e Grande Lisboa (transferência para a EP)
- Setembro - A21 (transferência para a EP)
- Outubro - Concessões Norte Litoral, Costa de Prata e Grande Porto (introdução de portagens Multi Lane Free Flow (MLFF))

A EP é beneficiária directa de receitas de portagem nestas concessões rodoviárias pelo que é agora sua a responsabilidade gerar tráfego nessas vias, potencialmente em concorrência com outros operadores.

O conjunto de novos procedimentos a adoptar é extenso pois deverão cobrir todo o controlo inerente à cobrança das receitas de portagem, serviço esse que é prestado por um conjunto de operadores, na sua maioria constituídos para esse efeito em 2010.

Este factor implica para a EP não só um conjunto novo de procedimentos mas principalmente a consolidação de uma mentalidade mercantil orientada para a geração de receitas.

### Repartição de ganhos e rendimentos de portagens



Dentro das outras receitas, é de realçar o crescimento dos Licenciamentos em 4 372 mil Euros e, não tão significativo, o crescimento das receitas com rendas e direito de exploração das áreas de serviços das estradas afectas à EP, que cresceu cerca de 28%.

### Gastos

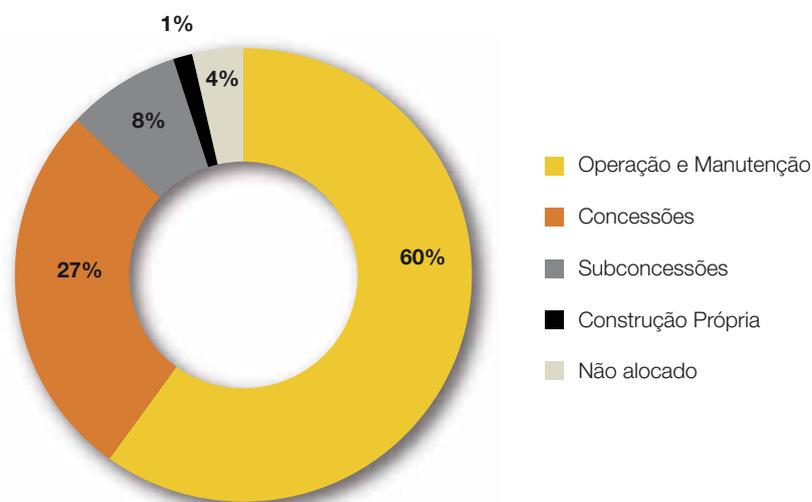
Dentro dos gastos merecem especial atenção os registos contabilísticos dos relacionados com a construção própria e subconcessões que atingiram mil milhões de Euros em 2010 devido a intensificação da construção das subconcessões. A área de negócio de Operação e Manutenção apresentou valor de 190 milhões de Euros.

## Activo

No final de 2010, o activo líquido total da EP ascendeu a 15.721 milhões de Euros. Numa análise ao Activo por área de negócio da empresa verifica-se que a Operação e Manutenção de vias e obras de arte representa cerca de 60% dos Activos da EP, que inclui o Direito de Exploração que foi atribuído à EP aquando da assinatura do Contrato de Concessão com o Estado.

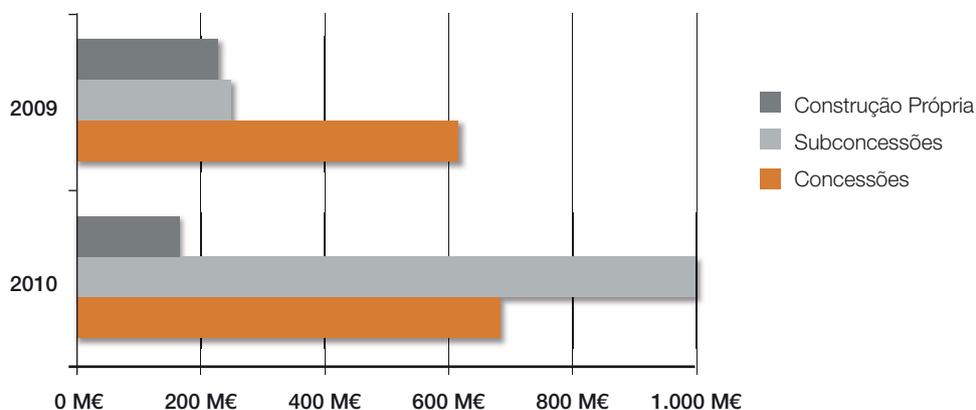
### Activo por Área de Negócio

(2010)



Do volume de investimento anual registado no activo destacam-se as concessões e subconcessões que representam a maior fatia do investimento da EP. Comparativamente com o período homólogo as subconcessões apresentam um aumento significativo na sequência da evolução da respectiva construção.

### Investimento do Ano



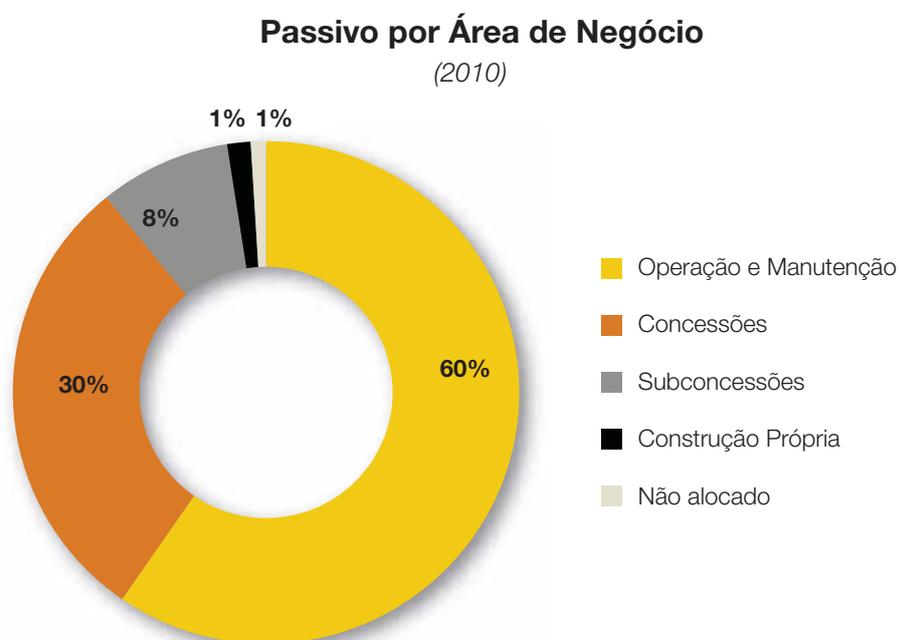
**Nota:** O valor das Subconcessões em 2010 inclui a A21.

## Passivo

Na distribuição do Passivo por segmento, a Operação e Manutenção apresenta um peso semelhante ao do Activo que é explicado pela alocação a este segmento dos subsídios ao investimento contabilizados em passivo não corrente.

O endividamento financeiro da EP foi contraído para financiamento do investimento realizado em concessões.

O passivo alocado às subconcessões representa as responsabilidades assumidas pela EP decorrentes da execução da construção das diferentes subconcessões, tendo presente que estes contratos têm um período de carência de cinco anos a nível de pagamentos.



## Execução do Plano de Investimentos

| MEDIDA /PROJECTO  | EXECUÇÃO       |
|---|----------------|
| <b>I. EXPANSÃO DA REDE</b>                                | <b>114.658</b> |
| 1. Construção de IP                                       | 1.062          |
| 2. Construção de IC                                       | 44.267         |
| 3. Construção de EN e ER                                  | 31.189         |
| 4. Expropriação da EP                                     | 21.660         |
| 5. Expropriações de Concessões                            | 16.480         |
| <b>II. MODERNIZAÇÃO DA REDE</b>                           | <b>49.389</b>  |
| 1. Requalificação de IP e IC                              | 4.338          |
| 2. Requalificação de EN e ER                              | 21.968         |
| 3. Requalificação/Substituição de Obras de Arte           | 9.565          |
| 4. Construção de Variantes a Centros Urbanos              | 13.518         |
| <b>III. CONSERVAÇÃO DA REDE</b>                           | <b>52.268</b>  |
| 1. Conservação Periódica/Beneficiação de Estradas         | 35.943         |
| 2. Reabilitação de Obras de Arte                          | 16.325         |
| <b>IV. ESTUDOS, PROJECTOS, FISCALIZAÇÃO E A. TÉCNICA</b>  | <b>13.891</b>  |
| 1. Estudos e Projectos de Construção                      | 3.613          |
| 2. Estudos e Projectos de Conservação                     | 1.306          |
| 3. Estudos e Projectos de OA                              | 3.294          |
| 4. Fiscalização, Controlo e Acompanhamento de Construção  | 1.535          |
| 5. Fiscalização, Controlo e Acompanhamento de Conservação | 54             |
| 6. Fiscalização, Controlo e Acompanhamento de OA          | 1.444          |
| 7. Outros Estudos, Assistência Técnica e Jurídica         | 2.645          |
| <b>V. INSTALAÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS</b>           | <b>2.742</b>   |
| 1. Maquinaria, Edifícios e Equipamento                    | 1.027          |
| 2. Sistema de Informação                                  | 1.090          |
| 3. Telemática Rodoviária                                  | 625            |
| <b>SUB-TOTAL</b>  | <b>232.948</b> |
| <b>VI. CONCESSÕES</b>                                     | <b>672.198</b> |
| <b>TOTAL</b>  | <b>905.146</b> |

## 5.2 Operação e Manutenção

Dentro dos gastos do exercício merece especial atenção os relacionados com a área de negócio de Operação e Manutenção dos quais se destacam: reabilitação de vias, conservação corrente de vias, reabilitação de obras de arte e estudos e projectos de conservação.

### 5.2.1 Conservação de Estradas e Melhoria da Segurança Rodoviária

Inclui obras individualizadas necessárias à conservação e manutenção da Rede Rodoviária sob jurisdição da empresa.

Em 2010, terminaram 34 empreitadas de Conservação Corrente por Contrato iniciadas em 2007, cuja experiência de acompanhamento contribuiu decisivamente para o desenho conceptual do novo programa pretendido pela empresa com este propósito.

Assim, foram estruturadas 18 novas empreitadas, 1 por distrito, com um prazo de 3 anos e um investimento global de cerca de 160 M€, cujo objectivo essencial corresponde à homogeneização dos níveis de qualidade, segurança e conforto das estradas integrantes da rede atribuída à EP, evitando-se a degradação das condições de serviço, através da realização de intervenções diversas na estrada e zona adjacente, das quais se destacam a sua limpeza e a dos órgãos de drenagem, a selagem de fendas, a tapagem de covas, a ceifa de vegetação e a poda de árvores, entre outros.

Além destes contratos realizaram-se diversas outras intervenções individualizadas, assumindo especial relevo os tratamentos superficiais do pavimento.

No âmbito da segurança rodoviária a actividade incidiu prioritariamente na execução do Plano de Segurança Rodoviária (PSR), que contemplou, como principais áreas de intervenção, a eliminação de zonas de elevada concentração de acidentes, actuações preventivas ao nível do pavimento e da sinalização, a implementação de equipamentos dirigidos aos utilizadores mais vulneráveis e a colocação de guardas de segurança e dispositivos de protecção para motociclistas (DPM).

| <b>Obras</b> |                    |               |                   |                   |                |                   |                  |               |                   |
|--------------|--------------------|---------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------|------------------|---------------|-------------------|
|              | Concursos lançados |               |                   | Obras Adjudicadas |                |                   | Obras Concluídas |               |                   |
|              | Nº. eventos        | Extensão (km) | Investimento (M€) | Nº. eventos       | Extensão* (km) | Investimento (M€) | Nº. eventos      | Extensão (km) | Investimento (M€) |
| 2009         | 35                 | 79,5          | 46,2              | 72                | 207,6          | 71,0              | 90               | 215,1         | 55,8              |
| <b>2010</b>  | <b>75</b>          | <b>93,4</b>   | <b>181,4</b>      | <b>66</b>         | <b>124,9</b>   | <b>192,1</b>      | <b>108</b>       | <b>229,1</b>  | <b>138,1</b>      |

\*Conservação corrente em toda a rede na jurisdição da EP, cerca de 13.500 km.

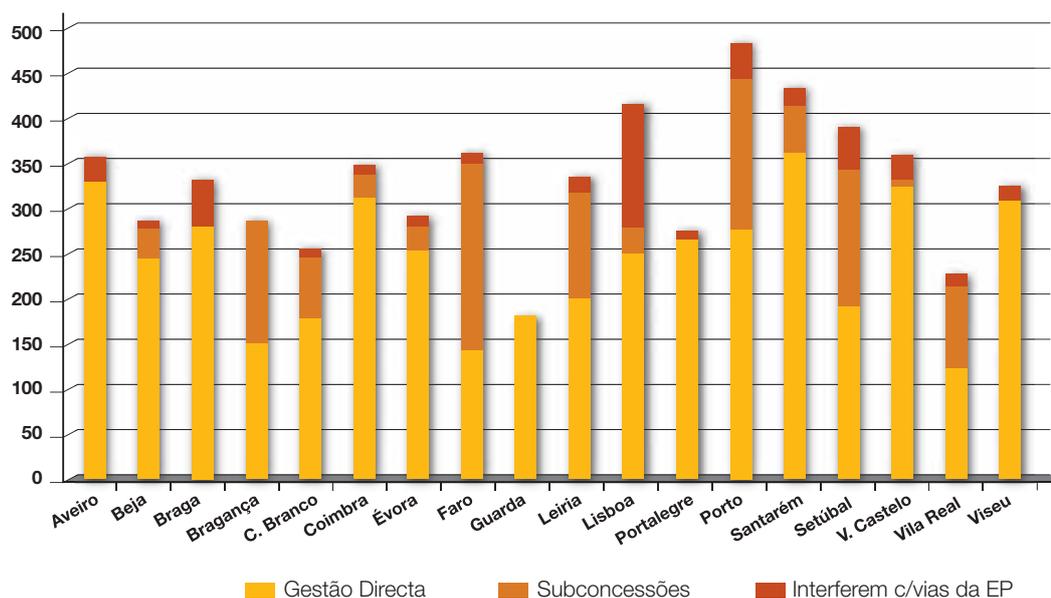
## 5.2.1.1 Gestão da Conservação Estradas

### a) Gestão de Pavimentos

O Sistema de Gestão de Pavimentos (SGPav) consiste num conjunto de metodologias pré-estabelecidas, que permite, a partir do inventário e actualização das intervenções sobre o património rodoviário da empresa, associado ao conhecimento do tráfego que o mesmo suporta, antever a evolução de um conjunto de parâmetros que reflectem a sua perda de capacidade de suporte, conforto e segurança da circulação, processo este que se designa por modelo de comportamento.

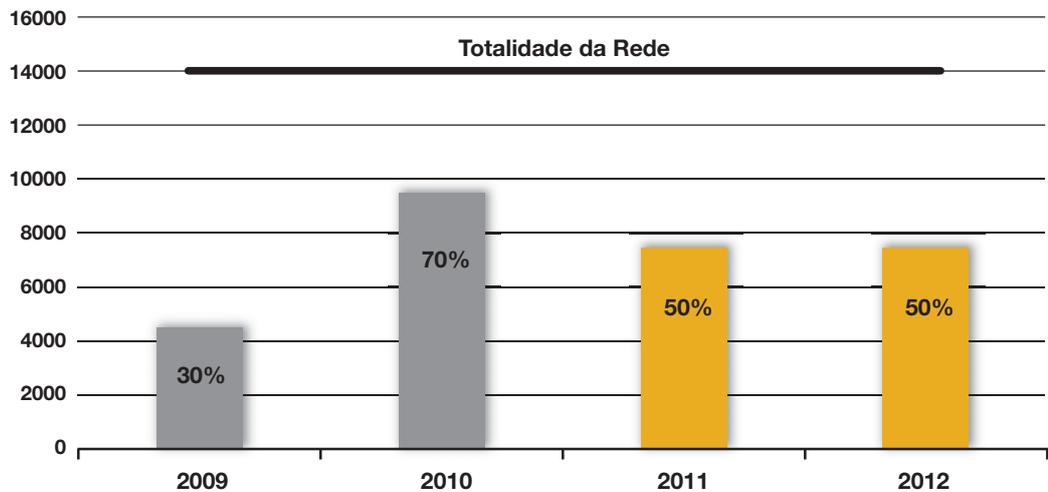
#### • Inventário / Histórico das Intervenções

O processo de inventário está intimamente relacionado com as Inspeções de Rotina, a partir das quais foi possível aferir a real extensão da rede de estradas sob responsabilidade da EP, em cerca de 13.500 km.



#### • Inspeções de Rotina

Foi concluído em 2010 o primeiro ciclo das IR iniciado em 2009, com a prossecução, integrada com a das Obras de Arte e restantes Equipamentos da Via, de 70% da Rede Nacional sob a responsabilidade da EP, num processo integrado que abrange as Obras de Arte, tal como já foi referido, assim como os componentes da Rede de Estradas (pavimentos, drenagem, taludes, componentes ambientais, iluminação, etc.).



#### • Inspeções Principais

O Programa aprovado e desenvolvido em 2009 e 2010, completou a inspeção dos pavimentos de estradas integrantes do PRN 2000 da Rede Classificada de Estradas, e de 50% dos pavimentos da rede desclassificada.

Este processo foi fundamental para se efectuar, a comparação entre a Qualidade medida directamente na rede observada, com a decorrente do modelo de previsão do comportamento dos pavimentos.

A introdução do Histórico da rede desclassificada é um objectivo que, com todo o realismo, terá de ser prolongado em 2011. Importa ter presente que o funcionamento do SGPav só será possível, atento o mecanismo de previsão da evolução das degradações, com a correcta introdução desta informação.

A Consolidação do SGPav passará claramente pela fiabilização da informação nele constante, tendo em 2010 sido dado passos significativos com vista a introdução em 2011 da componente Mecânica nas Inspeções.

#### b) Gestão de Equipamentos

O Sistema de Gestão dos Equipamentos tem por objecto os seguintes equipamentos: Taludes, Órgãos de Drenagem, Travessias Urbanas / Passeios, Acessos e Serventias, Iluminação Pública, Componente ambiental / Integração paisagística, Vegetação arbórea e arbustiva e Dispositivos de protecção acústica, assim como Equipamento de segurança.

O suporte do Sistema é uma Aplicação Informática, desenvolvida internamente em 2010, com ligação ao SIG empresarial, que suporta o Inventário, e que no futuro acomodará igualmente as Inspeções de Rotina, e com um planeamento integrado no Sistema de Gestão de Obras de Arte e no Sistema de Gestão de Pavimentos.

Assim sendo, são os seguintes os componentes deste Sistema:

- **Inventário/Histórico das Intervenções**

O Módulo de Inventário foi desenvolvido em 2010, por forma a integrar os Contratos de Conservação Corrente Plurianual, constituindo uma obrigação do Adjudicatário, sendo efectuado no decurso dos anos de 2011 e 2012.

- **Inspecções de Rotina**

O manual deste sistema foi concebido em 2009, permitindo que no biénio 2009 e 2010, fosse completado o primeiro ciclo das IR, integrada com a das Obras de Arte e restantes Equipamentos da Via, tendo no último ano sido percorrida 70% da Rede Nacional sob a responsabilidade da EP.

## 5.2.2 Conservação de Obras de Arte e Estruturas

A garantia de condições adequadas de circulação em segurança nas obras de arte constitui, hoje, uma das mais relevantes, senão a principal prioridade da EP, tendo-se promovido as intervenções decorrentes das necessidades identificadas pelo Sistema de Gestão da Conservação de Obras de Arte.

A evolução do investimento nas intervenções de reabilitação de obras de arte no período 2008/2010 apresenta-se no quadro seguinte:

| <b>Obras</b> |                    |          |                   |                   |          |                   |                  |          |                   |
|--------------|--------------------|----------|-------------------|-------------------|----------|-------------------|------------------|----------|-------------------|
|              | Concursos lançados |          |                   | Obras Adjudicadas |          |                   | Obras Concluídas |          |                   |
|              | N.º eventos        | N.º O.A. | Investimento (M€) | N.º Eventos       | N.º O.A. | Investimento (M€) | N.º Eventos      | N.º O.A. | Investimento (M€) |
| 2008         | 19                 | 24       | 10,7              | 14                | 31       | 8,5               | 17               | 20       | 26,4              |
| 2009         | 9                  | 11       | 12,4              | 23                | 46       | 11,4              | 24               | 55       | 18,0              |
| 2010         | 75                 | 118      | 50,9              | 66                | 101      | 43,4              | 28               | 41       | 17,5              |

### a) Gestão de Obras de Arte

O Sistema de Gestão de Obras de Arte (SGOA) consiste num conjunto de metodologias preestabelecidas, que visam, a partir do levantamento actualizado do património da empresa, sobre ele desenvolver um conjunto de actividades inspectivas, que promovem o permanente conhecimento do seu estado de conservação. Estas actividades permitem assegurar a atempada intervenção sobre o mesmo, seja através de acções de manutenção, seja de reabilitação, que asseguram a sua permanente adequabilidade e segurança.

- **Inventário de Obras de Arte**

Do Inventário de Obras de Arte da empresa, à data de Dezembro de 2010, apresentam-se, por Distrito, o número de Obras de Arte sob a Gestão Directa da EP, integradas em Subconcessões e as que interferem com vias sob jurisdição da EP.

| <b>Património EP</b>    |                       |                      |                                  |
|-------------------------|-----------------------|----------------------|----------------------------------|
| <b>Distrito</b>         | <b>Gestão Directa</b> | <b>Subconcessões</b> | <b>Interferem com vias da EP</b> |
| <b>Aveiro</b>           | 335                   |                      | 29                               |
| <b>Beja</b>             | 249                   | 33                   | 7                                |
| <b>Braga</b>            | 285                   | 2                    | 50                               |
| <b>Bragança</b>         | 151                   | 141                  | 1                                |
| <b>Castelo Branco</b>   | 182                   | 68                   | 9                                |
| <b>Coimbra</b>          | 317                   | 27                   | 10                               |
| <b>Évora</b>            | 258                   | 27                   | 11                               |
| <b>Faro</b>             | 146                   | 211                  | 11                               |
| <b>Guarda</b>           | 183                   |                      | 4                                |
| <b>Leiria</b>           | 202                   | 122                  | 16                               |
| <b>Lisboa</b>           | 253                   | 29                   | 139                              |
| <b>Portalegre</b>       | 272                   |                      | 5                                |
| <b>Porto</b>            | 282                   | 168                  | 39                               |
| <b>Santarém</b>         | 368                   | 52                   | 20                               |
| <b>Setúbal</b>          | 195                   | 153                  | 48                               |
| <b>Viana do Castelo</b> | 330                   | 8                    | 28                               |
| <b>Vila Real</b>        | 126                   | 91                   | 14                               |
| <b>Viseu</b>            | 314                   | 875                  | 16                               |
| <b>Totais</b>           | <b>4448</b>           | <b>1132</b>          | <b>457</b>                       |
|                         | <b>5580</b>           |                      |                                  |

- **Inspecções de Rotina**

Em 2010 concluiu-se a Inspecção do Biénio 09/10 de Rotina a todas as Obras de Arte sob a responsabilidade da Empresa, assim como aquelas que interferem com a sua exploração, referente a 70% do respectivo activo.

Este processo está integrado num plano plurianual de actividades, cujos resultados se apresentam.

|                 | Ano  | Total Inspecções |
|-----------------|------|------------------|
| <b>1º Ciclo</b> | 2006 | 321              |
|                 | 2007 | 5502             |
| <b>2º Ciclo</b> | 2008 | 38               |
|                 | 2009 | 1575             |
|                 | 2010 | 3261             |
| <b>3º Ciclo</b> | 2011 | 2474             |
|                 | 2012 | 2474             |

- **Inspecções Principais**

Dando continuidade à opção estratégica tomada em 2008, deu-se início em 2010 à internalização das actividades de Inspecção Principal, as quais, a partir de meados do ano, passaram a ser efectuadas com recurso a meios internos. Esta estratégia prosseguirá em 2011, com a total internalização desta actividade.

| Ano          | Contratação Externa | Meios Internos | Total Inspecções Principais | Total O.A. Inspecionadas |
|--------------|---------------------|----------------|-----------------------------|--------------------------|
| <b>2001</b>  | 349                 | 0              | 349                         | 349                      |
| <b>2002</b>  | 8                   | 0              | 8                           | 8                        |
| <b>2003</b>  | 40                  | 4              | 44                          | 44                       |
| <b>2004</b>  | 80                  | 8              | 88                          | 88                       |
| <b>2005</b>  | 65                  | 7              | 72                          | 72                       |
| <b>2006</b>  | 387                 | 36             | 424                         | 389                      |
| <b>2007</b>  | 900                 | 15             | 915                         | 873                      |
| <b>2008</b>  | 1097                | 67             | 1164                        | 1126                     |
| <b>2009</b>  | 691                 | 116            | 807                         | 793                      |
| <b>2010</b>  | 734                 | 454            | 1188                        | 1173                     |
| <b>Total</b> | 4351                | 707            | 5059                        | 4915                     |
| 2011         | 0                   | 875            | 875                         |                          |

- **Inspecções Sub-Aquáticas**

No ano de 2010, foi tomada a decisão de organizar o Plano de Inspecções Subaquáticas em períodos de 4 anos, respeitantes, em cada um, a 50% das Obras de Arte que apresentam infra-estruturas imersas num total de 875. A conclusão do ciclo agora iniciado terá lugar em 2012.

## b) Gestão de Obras de Contenção

No âmbito do Modelo de Conservação, foi decidido em 2010, o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Conservação de Obras de Contenção.

Foi aprovado o Manual de Inventário de Obras de Contenção, atento o facto de ter sido introduzido o Inventário destas Obras no âmbito dos Contratos de Conservação Plurianual 2010-2013.

## c) Gestão de Obras Hidráulicas

Decorrente do facto de, no presente ano de 2010, se terem verificado a detecção de anomalias importantes em estruturas que, pelas suas características, não integram a designação de Obras de Arte, será prosseguido durante o ano de 2011 um Sistema de Gestão autónomo, que as individualiza, permitindo a sua análise atendendo às suas efectivas particularidades, separando-as de modo definitivo do sistema relativo às Obras de Arte.

## d) Ponte 25 de Abril sobre o Rio Tejo

As competências da EP no que respeita à Ponte 25 de Abril encontram-se definidas no Decreto-Lei N.º 95/2008 de 6 de Junho, as quais compreendem a Gestão da Conservação da estrutura, incluindo a Inspecção, Projecto e Intervenções necessárias, assim como a Gestão Integrada da Segurança da Exploração da Ponte, em articulação com a REFER e a LUSOPONTE.

Destaca-se, pela sua relevância, a obrigação acometida à EP de promover, sob coordenação do LNEC, a elaboração do Manual da Qualidade da Ponte, no qual fiquem definidas todas as acções necessárias à sua correcta exploração e o modelo de repartição de encargos pelas três entidades com competências específicas nesta infra-estrutura.

- **Trabalhos de Reparação e Conservação**

Foram adjudicados os Trabalhos de Reparação e Conservação da Ponte 25 de Abril, pelo valor de € 7.985.617,61. A obra foi consignada em 30 de Agosto de 2010 e terá um prazo de execução de 540 dias. Os trabalhos a realizar prendem-se com a reparação das anomalias verificadas em vários elementos constituintes da infra-estrutura, quer da ponte propriamente dita quer do seu viaduto de acesso Norte e que, de forma resumida, se indicam:

- a) Reparações de danos na estrutura decorrentes do seu uso normal, observados nas Inspeções à Ponte;
- b) Melhoria das condições de acessibilidade e de segurança do pessoal encarregue da inspecção/manutenção da Ponte;
- c) Retensionamento dos pernos que apertam as braçadeiras de fixação dos pendurais aos cabos de suspensão.

- **Inspeção e Fiscalização**

A Fiscalização é exercida pelo Instituto de Soldadura e Qualidade, tendo sido adjudicada pelo montante de € 1.542.520,00, por um período de 3 anos, e inclui não só a Inspeção permanente de toda a estrutura da Ponte, como igualmente a Fiscalização dos trabalhos de conservação.

- **Investimento em 2010**

Para além destas actividades, existe a necessidade de assegurar um conjunto de prestações de serviços e fornecimentos que permitem à empresa desempenhar as funções legalmente atribuídas, como sejam:

- Manutenção e operação das plataformas de inspecção à ponte, localizadas sob a viga de rigidez da ponte suspensa;
- Elaboração do projecto de trabalhos de reparação e conservação da Ponte;
- Revisão do Manual de Segurança Integrado e Plano de Emergência Integrado da Ponte;
- Sistema de Monitorização Estrutural;
- Aquisição de lâmpadas e materiais diversos, manutenção de extintores e toda a restante contratação com um valor de despesa reduzido efectuada no âmbito de acções de manutenção ou reparação pontual.

O total dos encargos incorridos em 2010 ascende a cerca de 1.6 M€.

Atento o facto de estar em curso a elaboração do Manual da Qualidade, foi acordado entre as Administrações da EP e da REFER uma repartição equitativa dos custos com a Conservação da Ponte.

### 5.2.3 Estudos e Projectos de Conservação

Os Estudos e Projectos de Conservação e Manutenção incluem a Conservação de Vias, Conservação Periódica e Conservação de Obras de Arte:

|             | Estudos e Projectos de Conservação e Manutenção |               |                   |                               |               |                   |                    |               |                   |
|-------------|---|---------------|-------------------|-------------------------------|---------------|-------------------|--------------------|---------------|-------------------|
|             | Concursos Lançados                              |               |                   | Estudos Adjudicados/Iniciados |               |                   | Estudos Concluídos |               |                   |
|             | Nº eventos                                      | Extensão (km) | Investimento (M€) | Nº eventos                    | Extensão (km) | Investimento (M€) | Nº eventos         | Extensão (km) | Investimento (M€) |
| <b>2009</b> | 51  | 60,9          | 3,85              | 99                            | 321,9         | 2,6               | 84                 | 220           | 1,88              |
| <b>2010</b> | 53  | 249           | 2,68              | 102                           | 189,2         | 3,58              | 116                | 100           | 1,37              |

Dos Estudos de Reabilitação de Obras de Arte destacam-se:

- **A Ponte do Prado** está localizada ao km 59,250 da EN201, no Concelho de Vila Verde, Distrito de Braga e permite a transposição do rio Cávado junto à Vila do Prado. A Ponte foi inaugurada em 1616 e encontra-se classificada como Monumento Nacional desde 1910.

Trata-se de uma ponte de alvenaria de pedra granítica com um tabuleiro com perfil longitudinal em forma de cavalete, assente num conjunto de nove arcos de cantaria ogivais e redondos, protegidos por talha-mares, e apresenta um comprimento total de 202 m e uma largura máxima de 5.64 m.

Decorrente das várias anomalias detectadas através das inspeções realizadas, foi elaborado um projecto de reabilitação e reforço da Ponte, cuja aprovação foi submetida à Direcção Regional da Cultura Norte - DRCN, de acordo com recomendações efectuadas por essa entidade ao nível de materiais e soluções técnicas aplicáveis a este tipo de estruturas de cariz histórico.

- **A Ponte N. S. Guia** encontra-se localizada ao km 34,526 da EN201, no concelho de Ponte de Lima e distrito de Viana do Castelo, e é uma obra em betão armado, pré-esforçada longitudinalmente, com um comprimento total de 250 metros divididos em 5 vãos, constituída por um tabuleiro contínuo em caixão bicelular de altura variável. Inaugurada em 1980, possui como particularidade ser uma das primeiras obras em Portugal a ser realizada pelo método dos avanços sucessivos.

Na sequência da avaliação estrutural da obra existente em função da legislação de estruturas vigente, realizada no âmbito do projecto, está prevista a realização de trabalhos de reforço estrutural, nomeadamente reforço da laje superior através da colagem exterior de sistemas CFRP, aplicação de pré-esforço exterior, reforço das carlingas com barras de pré-esforço, colocação de aparelhos oleodinâmicos, reforço dos muros de testa dos encontros com ancoragens, entre outros. Estão ainda previstos trabalhos de reabilitação geral da obra de arte que visam a correcção das anomalias detectadas na Inspeção Principal e o aumento da durabilidade da obra, evitando assim reparações avultadas a médio prazo.

- **A Ponte Açude** sobre o Rio Mondego em Coimbra e Viadutos de Acesos Norte estão integrados no complexo rodoviário do IC2 em Coimbra. Esta obra com mais de 2 km de extensão, Ponte, Viadutos e Ramos, permite o atravessamento do Rio Mondego, as ligações à rede viária Sul e Norte de Coimbra e por sua vez à Auto-Estrada do Norte – A1 ao Nó de Coimbra Sul em Taveiro e ao Nó de Coimbra Norte em Trouxemil.

No estudo desenvolvido em 2010 procedeu-se à avaliação da capacidade da estrutura da obra quando sujeita às sobrecargas Rodoviárias Regulamentares da Classe I e às acções relativas à zona em que se localiza, de acordo com os critérios definidos no Regulamento de Segurança e Acções para Estrutura de Edifícios e Pontes (RSA). Foram identificadas as anomalias resultantes da utilização através de inspecções e ensaios e previstas correcções estruturais e de reabilitação a incluir em obra que decorrerá em 2011 e 2012.

## 5.3 Investimento em Construção Própria

### 5.3.1 Construção e Requalificação de Vias

São aqui incluídas as obras de construção nova e as obras individualizadas de requalificação da rede rodoviária nacional, melhorando características de traçado em planta ou perfil ou reforçando a capacidade estrutural do pavimento assegurando, assim, níveis de conforto e segurança superiores.

Em termos globais, em 2010 foram concluídas empreitadas que corresponderam a cerca de 70 km de rede nova e foram requalificados cerca de 86 km de rede já existente.

Esta área de intervenção evoluiu da seguinte forma:

|             | <b>Obras</b>       |               |                   |                   |               |                   |                  |               |                   |
|-------------|--------------------|---------------|-------------------|-------------------|---------------|-------------------|------------------|---------------|-------------------|
|             | Concursos lançados |               |                   | Obras Adjudicadas |               |                   | Obras Concluídas |               |                   |
|             | Nº eventos         | Extensão (km) | Investimento (M€) | Nº eventos        | Extensão (km) | Investimento (M€) | Nº eventos       | Extensão (km) | Investimento (M€) |
| 2009        | 3                  | 20,9          | 26,0              | 17                | 116,1         | 91,3              | 18               | 146,5         | 139,0             |
| <b>2010</b> | <b>3</b>           | <b>6,0</b>    | <b>8,5</b>        | <b>1</b>          | <b>3,0</b>    | <b>8,2</b>        | <b>15</b>        | <b>151,7</b>  | <b>156,3</b>      |

### 5.3.1.1 IC17 - CRIL - Sublanço Buraca/Pontinha

A execução do trecho da CRIL entre o Nó da Buraca (Pina Manique) e o Nó da Pontinha irá permitir o fecho da Circular Interna de Lisboa, assumindo, como tal, extrema importância na melhoria que irá introduzir nas actuais condições de circulação e de mobilidade rodoviária na Área Metropolitana de Lisboa, promovendo o descongestionamento de importantes artérias da cidade, nomeadamente da 2ª Circular.

Esta via reveste-se de imprescindível interesse público, quer para as populações que vivem na zona afectada, quer para o direito de circulação de bens e serviços.

Com efeito, a conclusão da CRIL, enquanto anel intermédio de acessibilidade à cidade, permitirá criar novas acessibilidades, por via da interacção, com outras vias de grande capacidade, designadamente com as auto-estradas “A5 – Lisboa / Cascais”, “A8 – Lisboa / Leiria”, “A1 – Lisboa / Porto”, “A12 – Ligação à Ponte Vasco da Gama” e ainda com o IC19, o Eixo Norte-Sul (IP7) e, indirectamente, com a “A9 – CREL”, através de duas Radiais (IC16-Radial da Pontinha e IC22 - Radial de Odivelas), permitindo assim a criação de um instrumento de distribuição de tráfego eficiente e sistemático, bem como, uma articulação efectiva entre toda a rede estruturante com a qual interliga.

Com a conclusão da CRIL, os congestionamentos de tráfego e o elevado número de acidentes constantes em muitas vias da cidade, com especial enfoque na 2ª Circular, vão diminuir e será possível a um volume de tráfego acima dos 100.000 veículos/dia circular nesta região, sem ter de entrar nas zonas residenciais para atingir o seu destino, tendo como consequência uma redução de níveis de ruído e de poluição atmosférica

É esperada uma redução de cerca de 25% no tráfego que circula na 2ª circular, correspondentes a 40000 veículos por dia, em 33% no tráfego que circula na CREL, correspondente a uma redução de 15000 veículos por dia, e em 20% o tráfego que circula na Calçada de Carriche (12 000 veículos / dia).

O fecho da CRIL permite igualmente uma redução significativa dos tempos de percurso (horas de viagens gastas em deslocações) e das distâncias percorridas nas deslocações inter-regionais, apresentando também vantagens muito significativas ao nível da redução da sinistralidade rodoviária, por efeito da melhoria das condições de circulação, estimando-se uma redução do indicador de gravidade para um terço, quando comparados com os actuais percursos pela rede municipal existente.

Importa também salientar que a obra em causa se desenvolve num ambiente urbano que se encontra fortemente condicionado pelas edificações que marginam o corredor reservado para a construção da via, as quais compreendem diversas áreas degradadas e carenciadas de um ponto de vista urbano e social.

A solução prevista para a CRIL considera também estas situações, na medida em que prevê o tratamento urbanístico e paisagístico destas zonas, potenciando a execução de uma importante requalificação urbana, através da criação de espaços verdes e de áreas de lazer.

No decorrer do ano de 2010 (Junho) foi aberto ao tráfego o troço compreendido entre o Nó da Pontinha e o Nó de Alfovelos, ainda que condicionado. Em Setembro foi concluída a estrutura do Túnel de Benfca e em Dezembro foram abertas ao tráfego as últimas ligações viárias à superfície associadas à conclusão do Nó da Damaia.

Decorrem os trabalhos de instalação dos equipamentos electromecânicos associados ao sistema de gestão e controlo dos Túneis de Benfca e da Venda Nova, prevendo-se para muito breve o início dos testes de funcionamento.

À superfície, decorrem essencialmente trabalhos de integração paisagística associados à requalificação urbana e à criação de espaços verdes e de áreas de lazer.

### 5.3.2 Construção e Requalificação de Obras de Arte

No que se refere à construção de obras de arte, de que se destaca a necessidade de substituição de estruturas já existentes, regista-se:

|      | <b>Obras</b>       |          |                   |                   |          |                   |                  |          |                   |
|------|--------------------|----------|-------------------|-------------------|----------|-------------------|------------------|----------|-------------------|
|      | Concursos Lançados |          |                   | Obras Adjudicadas |          |                   | Obras Concluídas |          |                   |
|      | N.º Eventos        | N.º O.A. | Investimento (M€) | N.º Eventos       | N.º O.A. | Investimento (M€) | N.º Eventos      | N.º O.A. | Investimento (M€) |
| 2008 | 3                  | 3        | 7,6               | 5                 | 8        | 2,2               | 5                | 13       | 12,4              |
| 2009 | 12                 | 21       | 5,6               | 6                 | 7        | 1,8               | 6                | 10       | 2,0               |
| 2010 | 10                 | 16       | 9,4               | 10                | 16       | 11,8              | 9                | 10       | 4,1               |

### 5.3.3 Estudos e Projectos de Construção

Os Estudos e Projectos de Construção incluem Estudos Prévios de Vias Novas e Projectos de Execução de Vias Novas, Requalificação de Vias e Construção de Obras de Arte:

|      | Estudos e Projectos de Construção |               |                   |                               |               |                   |                    |               |                   |
|------|-----------------------------------|---------------|-------------------|-------------------------------|---------------|-------------------|--------------------|---------------|-------------------|
|      | Concursos lançados                |               |                   | Estudos Adjudicados/Iniciados |               |                   | Estudos Concluídos |               |                   |
|      | N.º Eventos                       | Extensão (km) | Investimento (M€) | N.º Eventos                   | Extensão (km) | Investimento (M€) | N.º Eventos        | Extensão (km) | Investimento (M€) |
| 2009 | 11                                | 113,9         | 1,92              | 24                            | 154,7         | 4,12              | 17                 | 532,8         | 10,43             |
| 2010 | 3                                 | 2,5           | 0,37              | 15                            | 88,4          | 1,9               | 11                 | 296,3         | 3,72              |

Dos Estudos e Projectos de Construção destacam-se, neste ano e a título exemplificativo, os seguintes:

- **Variante à EN14 - Maia (Nó do Jumbo) / Famalicão (Nó da Cruz do IP1/A3)**, Estudo Prévio e Projecto de Execução que visam a concretização de uma nova via alternativa a actual EN14 nos concelhos de Maia, Trofa e Vila Nova de Famalicão, com uma extensão prevista de 34 km.

A concretização desta via permitirá melhorar a ligação entre os referidos concelhos, que têm tráfego de veículos associado à forte indústria local, e contemplando a acessibilidade à Plataforma Logística Maia/Trofa.

Foi concluída a fase de Estudo Prévio e está a ser desenvolvida a fase de Projecto de Execução.

- **IC6/IC7/IC37**, conclusão do Estudo Prévio. O objectivo deste estudo consistiu em viabilizar estes três Itinerários Complementares, à escala 1:5.000, em função de todas as condicionantes orográficas, ambientais e territoriais existentes, e soluções alternativas de traçado que auxiliassem e sustentassem a tomada de decisão ambiental no âmbito do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) a que foi posteriormente sujeito.

O trabalho realizado envolveu a análise de traçados em cerca de 140 km de extensão, contabilizando-se num total de cerca de 260 km se forem tidas em conta todas as soluções alternativas apresentadas no estudo final (ao longo das quais foi estudada a implantação de 34 nós de ligação, 117 viadutos/pontes e 20 túneis), numa área ambientalmente sensível.

### 5.3.4 Expropriações

Em 2010, o investimento em processos de expropriação de parcelas cuja gestão do contrato e fiscalização pertencem à EP, ascendeu ao montante global aproximado de 40 milhões de euros.

|  | 2008             | 2009            | 2010            |
|--|------------------|-----------------|-----------------|
| <b>Total Pago</b>  | 120.048.443,61 € | 71.041.367,72 € | 39.728.486,09 € |
| N.º de Parcelas Expropriadas,<br>Autos de Expropriação Amigável celebrados | 3.703            | 2.801           | 1.428           |

Tal como em anos anteriores, manteve-se um esforço na resolução de processos expropriativos cuja DUP se encontra publicada há mais de 2 anos. Em resultado do trabalho desenvolvido, conseguiu reduzir-se para 464 o número de processos de parcelas amigáveis por concluir. Assim, no final do ano de 2010, este conjunto de processos correspondia apenas a 4% do total do acervo de processos de parcelas amigáveis pendentes em aberto, constatando-se que em 74% dos processos por concluir, o seu não encerramento é responsabilidade dos expropriados e demais interessados, resultando essencialmente de problemas de actualização documental e registo no nome dos titulares das parcelas.

Encontram-se ainda pendentes 10.970 parcelas em análise, bem como 2.800 processos litigiosos activos, que incluem um número muito significativo de parcelas das Concessões do Estado a cargo da EP, de acordo com os respectivos contratos.

### 5.4 Concessões

Durante o ano de 2010, foi alterada a natureza dos pagamentos efectuados às concessionárias cujas receitas de portagem passam a beneficiar a EP (Costa de Prata, Grande Porto, Norte Litoral, Grande Lisboa e Norte), passando as respectivas concessionárias a usufruir de um regime de remuneração em função da disponibilidade das vias.

O contrato da concessão das Beiras Litoral e Alta foi também alterado para o regime de disponibilidade tendo o governo previsto para 2011 a entrada em vigor de um regime de portagens.

Nas demais concessões salienta-se a concessão Oeste pelo volume de investimento (cerca de 18,9 Milhões de Euros) efectuado ao longo de 2010, relevando as obras de alargamento da A8 no sublanço “CRIL-Loures” que integra a concessão da EP.

## 5.5 Subconcessões

Relativamente ao conjunto das subconcessões destaca-se a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas aos sete contratos assinados entre o final de 2008 e o início de 2010, Douro Interior, Transmontana, Baixo Alentejo, Baixo Tejo, Litoral Oeste, Algarve Litoral e Pinhal Interior, após a conclusão de um processo de reforma que visou corrigir os argumentos que tinham levado o mesmo Tribunal de Contas a emitir acórdãos de recusa do visto prévio no final de 2009.

Neste momento os trabalhos de execução estão em curso em todas as subconcessões evidenciando-se nos quadros seguintes as aberturas de troços entretanto ocorridas e uma síntese da situação de cada concessão:

| <b>Abertura ao Tráfego</b>  |  |
|---|--|
| <b>Subconcessão Douro Interior</b><br>IP2 Trancoso / Celourico da Beira<br>IC5 Murça / Nó do Pombal (km 0/km 7) |  |
| <b>Subconcessão Litoral Oeste</b><br>EN242 Variante Nazaré<br>IC2 Nó do IC36 / Nó da EN109                      |  |

| <b>Subconcessões</b>   | Em serviço<br>km<br>(1) | Construção<br>km<br>(2) | Projecto<br>km<br>(3) | Total<br>km<br>(1)+(2)+(3) | Investimento Inicial<br>2010/2012<br>(€M)<br>(4) |
|------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------------------|--|
| <b>Douro Interior</b>  | 40                      | 202                     |                       | 242                        | 590  |
| <b>Transmontana</b>    | 56                      | 138                     |                       | 194                        | 509  |
| <b>Baixo Alentejo</b>  | 220                     | 66                      | 61                    | 347                        | 395  |
| <b>Baixo Tejo</b>      | 36                      | 24                      | 14                    | 74                         | 255  |
| <b>Algarve Litoral</b> | 238                     | 8                       | 28                    | 274                        | 177  |
| <b>Litoral Oeste</b>   | 35                      | 77                      |                       | 112                        | 420  |
| <b>Pinhal Interior</b> | 357                     | 14                      | 149                   | 520                        | 918  |
|                        | <b>982</b>              | <b>529</b>              | <b>252</b>            | <b>1.763</b>               | <b>3.264</b>                                     |

- (1) Rede contruída pela EP e transferida para as subconcessionárias ao abrigo do programa de concurso
- (2) Construção iniciada após a assinatura do contrato de subconcessão
- (3) Rede projectada pela subconcessionária e ainda em processo de aprovação
- (4) Algumas subconcessões iniciaram os trabalhos ainda em 2009, mas a maior parte do investimento inicial das subconcessões ocorre no triénio 2010/2012



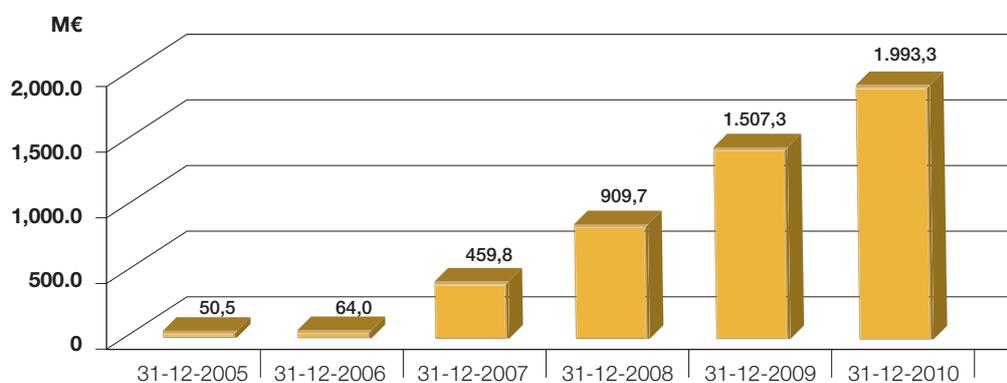
EMPRÉSTIMOS E  
**GESTÃO DE RISCO**  
**FINANCEIRO**

## 6. EMPRÉSTIMOS E GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

### Dívida de Financiamento

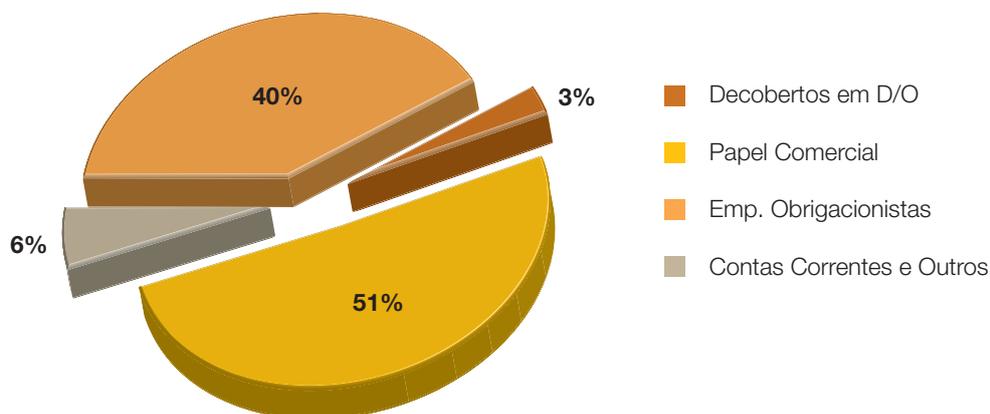
A EP iniciou o seu endividamento bancário, junto da banca comercial, em meados de 2005, tendo evoluído da seguinte forma:

#### Evolução da Dívida de Financiamento



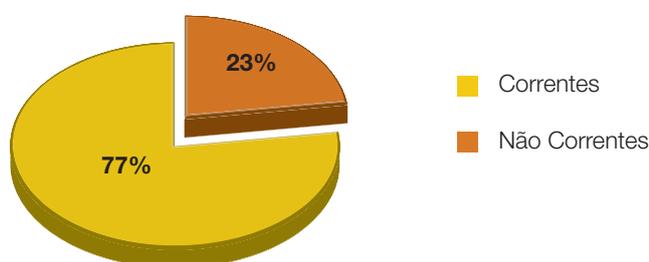
Durante o período compreendido entre 2005 e 2007, a dívida bancária da EP era constituída por linhas de crédito de curto prazo, nomeadamente por descobertos bancários e contas correntes. A partir de 2008, converteram-se algumas destas linhas em Programas de Papel Comercial e negociaram-se novas linhas de crédito. Assim, a dívida da empresa passou a ter, no final de 2010, a seguinte decomposição:

#### Dívida por Natureza



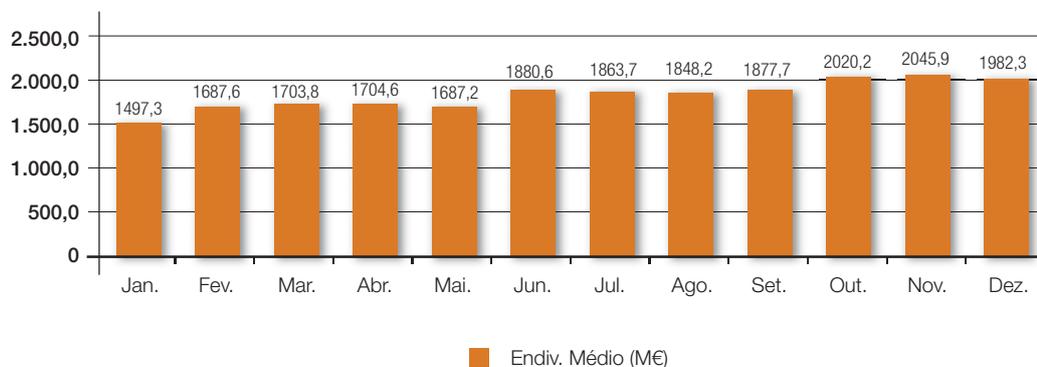
No final de 2009, a EP integrou, na sua dívida, a componente de médio/longo prazo, quando da contratação, junto do Banco Europeu de Investimento, de um financiamento a 20 anos. Apesar da actual conjuntura, em meados de Julho de 2010, a EP reforçou esta componente, ao emitir um empréstimo obrigacionista de 125 milhões de Euros, também pelo período de 20 anos, diversificando tanto as entidades financiadoras como os instrumentos de financiamento. Durante o ano foi igualmente concretizado um financiamento bancário a médio prazo. Em 31 de Dezembro de 2010, a dívida manteve-se, em grande parte, no curto prazo, contudo, o peso da componente de empréstimos não correntes quase duplicou face ao ano anterior, pelo que, a repartição da dívida da empresa, por maturidade, é a seguinte:

### Dívida por Maturidade



Durante o ano de 2010, o endividamento bancário aumentou 487 milhões de Euros, sendo notório o seu agravamento, resultante dos pagamentos das rendas das SCUTs no final dos meses de Janeiro, Maio e Setembro, tendo-se alterado esta tendência, durante o segundo semestre do ano, por via da reversão das portagens das Concessões da Grande Lisboa e do Norte para a EP e, mais tarde, em Outubro, pela introdução das portagens nas ex-SCUTs da Costa da Prata, Norte Litoral e Grande Porto e pela recepção da A21, conforme se pode verificar no mapa seguinte, que retrata o endividamento médio mensal em 2010:

### Endividamento Médio Mensal

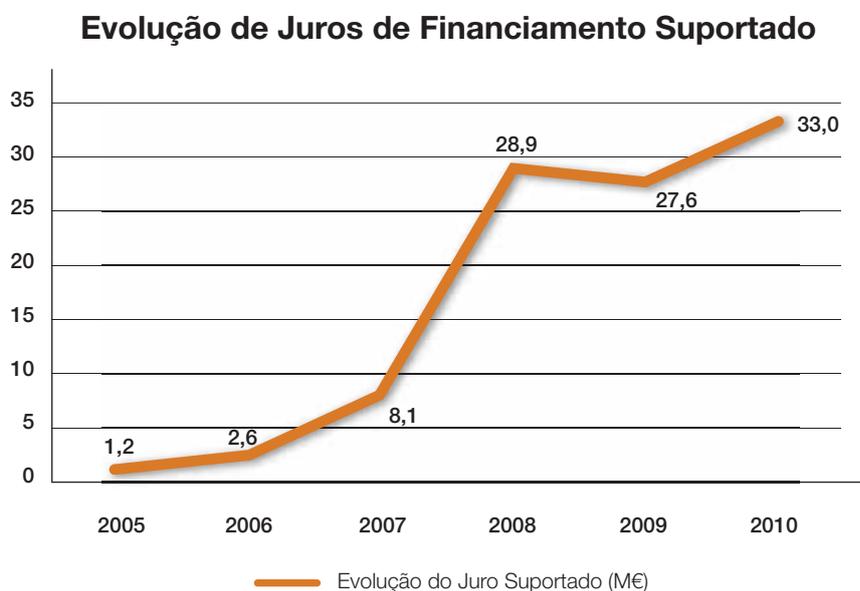


No âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013 (PEC) foi definido um conjunto extraordinário de medidas para o Sector Empresarial do Estado no sentido de promover uma maior selectividade no investimento público e uma redução do crescimento do nível de endividamento. Nesse sentido foram fixados limites máximos para a variação do endividamento das empresas públicas não financeiras. O nível de endividamento fixado para a EP era de 1.999,9 milhões de Euros, conforme consta no “Quadro IV.6.5. Endividamento das EPNF” do Relatório OE 2011 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, publicado em Outubro de 2010. Verificou-se no encerramento de 2010 que a EP não só cumpriu integralmente o compromisso assumido como ficou ainda a cerca de 7 milhões de Euros abaixo.

Durante o ano de 2010, a EP cumpriu o previsto no artigo 17º da Lei n.º12-A/2010, de 30 de Junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual “... as entidades que integram o Sector Empresarial do Estado, ..., devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, I.P. ...”, atendendo que a EP utiliza constantemente descobertos bancários não fazendo aplicações financeiras ao longo do ano.

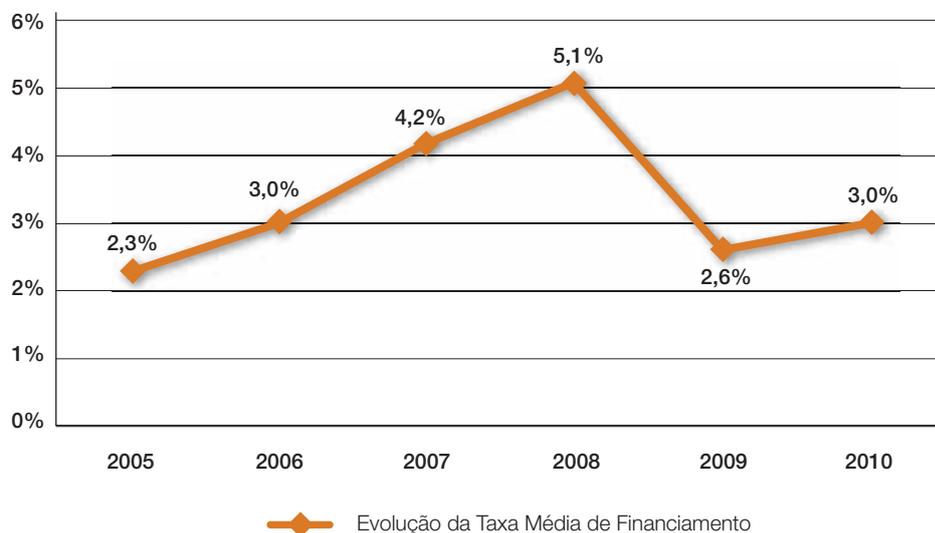
### Juros suportados e instrumentos de cobertura de risco

No gráfico seguinte, indicam-se os montantes de juros de financiamento pagos entre os anos de 2005 e de 2010:

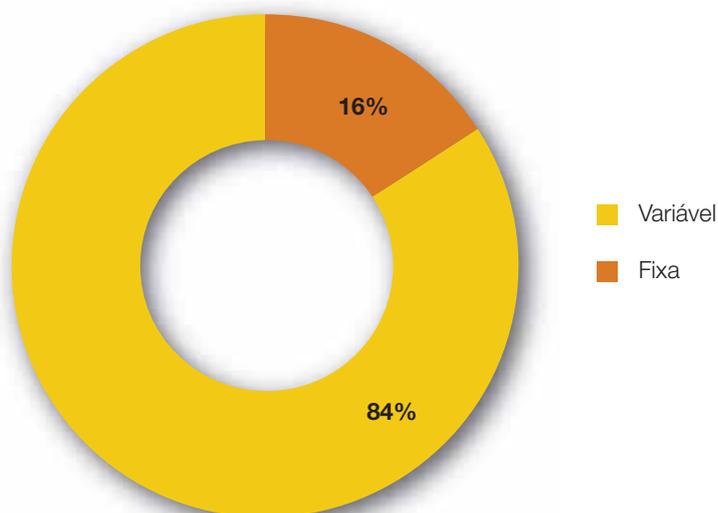


O aumento do valor de juros efectivamente pago durante o ano de 2010 está relacionado não só com o aumento do endividamento bancário (487 milhões de Euros), mas também com a subida dos spreads associados ao financiamento, provocada pela actual conjuntura dos mercados financeiros.

### Evolução da Taxa Média de Financiamento (2005 - 2010)



A exposição dos empréstimos da EP às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais em curso é a seguinte:



Durante o ano de 2010 a EP contratou um instrumento financeiro derivado, SWAP taxa de juro com maturidade de 15 de Julho de 2030 e que tem como montante subjacente 125 milhões de Euros, que se destinou a minimizar o risco de exposição a variação de taxa de juro. Este SWAP encontra-se mensurado pelo seu justo valor.

| Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01   | CUMPRIDO |   |     |
|---|----------|---|-----|
|   | S        | N | N.A |
| <b>Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva</b>         |          |   |     |
| Diversificação de instrumentos de financiamento   | X        |   |     |
| Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis  | X        |   |     |
| Diversificação das entidades credoras   | X        |   |     |
| Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado           | X        |   |     |
| <b>Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes</b>                                      |          |   |     |
| Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis        | X        |   |     |
| Contratação da operação que minimaliza o custo financeiro (all-in-cost) da operação                       | X        |   |     |
| Minimização da prestação de garantias reais   | X        |   |     |
| Minimização de cláusulas restritivas (covenants)  | X        |   |     |
| <b>Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa</b>                    |          |   |     |
| Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura dos investimentos              | X        |   |     |
| Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP       | X        |   |     |
| Utilização de autofinanciamento e de receitas de investimento   | X        |   |     |
| <b>Inclusão nos R&amp;C</b>   |          |   |     |
| Descrição da evolução taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos                                | X        |   |     |
| Juros suportados anualmente com passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos                   | X        |   |     |
| Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro | X        |   |     |
| <b>Reflexão nas DF 2010 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira</b>      | X        |   |     |

Legenda:

FC - Fundos comunitários

CP - Capital próprio

S - Sim

N - Não

N.A. - Não aplicável

FUNDOS COMUNITÁRIOS E  
**ESFORÇO FINANCEIRO  
PÚBLICO**

## 7. FUNDOS COMUNITÁRIOS E ESFORÇO FINANCEIRO PÚBLICO

Uma outra fonte de financiamento da EP tem sido os fundos comunitários.

(Milhares de Euros)

| Programa  | Anos Anteriores  | 2009          | 2010          | Total            |
|---|------------------|---------------|---------------|------------------|
| <b>FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO RECEBIDO - QCA III -</b> |                  |               |               |                  |
| <i>IOAT</i>   | 677.020          | 5.204         | 1.486         | 683.711          |
| <i>PRD-ALENT</i>                                      | 62.147           | 1.841         | 0             | 63.988           |
| <i>PRD-ALG</i>  | 38.758           | 0             | 468           | 39.226           |
| <i>PRD-CENTRO</i>                                     | 138.143          | 4.983         | 0             | 143.126          |
| <i>PRD-LVT</i>  | 27.124           | 0             | 0             | 27.124           |
| <i>PRD-NORTE</i>                                      | 201.467          | 8.953         | 0             | 210.420          |
| <i>OUTROS</i>   | 183              | 0             | 0             | 183              |
| FUNDO DE COESÃO II                                    | 161.945          | 1.032         | 1.568         | 164.545          |
| B5-700  | 10.384           | -122          | 0             | 10.262           |
| INTERREG III A  | 17.925           | 437           | 31            | 18.393           |
| <b>SUB-TOTAL</b>                                      | 1.335.096        | 22.328        | 3.553         | 1.360.977        |
| <b>FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO RECEBIDO - QREN</b>      |                  |               |               |                  |
| <i>POVT (FUNDO DE COESÃO)</i>                         | 0                | 55.352        | 23.944        | 79.296           |
| <b>TOTAL</b>  | <b>1.335.096</b> | <b>77.680</b> | <b>27.497</b> | <b>1.440.273</b> |

Com o encerramento do QCA III, a EP recebeu menores valores de fundos comunitários nos últimos dois anos.

Com início em 2009, a maior parcela de valores recebidos teve por base a candidatura do investimento da CRIL que foi apresentado no âmbito do QREN.

Por decisão do accionista Estado, em 23 Dezembro de 2010, foi aprovado o aumento do capital social em 130.000.000 Euros, inteiramente subscrito pelo Estado, perfazendo assim o total de 330.000.000 Euros, representado por 66.000 acções nominativas, de 5.000 € cada.

| <b>Esforço Financeiro Público</b>          | <b>2010</b>    | <b>2009</b>   |
|--|----------------|---------------|
| Dotações de Capital                        | 130.000        | 0             |
| Indemnizações Compensatórias               | 0              | 0             |
| Total do Subsídios ao Investimento         | 27.497         | 77.680        |
| PIDDAC                                     | 0              | 0             |
| FEDER                                      | 1.985          | 21.418        |
| Fundo de Coesão                            | 25.512         | 56.384        |
| Outros comunitários                        | 0              | -122          |
| Outros nacionais                           | 0              | 0             |
| <b>Total do Esforço Financeiro Público</b> | <b>157.497</b> | <b>77.680</b> |





GOVERNO  
**DA SOCIEDADE**

## 8. GOVERNO DA SOCIEDADE

---

### 8.1 Estatutos e Missão

A EP – Estradas de Portugal, S.A. é uma Sociedade anónima de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei 374/2007, de 7 de Novembro, com o capital social de 200.000 000 euros, detido em 100% pelo Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

Por decisão do accionista Estado, em 23 Dezembro de 2010, foi aprovado o aumento do capital social em 130.000.000 Euros, inteiramente subscrito pelo Estado, perfazendo assim o total de 330.000.000 Euros, representado por 66.000 acções nominativas, de 5.000 € cada.

A empresa celebrou com o Estado, em 23 de Novembro de 2007, um Contrato de Concessão por um período de 75 anos, cujas bases foram aprovadas pelo Decreto-Lei Nº 380/2007, de 13 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei Nº 110/2009, de 18 de Maio.

O financiamento da Rede Rodoviária Nacional a cargo da EP - Estradas de Portugal, S.A. é regulado pela Lei Nº 55/2007, de 31 de Agosto, que cria a Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR).

A EP – Estradas de Portugal, S.A. tem como Missão a prestação, em moldes empresariais, de um serviço público cujo objecto consiste, por um lado, no financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional e por outro, na concepção, projecto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional Futura.

## 8.2 Orientações Estratégicas e Políticas da Empresa

### **Orientações estratégicas**

As orientações estratégicas em vigor foram aprovadas em Assembleia Geral de 13 de Novembro de 2007.

Constituem princípios orientadores da gestão da EP - Estradas de Portugal, S.A.:

→ A implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão, traduzidas em objectivos ambiciosos (mas atingíveis) e mensuráveis anual e plurianualmente;

→ A adopção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas públicas;

→ O desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa nova filosofia de gestão que contemple as dimensões económicas, ambiental e social.

Do novo modelo de organização e financiamento do sector rodoviário decorrem as seguintes linhas de orientação estratégica para a EP - Estradas de Portugal, S.A.:

→ Assegurar a sustentabilidade financeira da EP no quadro do modelo de financiamento do sistema rodoviário;

→ Prosseguir os objectivos de redução dos níveis de sinistralidade e de sustentabilidade ambiental fixados no quadro II anexo às Bases da Concessão;

→ Relativamente à Construção:

- Promover a extensão da rede viária nacional prevista no PRN, num quadro de conectividade nacional e internacional;
- Contratualizar a rede viária fundamental de ligação às capitais de distrito e 90% da rede de auto-estradas;
- Dinamizar a conclusão da rede de IC;
- Assegurar o cumprimento de acordo com a calendarização definida pelo Governo para a execução do PRN2000.

→ Relativamente à Conservação e Exploração:

- Prosseguir níveis de eficiência de custos de exploração e manutenção, em linha com as melhores práticas;

- Disponibilizar a via aos utentes de acordo com os níveis de serviço estipulados para cada tipo de estrada.

### **Código de Ética**

O Código de Ética da EP reflecte os valores da empresa e clarifica as normas de conduta que os responsáveis da organização e seus trabalhadores devem prosseguir na sua relação profissional, nas relações na empresa e desta com terceiros que com ela realizam ou desenvolvem actividades profissionais, dando especial enfoque às que norteiam a prestação do serviço público.

Os valores expressos têm que ser entendidos como princípios orientadores que, devendo ser observados por todos os trabalhadores da organização, quadros dirigentes e administração, devem tomar também parte integrante da sua identidade, da sua actividade e, sobretudo, do valor e da responsabilidade social da empresa, constitutivos de condição necessária ao incremento do prestígio e reconhecimento da empresa.

O Código de Ética da EP foi formalmente divulgado a todos os seus colaboradores e está disponível tanto na intranet como no site da empresa.

### **Política de Sustentabilidade**

A EP assumiu o compromisso de adoptar princípios de actuação no âmbito do desenvolvimento sustentável, numa perspectiva de criação de valor para a empresa e para a sociedade. Através desta política a empresa compromete-se a:

- Promover a eficiência ambiental em todas as suas áreas de actuação, nomeadamente a redução de impactes ambientais nas actividades de construção e conservação de infraestruturas rodoviárias, através da adopção de um Sistema de Gestão Ambiental;
- Reforçar a segurança rodoviária e a redução dos níveis de sinistralidade rodoviária, procurando melhorar os níveis de serviço das infra-estruturas que gere, através da monitorização dos indicadores dos Sistemas de Gestão;
- Investir na excelência da prestação do serviço público ao utente, melhorando os níveis de serviço prestado na óptica da comodidade, conforto, segurança e informação de tráfego;
- Adoptar elevados padrões de ética e conduta, promovendo o rigor, transparência, equidade, isenção e integridade nas relações com os parceiros e estimulando o seu envolvimento em práticas de responsabilidade social e ambiental;
- Fomentar a investigação e a inovação procurando novos processos e materiais a incorporar nas suas actividades;
- Adoptar uma estratégia de gestão de risco, aplicada a todos os processos de gestão, constituindo uma responsabilidade de todos os colaboradores;
- Promover o desenvolvimento dos seus recursos humanos, procurando a excelência do desempenho e o desenvolvimento de uma cultura organizacional socialmente responsável;

- Promover e incentivar a segurança no trabalho em todas as obras sob a sua responsabilidade e em todas em que a EP se assume como dono de obra;
- Fomentar a eficiência dos serviços, segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, com aplicação sistemática de medidas de melhoria;
- Empenhar-se na promoção do diálogo com todos os parceiros, procurando ir ao encontro das suas legítimas expectativas;
- Promover e colaborar em projectos de âmbito social no seio das comunidades em que se insere.

### **Política de Qualidade**

O Sistema de Gestão da Qualidade da EP actua como um dos pilares importantes para a melhoria de desempenho e criação de soluções inovadoras, capazes de alavancarem os níveis de satisfação das entidades intervenientes. A política da qualidade de empresa assenta nos seguintes princípios:

- Empenho e compromisso dos Órgãos de Gestão na consciencialização, envolvimento e motivação para uma cultura da Qualidade em toda a organização;
- Cumprimento de requisitos e satisfação de expectativas das entidades intervenientes, nomeadamente, o accionista, as autoridades públicas, os organismos públicos e privados, os fornecedores, os colaboradores, o utente e o cidadão em geral;
- Melhoria contínua dos seus processos na óptica de uma gestão eficiente e eficaz;
- Formação e desenvolvimento do seu quadro de pessoal, sustentados numa conjugação entre formação e prática, contribuindo para aumentos de produtividade em toda a empresa;
- Melhores práticas no relacionamento com entidades intervenientes no sector das infra-estruturas rodoviárias, através da promoção e dinamização de relações estáveis, duradouras e de mútua confiança;
- Colaboração com os seus fornecedores para a melhoria do desempenho das suas prestações no sector das infra-estruturas rodoviárias.

Neste contexto, a empresa assumiu como compromisso:

- O conhecimento das necessidades e expectativas das entidades intervenientes, bem como o estabelecimento de estratégias, objectivos e planos de acção;
- A provisão dos recursos necessários para que os objectivos sejam atingidos;
- A definição clara dos serviços afectados, responsabilidades, e identificação dos processos existentes;

- O desenvolvimento das competências profissionais e estímulo da motivação e satisfação de todos os colaboradores;
- O desenvolvimento de sistemas de comunicação interna e externa que permitam a divulgação de informação e a optimização das metodologias de trabalho;
- A garantia da medição e monitorização do desempenho do Sistema de Gestão da Qualidade, através dos objectivos da qualidade e dos indicadores estabelecidos para os processos.

A aplicação desta política, destinada a concretizar a efectiva realização de serviço público, constitui uma responsabilidade individual de cada colaborador da empresa.

## 8.3 Cumprimento das Orientações e Objectivos de Gestão

A gestão da empresa tem sido enquadrada nas orientações estratégicas em vigor, aprovadas pelo accionista em Assembleia Geral de 13 de Novembro de 2007, juntamente com a definição de objectivos de gestão contratualizados com os membros do Conselho de Administração para o mandato de 2007 – 2009.

Em 2010 não foram definidos objectivos de gestão, nem celebrado contrato de gestão com os membros do Conselho de Administração, apresentando-se no quadro seguinte os objectivos de fixados no Contrato de Concessão:

| INDICADORES                                  | Unid. | Fórmula de Cálculo   | Obj. fixados em 2010 | Executado a 31 Dez. 2010 | Observações  |
|--|-------|--|----------------------|--------------------------|--|
| Grau de Cumprimento do Contrato de Concessão | %     | Indicador compósito<br>Nível de Serviço +<br>Sinistralidade +<br>Externalidades Ambientais |                      | Indicador compósito      | <p>- <b>Nível de serviço:</b> cumprimento de 89,2% dos objectivos (205 pontos em 240 pontos possíveis), por impedimentos derivados da não contratualização da subconcessão AE Centro, que inclui o IP3;</p> <p>- <b>Sinistralidade:</b> cumprimento dos objectivos em 100%, sem penalizações (dados até Out/2010);</p> <p>- <b>Externalidades ambientais:</b> cumprimento de 100% dos objectivos do Contrato de Concessão relativos à Qualidade do Ar, bem como dos relativos aos recursos Hídricos e a Fauna. Quanto ao ruído, não foram cumpridos os objectivos definidos, por motivos externos à EP, já reportados à entidade reguladora e em apreciação.</p> |
| Índice de Gravidade                          | %     | Índice de Gravidade<br>$100 \times VM + 10 \times FG + 3 \times FL$                        | 29.388               | 24.624                   | Dados até Out/2010 - VM 0 = 85, FG = 266, FL = 4.488   |

## 8.4 Regulamentos externos e internos

A empresa está sujeita, na generalidade, a todas as normas jurídicas nacionais e europeias subjacentes à sua actividade, e em particular aos seguintes normativos:

- Decreto-Lei n.º 374/2007 de 7 de Novembro, pelos seus estatutos, publicados em anexo àquele diploma e que dele fazem parte;
- Ao Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas – Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de Agosto;
- Princípios de Bom Governo das empresas do Sector Empresarial do Estado constantes da Resolução do Conselho de Ministros 49/2007 de 28 de Março;
- Estatuto do gestor público - DL n.º 71/2007, de 27 de Março;
- Orientações Estratégicas do SEE - Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril;
- Código das Sociedades Comerciais - Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro;
- Ao Plano Rodoviário Nacional – Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de Julho, alterado pela Lei 98/99 de 26 de Julho;
- Ao Estatuto das Estradas Nacionais – Lei 2037 de 19 de Agosto de 1949 e Decretos-Lei n.ºs 41887 de 30 de Setembro de 1958; 13/71 de 23 de Janeiro; 219/72 de 27 de Junho; 148/77 de 12 de Abril; 13/94 de 15 de Janeiro; 25/2004 de 24 de Janeiro; 175/2006 de 28 de Agosto; 105/98 de 24 de Abril; e 166/99 de 13 de Maio; 175/2006 de 28 de Agosto;
- Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental – Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro;
- Protecção e segurança da zona da Estrada Nacional (EN) n.º 125 – Decreto-Lei n.º 83/2008 de 20 de Maio;
- Código da Contratação Pública (CCP) – Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro;
- Normas Técnicas Internas sobre Traçado, Pavimentação, Rotundas e Outras;

A gestão da actividade da empresa assenta ainda em regulamentos desenvolvidos internamente, dos quais se destaca o Código de Ética, como exprimindo os princípios orientadores para todos os demais regulamentos.

No âmbito dos direitos e deveres dos trabalhadores, a empresa rege-se por regulamentos internos, tais como, de carreiras, retributivo, de funções de chefia, das condições da prestação e disciplinar no trabalho, de registo e controlo dos tempos de trabalho, de deslocações em serviço, entre outros.

Com o objectivo de conduzir a empresa nos processos relacionados com a actividade imobiliária, foram produzidos normativos internos de carácter regulador como o regime de Alienação de Património Imobiliário da EP e de Arrendamento de Imóveis.

No âmbito da racionalização de custos, foram também definidas as normas de Atribuição e Utilização de Veículos e de Atribuição de Telefones Móveis.

No contexto operacional importa salientar o Manual do Centro Operacional, o Manual da Delegação Regional e os Manuais do Centro de Atendimento ao Utente, das Unidades Móveis de Intervenção e Apoio, estando a ser desenvolvido o Manual das Brigadas de Intervenção. Destaca-se em 2010 a concepção de um Manual de Gestão de Resíduos que regula a prática da EP em matéria de resíduos, tendo em conta a sua responsabilidade social, ambiental e jurídica.

Na sequência da implementação de uma Plataforma electrónica de Gestão Documental, foi elaborado um Manual de Gestão Documental que integra a definição de um Plano Geral de Arquivo.

No contexto organizacional foram também produzidos o Manual de Estrutura e Atribuições da EP, que agrega os princípios de organização e todo o conjunto de atribuições e competências das áreas da empresa, e ainda o Manual da Qualidade alinhados com as orientações do referencial normativo ISO 9001.

## 8.5 Transacções Relevantes e Outras Transacções

A empresa está sujeita ao cumprimento do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos.

Durante o exercício de 2010, a EP teve com três dos seus prestadores de fornecimentos e serviços externos um volume de transacções superior a 5% do total desta rubrica:

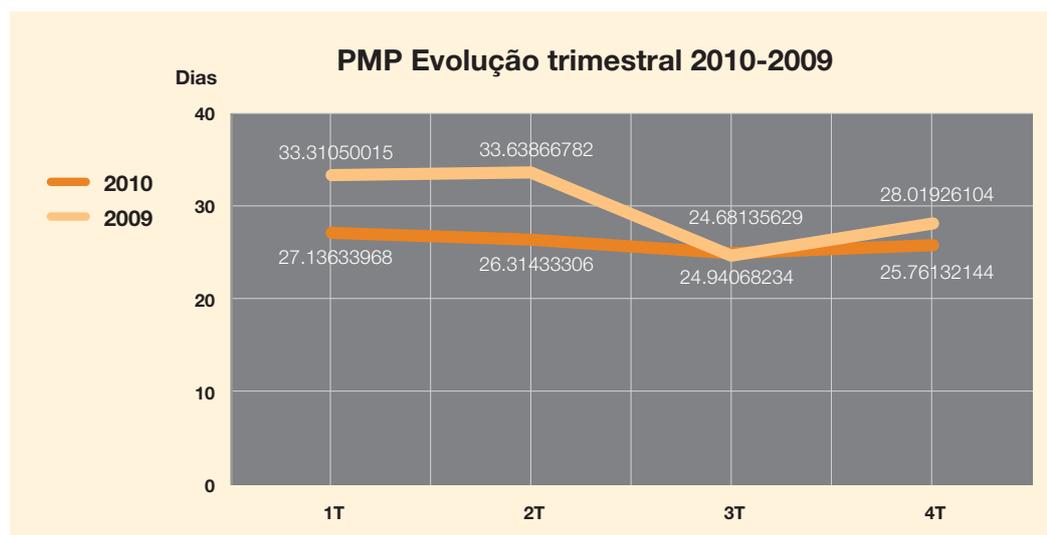
(Milhões de Euros)

| <b>Objecto</b>                          | <b>31.12.2010</b> |
|---|-------------------|
| CONSTRUÇÕES JJR & FILHOS, SA            | 11,8              |
| INTEVIAL GESTÃO INTEGRAL RODOVIÁRIA ,SA | 11,0              |
| CONSTRUÇÕES PRAGOSA, SA                 | 10,3              |

Nos valores acima apresentados não estão incluídos os custos com os encargos de liquidação e cobrança da Contribuição de Serviço Rodoviário imputados à EP pela Direcção Geral de Alfandegas e Impostos Especiais de Consumo no valor de 12,9 milhões de Euros.

## 8.6 Prazo Médio de Pagamentos

Em termos de prazo médio de pagamentos, ao longo dos dois últimos anos a EP tem vindo a melhorar este indicador.



Realça-se contudo que este prazo é significativamente influenciado pelo pagamento das responsabilidades com as Concessões, dado que estas, sendo de valores muito elevados, se verificam em datas fixas, com base em facturas emitidas com um curto prazo de vencimento.

## 8.7 Modelo de Governo

O modelo de governo constante dos Estatutos da sociedade aprovados pelo Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de Novembro, assenta numa estrutura social que inclui a Assembleia Geral, um Conselho de Administração, composto por um presidente, um vice-presidente e por três a cinco vogais, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas, ou sociedade de revisores oficiais de contas.

### Órgãos Sociais - Identificação e Competências

Os órgãos sociais da empresa em exercício a 31 de Dezembro de 2010 foram eleitos em Assembleia Geral de 23 de Julho de 2010 e tem as competências que lhes estão conferidas nos Estatutos da sociedade:

## Assembleia Geral

---

*Presidente:* Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

*Vice-Presidente:* Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura

*Secretária:* Dr<sup>a</sup>. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

---

### **Compete à Assembleia Geral:**

Deliberar sobre todos os assuntos para os quais a lei e os estatutos lhe atribuem competência;

Definir os objectivos básicos da empresa, particularmente para efeitos de preparação dos planos de investimentos e financiamentos e dos orçamentos;

Deliberar, sem prejuízo do disposto no artigo 37.º do regime jurídico aplicável ao sector empresarial do Estado, sobre a aquisição, a alienação ou a oneração de participações no capital de outras sociedades, bem como de obrigações e outros títulos semelhantes, ou sobre a criação de associações ou fundações cujo objecto social com elas se relacione;

Deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens do seu património autónomo, de valor superior a 10% do capital social, bem como estabelecer os respectivos termos e condições;

Aprovar os planos anuais e plurianuais de investimentos e respectivos planos de financiamento;

Aprovar os orçamentos anuais de exploração, de investimento e financeiros, bem como as respectivas actualizações que impliquem redução de resultados previsionais, acréscimo de despesas de investimento ou de necessidades de financiamento;

Aprovar a aquisição de bens imóveis, quando as verbas globais correspondentes não estejam previstas nos orçamentos aprovados;

Apreciar e aprovar o relatório de gestão, o balanço, as contas do exercício e o parecer dos órgãos de fiscalização e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício e utilização de reservas;

Eleger a mesa da assembleia-geral, os membros do conselho de administração, e os membros dos órgãos de fiscalização;

Deliberar sobre quaisquer alterações dos presentes Estatutos;

Deliberar sobre as remunerações dos membros dos corpos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de fixação de remunerações com poderes para fixar essas remunerações nos termos do Estatuto do Gestor Público e demais legislação aplicável.

## Conselho de Administração

---

| <b>Composição</b>  | <b>Responsabilidades na empresa:</b>  |
|--|---|
| <i>Presidente:</i><br>Dr. Almerindo da Silva Marques               | <ul style="list-style-type: none"><li>- Identidade e Representação</li><li>- Planeamento Controlo e Desenvolvimento</li><li>- Auditoria Geral</li><li>- Desenvolvimento Imobiliário</li><li>- Gabinete Corporativo</li></ul>  |
| <i>Vice-Presidente:</i><br>Engº. Eduardo José Coelho Andrade Gomes | <ul style="list-style-type: none"><li>- Construção e Manutenção</li><li>- Projectos</li><li>- Ambiente</li><li>- Centros Operacionais Norte, Grande Porto e Centro Norte</li><li>- Delegações Regionais de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu</li></ul> |
| <i>Vogais:</i><br>Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco   | <ul style="list-style-type: none"><li>- Financeira</li><li>- Contratação e Logística</li><li>- Qualidade e Segurança</li><li>- Operações de Rede</li></ul>  |
| Engª. Ana Sofia de Côrte-Real de Matos Tomaz                       | <ul style="list-style-type: none"><li>- Concessões</li><li>- Segurança Rodoviária</li><li>- Centros Operacionais Centro Sul, Sul e Grande Lisboa</li><li>- Delegações Regionais de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal</li></ul>                            |
| Dr. Rui Nelson Ferreira Diniz                                      | <ul style="list-style-type: none"><li>- Relações Institucionais</li><li>- Recursos Humanos</li><li>- Jurídico</li><li>- Sistema de Informação</li><li>- CRIL</li><li>- Expropriações</li></ul>  |

---

### **Compete ao Conselho de Administração:**

Propor o plano anual e o plano plurianual de actividades, bem como o orçamento e demais instrumentos de gestão provisional legalmente previstos, e assegurar as respectivas execuções;

Elaborar o relatório anual de gestão e de controlo orçamental, as contas do exercício e os demais instrumentos de prestação de contas;

Elaborar o relatório de actividades;

Elaborar o balanço social;

Acompanhar e avaliar sistematicamente a actividade desenvolvida pela empresa, designadamente responsabilizando os diferentes serviços pela utilização dos meios postos à sua disposição e pelos resultados atingidos;

Definir a estrutura e organização interna da empresa e o seu funcionamento;

Aprovar o regime retributivo e regulamento de carreiras;

Aprovar o regulamento disciplinar do pessoal, as condições de prestação e disciplina do trabalho e demais regulamentos internos;

Deliberar, nos termos da lei, sobre a realização de empréstimos ou outras operações financeiras;

Deliberar sobre a aquisição, alienação ou a oneração de bens do seu património autónomo, até ao limite previsto na alínea d) do n.º 5 do artigo 7.º dos presentes Estatutos, bem como estabelecer os respectivos termos e condições;

Aceitar doações, heranças ou legados;

Constituir mandatários, em juízo e fora dele, aos quais pode conferir o poder de substabelecer;

Exercer os poderes de direcção, gestão e disciplina do pessoal, nos termos da lei;

Exercer os poderes e praticar os actos conferidos ou previstos na lei;

Requerer, através do presidente do conselho de administração e nos termos do Código das Expropriações, às autoridades competentes providências de expropriação por utilidade pública, de ocupação de terrenos, de implantação de traçados e de estabelecimento de limitações ao uso de prédios ou de zonas de protecção e de exercício de servidões administrativas.

## Conselho Fiscal

---

*Presidente:* Dr<sup>a</sup>. Graça Maria Valente Montalvão

*Vogais:* Dr. William Hall Woolston  
Dr. António do Carmo Nuno de Abreu Peixoto

*Suplente:* Dr<sup>a</sup>. Teresa Isabel Carvalho Costa

---

### **Compete ao Conselho Fiscal:**

Dar parecer sobre o orçamento e suas revisões e alterações, bem como sobre o plano anual e plurianual de actividades na perspectiva da sua cobertura orçamental;

Dar parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;

Acompanhar com regularidade a gestão através dos balancetes e mapas demonstrativos da execução orçamental;

Manter o Conselho de Administração informado sobre os resultados das verificações e dos exames a que se proceda;

Propor a realização de auditorias externas, quando tal se mostre necessário ou conveniente;

Dar parecer sobre a subscrição de participações sociais em sociedades ou sobre as alterações do capital social nas participadas da EP;

Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto, em matéria de gestão económica e financeira, que seja submetido à sua consideração pelo Conselho de Administração;

Dar parecer sobre a aquisição e a oneração de bens imóveis;

Dar parecer sobre a contracção de empréstimos;

Elaborar relatórios da sua acção fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;

Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Conselho de Administração, pelo Tribunal de Contas e pelas entidades que integram o controlo estratégico do sistema de controlo interno da administração financeira do Estado.

## **Revisor Oficial de Contas**

---

Para além do Conselho Fiscal, a fiscalização da EP compete ainda a um revisor oficial de contas, ou sociedade de revisores oficiais de contas, que não sejam membros daquele órgão, nos termos do art. 17º dos Estatutos.

O cargo de Revisor Oficial de Contas é desempenhado pela Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda, representada pelo Dr. Rui Manuel Correia de Pinho.

## **Comissão de Fixação de Remunerações**

---

*Presidente:* Dr. Mário Alberto Duarte Donas

*Vogais:* Dr.<sup>a</sup>. Dina Celeste Carvalho Santos  
Dr.<sup>a</sup>. Filomena Bacelar

---

Compete a esta Comissão a fixação das remunerações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. As remunerações do Revisor Oficial de Contas são fixadas por estatuto próprio.

## **Auditor Externo**

---

A auditoria externa é exercida pela PricewaterhouseCoopers e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

### 8.7.1.1 Estatuto Remuneratório dos Membros dos Órgãos Sociais

O seguinte estatuto remuneratório dos membros dos órgãos sociais da empresa foi fixado pela Comissão de Fixação de Remunerações, de acordo com o seguinte:

| <b>Mesa da Assembleia Geral</b> | <b>Senhas de Presença</b> |
|---------------------------------|---------------------------|
| Presidente                      | 623,25 €                  |
| Vice-Presidente                 | 498,60 €                  |
| Secretária                      | 299,16 €                  |

| <b>Conselho de Administração</b> | <b>Remuneração Mensal</b> |                            |                           |
|----------------------------------|---------------------------|----------------------------|---------------------------|
|                                  | (até 31 de Maio 2010)     | (de 1 Jun. a 31 Dez. 2010) | (a partir de 1 Jan. 2011) |
| Presidente                       | 13.850,00 €               | 13.157,50 €                | 11.841,75 €               |
| Vice-Presidente                  | 11.500,00 €               | 10.925,00 €                | 9.832,50 €                |
| Vogais                           | 10.800,00 €               | 10.260,00 €                | 9.234,00 €                |

Do estatuto remuneratório fixado consta ainda a atribuição de uma componente variável, fixada num máximo de 35% da respectiva componente fixa, em função do cumprimento dos objectivos definidos anual e plurianualmente para o mandato. Esta componente variável da remuneração não será atribuída nos anos de 2010 e 2011, de acordo com o previsto no artigo 172º da Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, bem como no Despacho nº 5696-A/2010, de 25 de Março, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças e por determinação em Assembleia Geral de 23 de Julho de 2010.

O Conselho de Administração utiliza viaturas de serviço e telefones móveis da empresa.

A partir de 1 de Junho de 2010, as remunerações do Conselho de Administração foram reduzidas em 5%, por aplicação do estabelecido no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, reflectindo-se no quadro da remuneração mensal.

| <b>Conselho Fiscal</b> | <b>Remuneração Mensal</b> |
|------------------------|---------------------------|
| Presidente             | 1.385,00 €                |
| Vogais                 | 969,50 €                  |

#### **Revisor Oficial de Contas**

Os honorários do Revisor Oficial de Contas foram aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta os valores mínimos que resultaram da aplicação do regime legal do Revisores Oficiais de Contas, bem como os preços praticados no mercado.

### 8.7.1.2 Remunerações Anuais dos Órgãos Sociais

Em 2010 os Órgãos Sociais da empresa auferiram as seguintes remunerações anuais:

#### **Assembleia Geral**

Não foram pagas Senhas de Presença aos membros da Assembleia Geral em 2010.

#### **Conselho de Administração**

O quadro seguinte reflecte os valores das remunerações anuais e benefícios auferidos por todos os membros do Conselho de Administração que exerceram funções em 2010.

O Dr. Diogo Madeira exerceu funções no mandato 2007-2009, que terminou em 22 de Julho de 2010. O Dr. José Castel-Branco e a Eng<sup>a</sup> Ana Sofia Tomaz foram nomeados para o mandato 2010-2012, que iniciou a 23 de Julho de 2010.

Unid: €

| Remunerações 2010  | Mandato I - a partir de 23 de Julho |                                       |                              |                           |                                       |                               |
|--|-------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------|---------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|
|  | Mandato I - até 22 de Julho         |                                       |                              |                           |                                       |                               |
|  | Presidente - Dr. Almerindo Marques  | Vice-Presidente - Eng.º Eduardo Gomes | Vogal - Dr. Rui Nelson Dinis | Vogal - Dr. Diogo Madeira | Vogal - Dr. José Emilio Castel-Branco | Vogal - Eng.ª Ana Sofia Tomaz |
| <b>1. Remuneração</b>                                    |                                     |                                       |                              |                           |                                       |                               |
| 1.1. Remuneração base/Fixa a)                            | 193 899,57                          | 160 999,99                            | 147 600,00                   | 95 360,18                 | 61 230,00                             | 61 230,00                     |
| 1.2. Redução da Lei 12-A (30/06/2010)                    | 6 232,49                            | 5 174,99                              | 4 680,00                     | 2 337,48                  | 3 061,50                              | 3 061,50                      |
| 1.3. Remuneração base/Fixa efectiva (1.1. - 1.2.)        | 187 667,08                          | 155 825,00                            | 142 920,00                   | 93 022,70                 | 58 168,50                             | 58 168,50                     |
| 1.4. Senha de presença                                   | n.a.                                | n.a.                                  | n.a.                         | n.a.                      | n.a.                                  | n.a.                          |
| 1.6. Acumulação de funções de gestão                     | n.a.                                | n.a.                                  | n.a.                         | n.a.                      | n.a.                                  | n.a.                          |
| 1.7. Remuneração variável                                |                                     |                                       |                              |                           |                                       |                               |
| 1.8. IHT (sub.de isenção de horário de trabalho)         | n.a.                                | n.a.                                  | n.a.                         | -                         | n.a.                                  | n.a.                          |
| 1.9. Outras (férias não gozadas)                         | -                                   | -                                     | -                            | 1 4251,00                 | -                                     | -                             |
| <b>2. Outras regalias e compensações</b>                 |                                     |                                       |                              |                           |                                       |                               |
| 2.1. Gastos de utilização de telefones (*1)              | -                                   | 2 115,05                              | 1 163,64                     | 629,26                    | 85,81                                 | 1 385,71                      |
| 2.2. Subsídio de deslocação                              | n.a.                                | n.a.                                  | n.a.                         | n.a.                      | n.a.                                  | n.a.                          |
| 2.3. Subsídio de refeição                                | n.a.                                | n.a.                                  | n.a.                         | n.a.                      | n.a.                                  | n.a.                          |
| <b>3. Encargos com benefícios sociais</b>                |                                     |                                       |                              |                           |                                       |                               |
| 3.1. Regime convencionado                                | -                                   | 14 966,14                             | 14 966,14                    | 11 759,09                 | 2 664,01                              | 6 414,06                      |
| 3.2. Seguros de saúde                                    |                                     |                                       |                              |                           |                                       |                               |
| 3.3. Seguros de vida                                     | n.a.                                | n.a.                                  | n.a.                         | n.a.                      | n.a.                                  | n.a.                          |
| 3.4. Outros (identificar detalhadamente)                 | n.a.                                | n.a.                                  | n.a.                         | n.a.                      | n.a.                                  | n.a.                          |
| <b>4. Parque automovel</b>                               |                                     |                                       |                              |                           |                                       |                               |
| 4.1. Marca   | Audi                                | Mercedes                              | Mercedes                     | Mercedes                  | Mercedes                              | Mercedes                      |
| 4.2. Modelo  | A6                                  | Classe C                              | Classe C                     | Classe C                  | Classe C                              | Classe C                      |
| 4.3. Matrícula   | 83-EG-76                            | 81-HM-45                              | 63-HM-83                     | 63-HM-83                  | 81-HM-46                              | 81-HM-44                      |
| 4.4. Valor da viatura                                    | 46 089,54                           | 53 437,80                             | 53 437,80                    | 53 437,80                 | 53 437,80                             | 53 437,80                     |
| 4.5. Nº. Prestações b)                                   | n.a.                                | 48                                    | 48                           | 48                        | 48                                    | 48                            |
| 4.6. Valor de aquisição/renda da viatura de serviço (*2) | 46 089,54                           | 9 701,57                              | 9 701,57                     | 5 659,25                  | 4 042,32                              | 4 042,32                      |
| 4.7. Ano de aquisição da viatura                         | 2 007                               | 2009 (AOV)                            | 2009 (AOV)                   | 2009 (AOV)                | 2009 (AOV)                            | 2009 (AOV)                    |
| 4.8. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço | 3 946,31                            | 6 018,97                              | 6 746,74                     | 1 314,03                  | 1 830,74                              | 1 452,11                      |
| <b>5. Informações Adicionais</b>                         |                                     |                                       |                              |                           |                                       |                               |
| 5.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)               | n                                   | n                                     | n                            | n                         | n                                     | n                             |
| <b>5.2. Regime convencionado</b>                         |                                     |                                       |                              |                           |                                       |                               |
| 5.2.1. Segurança Social (s/n)                            | -                                   | s                                     | s                            | s                         | n                                     | s                             |
| 5.2.2. Outro (s/n)                                       |                                     |                                       |                              |                           | cga                                   |                               |
| 5.3. Exercício funções remuneradas fora grupo            | n.a.                                | n.a.                                  | n.a.                         | n.a.                      | n.a.                                  | n.a.                          |
| 5.4. Outras (identificar detalhadamente)                 | -                                   | -                                     | -                            | -                         | -                                     | -                             |

a) Corresponde à remuneração anual bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem caso esta opção tenha sido autorizada.

b) Nº. de prestações contratualizadas.

(\*1) Valores com IVA

(\*2) Valores com IVA

## Conselho Fiscal

| Remunerações Anuais |             |
|---------------------|-------------|
| Presidente          | 19.390,00 € |
| Vogais              | 13.573,00 € |

## Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas foram calculados em € 66.000 acrescidos de IVA, para o exercício de 2010.

### 8.7.1.1 Acumulação de Funções

Os membros do Conselho de Administração não acumularam funções, durante o ano de 2010.

### 8.7.1.2 Curricula dos Órgãos Sociais

#### **Conselho de Administração**

**Presidente** – Dr. Almerindo da Silva Marques

**Data de nascimento** - 20 de Dezembro de 1939

**Habilitações académicas** - Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras no ano de 1969.

**Actividade profissional** - Presidente do Conselho de Administração da Radiotelevisão Portuguesa, S.A., desde Julho de 2002, e da Radiodifusão Portuguesa, S.A. desde Outubro de 2002. Administrador do Banco Nacional Ultramarino desde 27 de Maio de 1999. Presidente do Conselho de Administração da SOGRUPO – Serviços Administrativos, ACE desde Janeiro de 1999. Administrador da Caixa Geral de Depósitos desde Julho de 1998. Director Geral do Barclays Bank – Lisboa, de Outubro de 1989 a Junho de 1997. Presidente do Banco Fonsecas & Burnay de Junho de 1986 a Setembro de 1989. Presidente da SIBS – Sociedade Gestora da Rede Multibanco desde a sua constituição até Junho de 1986. Secretário de Estado da Administração Escolar de Julho de 1976 a Junho de 1978.

**Vice-Presidente** – Eng.º Eduardo José Coelho Andrade Gomes

**Data de nascimento** - 17 de Maio de 1965

**Habilitações académicas** - Licenciatura em Engenharia Civil pela FEUP em 1988. Curso de Gestão da EGE da Universidade Católica do Porto em 2005/2006.

**Actividade profissional** - Assessor do Conselho de Administração da RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A. (2007). Presidente da Comissão Executiva da empresa Irmãos Cavaco, S.A. (2003/2006) e membro do Conselho de Administração (2006), após vários cargos de direcção nas áreas comercial e de produção da mesma empresa (1990/2002). Fez igualmente parte do Conselho de Administração das empresas Sociedade de Desenvolvimento e Exploração da Marina da Barra e Ecoambiente, S.A.. Foi docente da F.E.U.P. entre 1988/1990

**Vogal** – Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis

**Data de nascimento** - 9 de Maio de 1966

**Habilitações académicas** - Doutorando em “Gestão Empresarial Aplicada” no Instituto Superior de Ciências do Trabalho. Curso de Mestrado em “Ciências Jurídico-empresariais”, na Faculdade de Direito de Coimbra (1995) e Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra.

**Actividade profissional** - Secretário-Geral, Secretário do C.A. e Director do Gabinete de Recursos Humanos da EP – Estradas de Portugal (2005/2007). Secretário-Geral do IEP- Instituto das Estradas de Portugal (2003/2005) e do ICERR - Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (2000-2002). Adjunto do Secretário de Estado da Defesa Nacional, Adjunto do Secretário de Estado Adjunto de Primeiro-Ministro e Adjunto do Secretário de Estado da Indústria e Energia, todos no XIII Governo Constitucional. Jurista. Quadro do Gabinete Jurídico da Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A, Vogal do Conselho de Administração da Renoeste – Valorização de Recursos Naturais, S.A. (1998). Docente e investigador do Ensino Superior. Assistente contratado da Faculdade de Direito de Coimbra e Professor da Faculdade de Direito de Luanda (1992-1994).

**Vogal** – Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco

**Data de nascimento** - 27 de Agosto de 1961

**Habilitações académicas** - Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa no ano de 1984

**Actividade profissional** - Administrador da PARPÚBLICA – Participações do Estado (SGPS), S.A. de 2007 a 2010, Director-Geral do Tesouro e Finanças de 2005 a 2007, Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças do XIV Governo Constitucional, de 2001 a 2002, Subdirector - Geral do Tesouro de 1997 a 2001 e de 2002 a 2005, Director da Tesouraria Central do Estado de 1991 a 1997, Chefe de divisão do Gabinete de Gestão de Tesouraria da Direcção – Geral do Tesouro de 1987 a 1991. Desempenhou ainda os cargos de Vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, de Administrador não executivo da Capitalpor, SGSP, S.A. e de Administrador da Sagesecur, S.A.

**Vogal** – Eng.ª Ana Sofia Côrte-Real de Matos Tomaz

**Data de nascimento** - 23 de Maio de 1975

**Habilitações académicas** - Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa no ano de 1999.

**Actividade profissional** - Adjunta do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações de 2009 a 2010, Assessora do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações de 2007 a 2009, Coordenadora de Estudos e Projectos na EP – Estradas de Portugal de 2001 a 2007. Pós Graduação do Mestrado em Transportes no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa de 2002 a 2003.

## **Mesa da Assembleia Geral**

**Presidente da Mesa** - Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

**Data de nascimento** - 8 de Junho de 1956

**Habilitações académicas** - Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1979.

**Actividade profissional** - Depois do estágio de 18 meses, obteve a sua inscrição como Advogado, em 30 de Outubro de 1981, na Ordem dos Advogados, com a cédula profissional L-4921, tendo exercido a profissão, ininterruptamente, até à presente data.

**Secretária da Mesa** – Dr.ª. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

**Data de nascimento** - 12 de Setembro de 1959

**Habilitações académicas** - Licenciatura em Economia da Universidade Nova de Lisboa (1983); Pós Graduação em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos, pela Universidade Autónoma de Lisboa (2000) e Curso conducente ao Mestrado em Gestão e Administração Pública, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2006).

**Actividade profissional** - Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública – Directora da Direcção de Serviços das Participações do Estado, desde Novembro de 2007. Anteriormente, foi Assessora na área de acompanhamento das empresas do Sector Empresarial do Estado e exerceu cargos de direcção e chefia nas áreas financeira e de património no INETI e INGA. É membro dos órgãos sociais de várias empresas públicas e foi representante de Portugal nos comités do FEOGA-Garantia entre 2001 e 2002.

## Conselho Fiscal

**Presidente** – Dr<sup>a</sup>. Graça Maria Valente Nunes Montalvão Fernandes

**Data de nascimento** - 12 de Março de 1948

**Habilitações académicas** - Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto.

**Actividade profissional** - Desde 1989 é Quadro dirigente da Direcção Geral do Tesouro, sendo actualmente Directora de Apoios Financeiros. Anteriormente, exerceu funções de Técnica Superior do quadro da Direcção Geral do Tesouro e do Gabinete para a Cooperação Económica Externa, do Ministério das Finanças, do Serviço Central de Pessoal do Ministério da Reforma Administrativa e dos Serviços de Planeamento e Integração Económica de Moçambique.

**Vogal** – Dr. William Hall Woolston

**Data de nascimento** - 26 de Abril de 1935

**Habilitações académicas** - Licenciado em Direito na Universidade de Cambridge

**Actividade profissional** - Consultor em Auditoria e Contabilidade. Exerceu funções, até 1995 na Coopers & Lybrand, em Londres e Madrid e foi fundador desta empresa em Lisboa, onde desempenhou as funções de Administrador entre 1970 e 1992, tendo aberto as delegações do Porto, Maputo e Luanda. Até 1995, foi Membro de contacto em Portugal do “Institute of Chartered Accountants for England & Wales”

**Vogal** – Dr. António do Carmo Guerreiro Nuno de Abreu Peixoto

**Data de nascimento** - 1 de Maio de 1955

**Habilitações académicas** - Licenciado em Organização e Gestão de Empresas e MBA em Construção e Imobiliário.

**Actividade profissional** - Exerce funções desde 1996 no Grupo Tomás de Oliveira, sendo desde 2004 Administrador da Guedol – Engenharia, S.A., empresa do Grupo. No mesmo grupo, exerceu o cargo de Gerente na Consulmace, Lda., subsidiária em Portugal do grupo internacional MACE, na área da engenharia. Anteriormente a 1996 exerceu o cargo de Director Administrativo e Financeiro em varias empresas do Grupo SGC – Sociedade de Gestão e Controle.

## Revisor Oficial de Contas

Dr. Rui Manuel Correia de Pinho, em representação da Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda

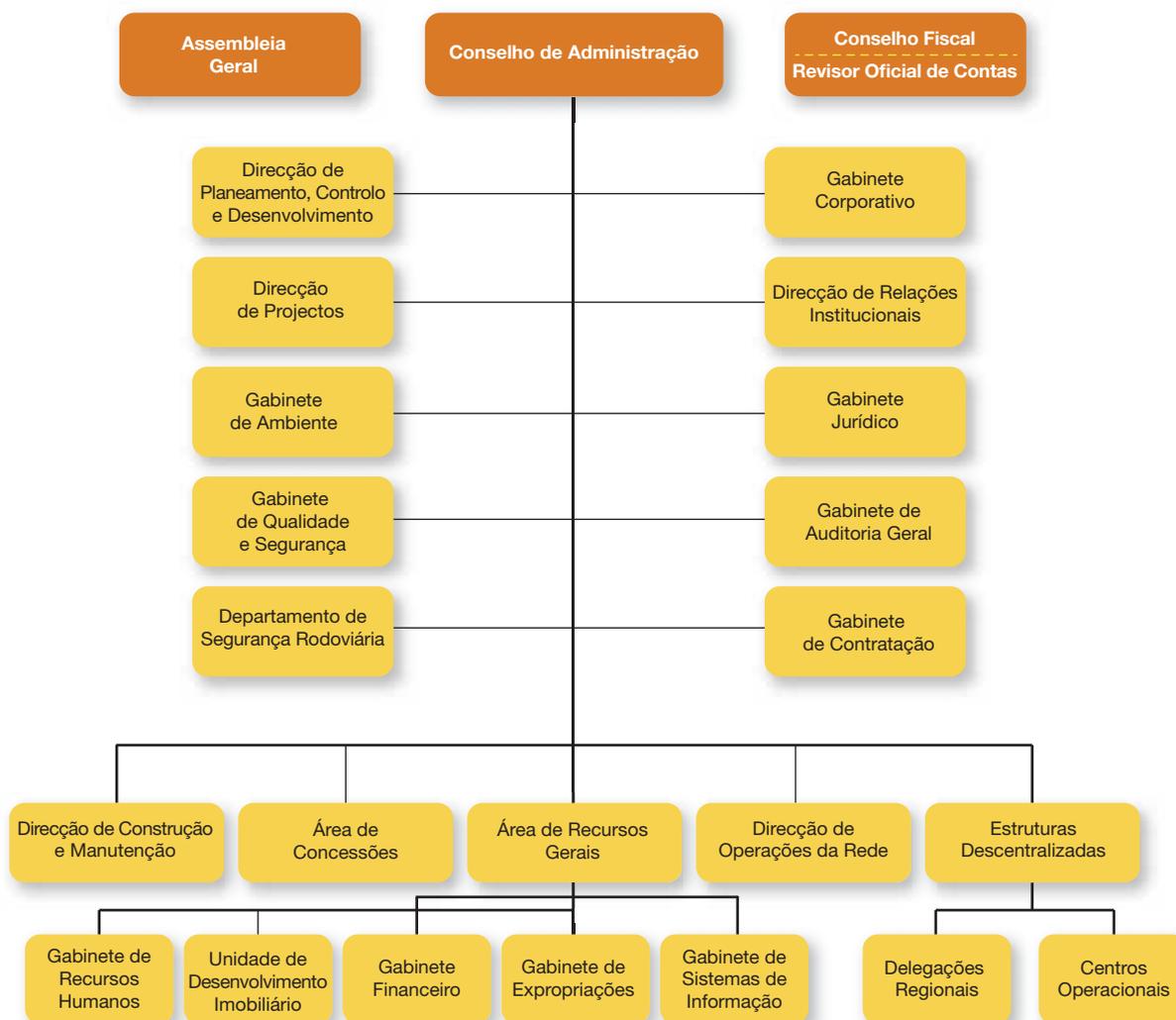
**Data de nascimento:** 11 de Maio de 1968

**Habilitações académicas:** Licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade Portucalense após Conclusão do Bacharelato em Contabilidade e Administração do ISCAP. Possui ainda uma Pós-Graduação em Análise Financeira ministrada pelo IESF e uma Pós-Graduação em Marketing ministrada pela Universidade Portucalense.

**Actividade profissional:** Iniciou a sua actividade profissional em 1989 na área da auditoria financeira na Coopers & Lybrand (actualmente denominada PwC). Até 2004 permaneceu na mesma empresa, desempenhando funções de Direcção em várias áreas de negócio: Assurance, Management Consultancy Services, Financial Advisory Services e Global Risk Management Services. Quando saiu era responsável pelo núcleo de consultoria do escritório da empresa no Porto e por um grupo a nível nacional. Actualmente é sócio de uma sociedade de revisores de contas e de uma empresa de consultoria de gestão que pertencem também a uma das maiores networks do género a nível mundial, a BKR International. Foi docente do ensino superior nas áreas da gestão e da auditoria durante cerca de 10 anos.

## 8.8 Estrutura Organizacional

O modelo organizativo adoptado na EP combina a existência de processos verticalizados, assegurados por estruturas centrais, com estruturas descentralizadas que asseguram os processos ou actividades que necessitam de presença no terreno.



**Macro estrutura Organizacional**

## 8.9 Cumprimento de deveres especiais de informação

Nos termos do despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio e do art. 58º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Julho, foram prestadas as seguintes informações à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e à Direcção-Geral do Orçamento:

- Plano de actividades anuais e plurianuais;
- Plano de investimento anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento;
- Balanço e Demonstrações de resultados Trimestrais;
- Demonstrações financeiras previsionais;
- Orçamento anuais, incluindo estimativa de operações financeiras com o Estado;
- Informação trimestral de execução orçamental carregada no SIRIEF e DGO;
- Informação trimestral sobre a dívida e activos expressos em títulos da dívida emitidos pelas Administrações públicas;
- Cópias das actas das Assembleias Gerais.

## 8.10 Cumprimento das orientações sobre redução salarial e remunerações dos gestores públicos

A EP assegurou o cumprimento das orientações definidas quanto à não actualização salarial para 2010, medida que o Conselho de Administração divulgou a todos os colaboradores da empresa através da DC n.º 20/2010/CA, de 21 de Abril. De acordo com os considerandos expressos nesta DC de que “o Governo adoptou e anunciou publicamente a política de não actualização dos salários nominais para o corrente ano, sustentada no efeito indutor da política salarial seguida na Administração Pública para a generalidade dos agentes económicos” e de que “posteriormente, o Ministério das Finanças e da Administração Pública determinou que os Conselhos de Administração das empresas públicas deverão respeitar as orientações já adoptadas para as actualizações salariais na Administração Central”, o Conselho de Administração determinou “Em cumprimento destas orientações, manter sem actualização as tabelas salariais que constituem os Anexos I a III do Regulamento Retributivo da empresa”.

Em execução do estabelecido no art. 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, a remuneração dos membros do CA foram reduzidas em 5%, com efeitos a 1 de Junho de 2010.

## 8.11 Cumprimento das orientações relativas às normas de contratação pública

Independentemente do valor do contrato a celebrar, todas as propostas de contratação contêm uma informação em que consta a justificação e fundamento da necessidade de aquisição do bem ou serviço em razão das respectivas atribuições (proposta de decisão de contratar).

A execução do contrato é acompanhada por um gestor do contrato, o qual tem como responsabilidade garantir o cumprimento do previsto contratualmente, quer em termos técnicos quer financeiros. A prestação é avaliada durante a execução e no final do contrato.

A oportunidade de racionalizar e reduzir a despesa e a possibilidade de obter vantagens ao nível operacional, quer no processo jurídico-legal quer na gestão e simplificação do processo aquisitivo, conduziu a EP à adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas em finais de 2009. Essa adesão insere-se na mais recente política de aprovisionamento definida pelo Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), designadamente na adesão àquele sistema e na constituição de centrais de compras internas, caminho que a EP também prosseguiu com a centralização das compras de bens de consumo corrente e indiferenciados.

Foi lançado um procedimento para aquisição de combustíveis rodoviários ao abrigo do Acordo Quadro de Combustíveis Rodoviários AQ2 – SR, celebrado pela ANCP – E.P.E, por forma a garantir uma geração de poupanças por via do desconto obtido, beneficiando da desburocratização do processo aquisitivo e da possibilidade de obter informação relevante para a área da gestão de frota da empresa.

Estão a ser estudadas outras aquisições ao abrigo do Acordo Quadro.

## 8.12 Divulgação de Informação

Em cumprimento dos princípios de bom governo estabelecidos, a empresa procede à divulgação da seguinte informação nos sites do Sector Empresarial do Estado e no site da empresa:

| Informação a constar no Site do SEE   | Divulgação |   |      | Comentários |
|---|------------|---|------|-------------|
|   | S          | N | N.A. |             |
| Estatutos actualizados (PDF)  | X          |   |      |             |
| Historial, Visão, Missão e Estratégia                                       | X          |   |      |             |
| Ficha de síntese da empresa   | X          |   |      |             |
| Identificação de empresa:   |            |   |      |             |
| Missão, objectivos, políticas, obrig.serv.público e modelo de financiamento | X          |   |      |             |
| Modelo Governo / Ident.Órgãos Sociais:                                      |            |   |      |             |
| Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)                        | X          |   |      |             |
| Estatuto remuneratório fixado   | X          |   |      |             |
| Remunerações auferidas e demais regalias                                    | X          |   |      |             |
| Regulamentos e Transacções:   |            |   |      |             |
| Regulamentos Internos e Externos  | X          |   |      |             |
| Transacções Relevantes c/entidade(s) relacionada(s)                         | X          |   |      |             |
| Outras transacções  | X          |   |      |             |
| Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental                   | X          |   |      |             |
| Avaliação do cumprimento dos PBG  | X          |   |      |             |
| Código de Ética   | X          |   |      |             |
| Informação Financeira histórica e actual                                    | X          |   |      |             |
| Esforço Financeiro do Estado  | X          |   |      |             |

| Informação a constar no Site da Empresa                   | Divulgação |   |      | Comentários |
|---|------------|---|------|-------------|
|   | S          | N | N.A. |             |
| Existência de Site  | X          |   |      |             |
| Historial, Visão, Missão e Estratégia                     | X          |   |      |             |
| Organigrama   | X          |   |      |             |
| Órgãos Sociais e Modelo de Governo:                       |            |   |      |             |
| Identificação dos órgãos sociais                          | X          |   |      |             |
| Identificação das áreas de responsabilidade do CA         | X          |   |      |             |
| Identificação de comissões existentes na sociedade        | X          |   |      |             |
| Identificar sistemas de controlo de riscos                | X          |   |      |             |
| Remuneração dos órgãos sociais                            | X          |   |      |             |
| Regulamentos Internos e Externos                          | X          |   |      |             |
| Transacções fora das condições de mercado                 | X          |   |      |             |
| Transacções Relevantes c/entidade(s) relacionada(s)       | X          |   |      |             |
| Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental | X          |   |      |             |
| Código de Ética   | X          |   |      |             |
| Relatório e Contas  | X          |   |      |             |
| Provedor do cliente                                       | X          |   |      |             |
| Informação Financeira histórica e actual                  | X          |   |      |             |
| Esforço Financeiro do Estado                              |            | X |      |             |

## 8.13 Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

| Princípios de Bom Governo                          | Recomendações   | Grau de cumprimento |
|--|---|---------------------|
| Missão, Objectivos e Princípios Gerais de Actuação | - Cumprimento, enunciação e divulgação, da missão, objectivos e políticas que tenham sido determinados, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da colectividade.   | √                   |
|  | - Elaborar planos de actividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e aos objectivos fixados.  | √                   |
|  | - Definir estratégias de sustentabilidade no domínio económico, social e ambiental identificando objectivos e instrumentos de planeamento, execução e controlo a utilizar.  | √                   |
|  | - Reporte de informação anual à tutela e ao público em geral, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objectivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade.   | √                   |
|  | - Cumprimento de legislação e regulamentação, adoptando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.   | √                   |
|  | - Tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores e contribuir para a sua valorização pessoal.  | √                   |
|  | - Conduzir com integridade todos os negócios da empresa. Ter ou aderir a um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação.  | √                   |
|  | - Tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos, estabelecendo e divulgando procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços, adoptando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transacções realizadas e que garantem a igualdade de oportunidades para todos os interessados. Divulgação anual de todas as transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a percentagem ultrapassar 1 M€). | √                   |
| Estrutura de Administração e Fiscalização          | - Órgãos de administração e fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, comparáveis com empresas privadas de dimensão semelhante e do mesmo sector.  | √                   |
|  | - O modelo de governo deve assegurar a efectiva segregação de funções de administração e fiscalização.  | √                   |
|  | - Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efectuado pelos membros não executivos ou comissões especializadas.   | √                   |
|  | - Contas auditadas por entidades independentes com padrões idênticos aos praticados pelas empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados.   | √                   |
|  | - Implementação do sistema de controlo, que proteja os investimentos e activos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.  | √                   |
|  | - Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização.   | √                   |

(continuação)

|   |  |     |
|---|--|-----|
| Remuneração e Outros Direitos   | - Divulgação anual das remunerações totais (fixas e variáveis) auferidas por cada membro do órgão de administração, executivos e não executivos e do órgão de fiscalização.  | √   |
|   | - Divulgação anual dos demais benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concebidos pela empresa).   | √   |
| Prevenção de conflitos de interesses e divulgação de informação relevante | - Obrigação dos membros dos órgãos sociais de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse.  | √   |
|   | - Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa e relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC's ou outros, susceptíveis de gerar conflito de interesse.   | √   |
|   | - Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações de que tenham conhecimento, susceptíveis de afectar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa.  | √   |
| Princípios relativos à divulgação de informação                           | - Disponibilizar à DGTF para divulgação no sítio das empresas do Estado e divulgar no sítio da própria empresa, de forma clara, relevante e actualizada, toda a informação antes enunciada, a informação financeira histórica e actual da empresa e a identidade e elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais. | √   |
|   | - Nomeação do provedor do cliente, quando se justificar.   | N.A |
|   | - Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade referindo: regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos, análise de sustentabilidade e, em geral, avaliação do grau de cumprimento dos PBG.   | √   |



# ANÁLISE DE **SUSTENTABILIDADE**

## 9. ANÁLISE DE **SUSTENTABILIDADE**

---

A EP assumiu o compromisso de adoptar princípios de actuação sustentáveis e de garantir a sua aplicação a todas as áreas e níveis da estrutura da empresa, numa perspectiva de criação de valor.

### 9.1 Autonomia Económico-Financeira

Cabe à EP assegurar a sua sustentabilidade financeira no quadro do modelo de financiamento do sistema rodoviário, cuja revisão em curso, deverá garantir condições necessárias ao cumprimento deste objectivo face à limitação actual do acesso aos mercados financeiros globais decorrente da crise económico-financeira.

Em 2010, com a realização do aumento de capital de 130 milhões de Euros, a EP conseguiu melhorar a sua autonomia financeira. Esta será ainda mais expressiva se deduzirmos ao activo os subsídios contabilizados no passivo da Empresa.

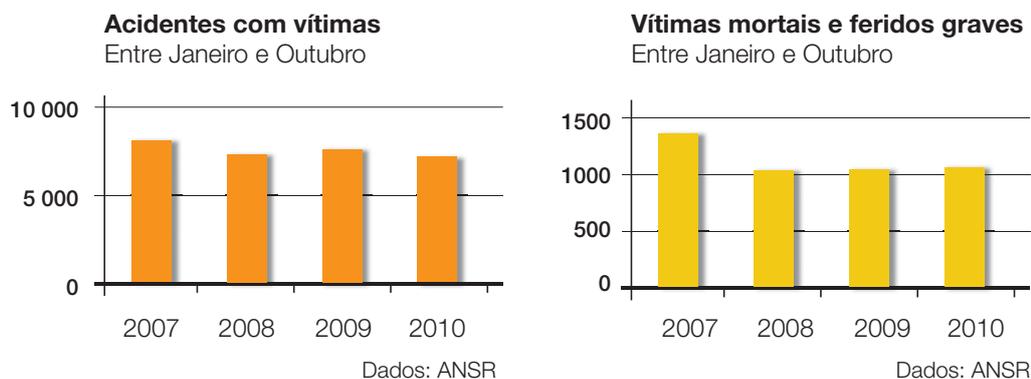
Esse objectivo foi igualmente reforçado através da concretização da reversão para a EP das receitas de portagens de cinco concessões do Estado Português, duas em sistema de cobrança de portagem real e três em sistema de cobrança de portagens Multi Lane Free Flow. Os encargos resultantes dos referidos contratos de concessão estão igualmente a cargo da EP.

Adicionalmente em 2011, prevê-se a introdução de portagens em quatro Scuts (Beira Litoral e Alta, Interior Norte, Algarve e Beira Interior) e a continuação da redução de custos de funcionamento, prolongando o programa iniciado em 2008, na sequência das directivas do Governo incluídas no Plano de Estabilidade e Crescimento com vista à redução de custos operacionais do Sector Empresarial do Estado.

### 9.2 Segurança Rodoviária

As intervenções que têm vindo a ser efectuadas no âmbito da Segurança Rodoviária reflectem-se na tendência decrescente relativamente ao número de acidentes com vítimas e numa estabilização nos últimos três anos do número de vítimas mortais e feridos graves.

Não obstante ainda não estarem disponíveis os dados de sinistralidade rodoviária relativos à totalidade do ano de 2010, pelos dados provisórios já fornecidos pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária de Janeiro a Outubro de 2010, comparando os períodos homólogos desde 2007 no que respeita à rede sob gestão da EP, a evolução destes indicadores é apresentada nos gráficos seguintes.



Além das intervenções previstas no PSR, em 2010 foram realizadas acções de inspecção de segurança à rede e auditorias de segurança rodoviária a dois projectos de execução, tendo como objectivo aferir, de forma sistemática, as condições de segurança e programar as intervenções necessárias, numa óptica preventiva.

A EP continua a promover a campanha de prevenção e sensibilização “Torne-se Visível” dirigida aos peregrinos que se deslocam a Fátima para participar no 13 de Maio, com vista a induzir a adopção de comportamentos de segurança na utilização da estrada.

### 9.3 Ambiente

O ambiente é uma matéria que se incorporou em toda a actividade da empresa, fazendo com que uma multiplicidade de factores ambientais sejam considerados quando se projecta, constrói e mantém uma estrada.

No âmbito da sua actividade, a EP desenvolveu novos projectos na área do ambiente, os quais para além da motivação interna de todos os que trabalham na empresa, são também particularmente importantes para a inovação com efeitos na sustentabilidade futura.

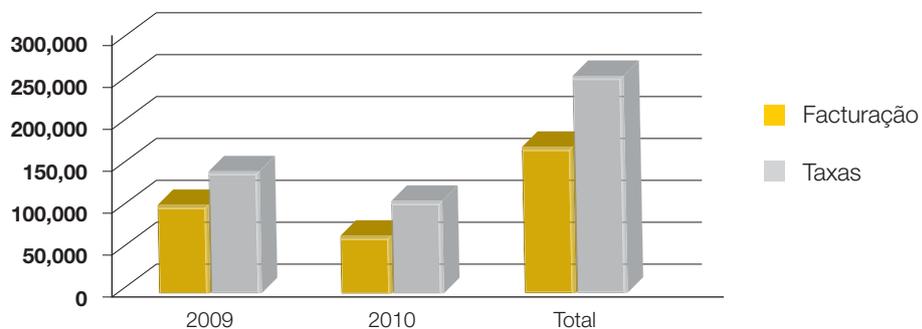
Nesta óptica, destacam-se em 2010 as actividades mais relevantes desenvolvidas nas diferentes fases do ciclo de vida das infra-estruturas rodoviárias.

### Fase de Planeamento

Em termos de actividade mais relevante em 2010 concluíram-se e foram aprovados pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), os Mapas Estratégicos de Ruído para as vias com mais de seis milhões de passagens de veículos por ano.

Salienta-se o investimento feito para cumprimento desta obrigação, verificando-se que o valor pago em taxas supera em 33% o valor pago para a elaboração dos Mapas.

### Mapas Estratégicos de Ruído - Custos

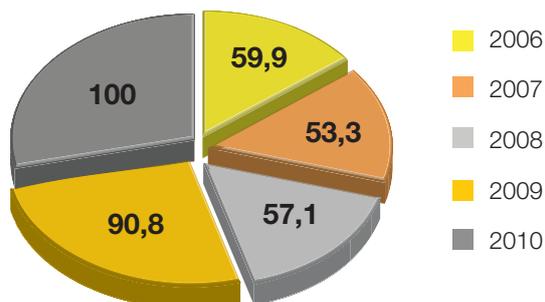


### Fase de Projecto

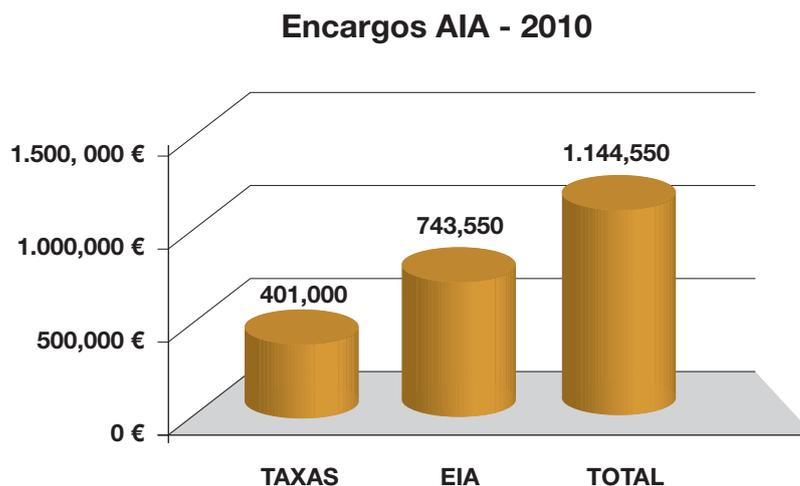
A relevância da componente ambiental ligada aos projectos rodoviários é cada vez mais evidente, ao comparar-se o número total de estudos e projectos contratados, com o número de estudos e projectos com estudos ambientais incluídos.

No âmbito da gestão da componente ambiental ligada aos projectos rodoviários, é relevante o procedimento de avaliação de impacte ambiental e pós-avaliação, para a aprovação dos estudos e projectos.

### % de Projectos adjudicados com Estudos Ambientais



Apesar dos processos de avaliação ambiental terem vindo a decrescer dada a maioria da Rede Rodoviária Nacional já estar em fase de projecto e/ou obra e a pós-avaliação ter sido acometida à EP enquanto entidade licenciadora, verifica-se que os encargos, em 2010, com os processos de AIA, face ao investimento relativo à execução dos Estudos de Impacte Ambiental, atingem valores elevados, constituindo cerca de 35% face ao total.

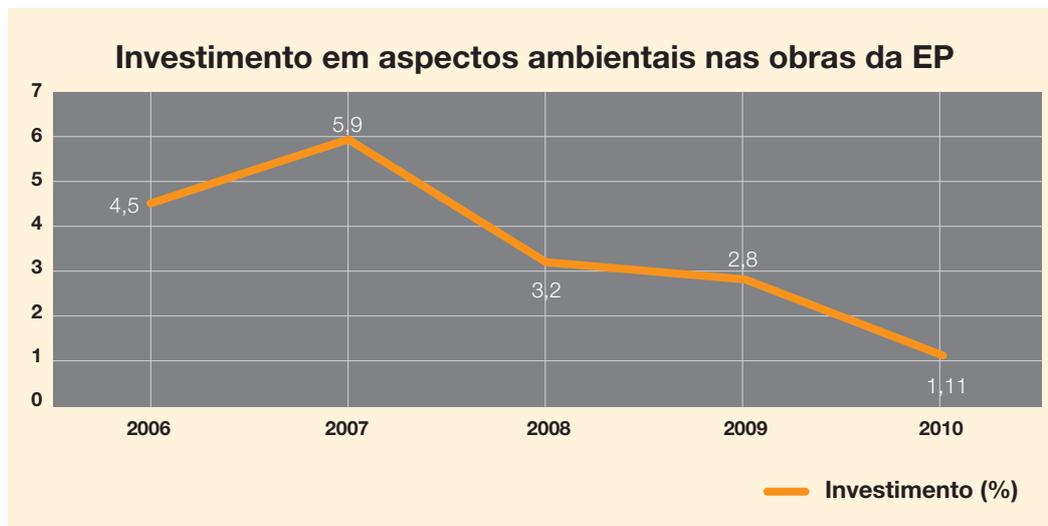


### Fase de Construção

Desde há muitos anos que esta é uma etapa a que a EP atribui elevada importância, sendo o investimento nos diversos aspectos ambientais, uma realidade em todo o tipo de empreitadas: construção, conservação e reabilitação.

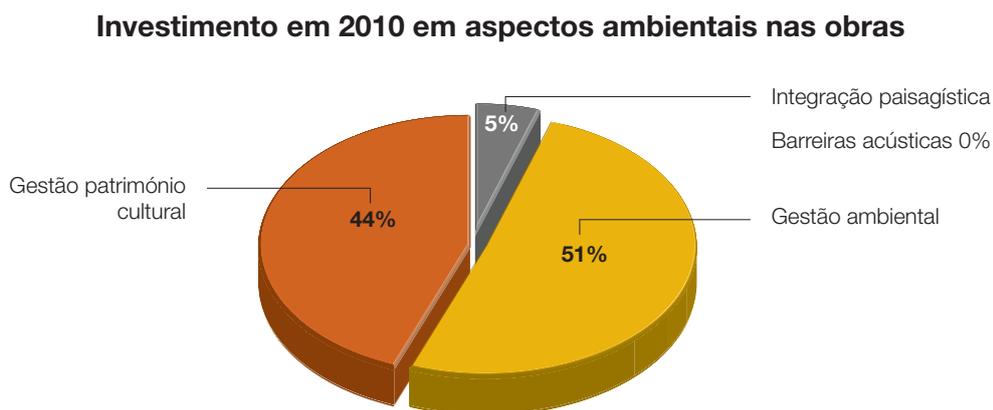
A eficácia comprovada nesta matéria, tem-se reflectido tanto na melhoria da imagem da empresa, perante o público, em geral, e a comunidade científica, em particular, como na diminuição dos encargos resultantes da aplicação de coimas decorrentes da violação da legislação ambiental e/ou das paragens das obras em virtude da detecção de elementos arqueológicos no decorrer das mesmas, convergindo mais uma vez em 2010 para a inexistência de quaisquer encargos nas obras da EP decorrentes da aplicação de contra-ordenações desta natureza.

Considerando todas as componentes relativas a aspectos ambientais, nomeadamente, gestão ambiental da obra, gestão do património cultural e adopção de medidas de minimização, o volume do investimento começou a diminuir desde o ano passado decorrente duma menor necessidade de implementar medidas de minimização pelo facto do maior volume de obras em curso não induzir impactes ambientais significativos.



De facto, após os anos que coincidiram com um volume intenso de construção de novas estradas, verifica-se agora a tendência para a estabilização do investimento efectuado em aspectos ambientais, decorrente da tipologia das obras efectuadas (sobretudo conservação e reabilitação), e não da redução de responsabilidade nestas matérias.

Analisando a distribuição dos diversos factores ambientais nas obras decorridas em 2010, constata-se que os aspectos que traduzem a implementação de medidas de minimização, tais como a construção de barreiras acústicas e realização da integração paisagística das vias, têm uma representatividade cada vez menor.

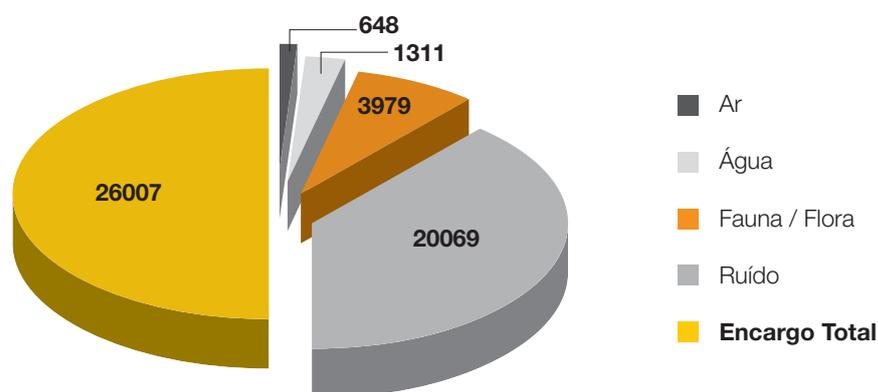


## Fase de Operação

Na fase de operação da rede, a responsabilidade da EP passa por monitorizar vários factores ambientais entre os quais, a qualidade do ar e da água, os níveis de ruído e a componente biológica. Estas monitorizações têm permitido a obtenção de dados para verificar a eficácia das medidas implementadas, possibilitando a sua correcção sempre que necessário, bem como responder aos objectivos de sustentabilidade ambiental do Contrato de Concessão da EP.

Também no âmbito da operação da rede, a inspecção do arvoredo rodoviário, constituiu em 2010 uma forte aposta da EP. Foram vistoriadas cerca de 610 km de estradas, o que face a 2009 foi um acréscimo de 55% de vias percorridas para este efeito. Destas vistorias resultaram pareceres técnicos de suporte a intervenções de poda e/ou abate e de plantação de novos exemplares, actividades a concretizar no âmbito dos Contratos de Conservação Corrente adjudicados em Julho de 2010.

### Monitorizações - Encargos 2010 (€)



Em 2010, no âmbito do Projecto Estradas-património, dando sequência aos objectivos subjacentes ao mesmo, foi elaborado o documento de base sobre “Conceito e Concretização em Portugal” e o “Manual de Identificação e Caracterização de Estradas-património - Fase 1”.

Foi também promovido um concurso de ideias para selecção de um logótipo.



## 9.4 Desenvolvimento de Negócios

### Licenciamento e Fiscalização da rede

A protecção da estrada e dos seus utentes constitui a principal preocupação desta actividade, que interliga com a melhoria dos índices de segurança rodoviária e os níveis de serviço da infra-estrutura rodoviária. Em 2010 foram desenvolvidas campanhas de fiscalização a nível nacional em todos os Postos de Abastecimento de Combustíveis existentes na rede sob jurisdição da EP, bem como acções de detecção de publicidade sobre a qual a EP não tinha emitido o correspondente parecer, que permitiram corrigir a maioria das deficiências encontradas em benefício dos utentes, e do ordenamento do espaço público.

Foram normalizados procedimentos, com elaboração de manuais, emitiram-se documentos orientadores e aprovaram-se minutas de documentos que garantem a harmonização de actuação a nível nacional.

Como resultado das acções de fiscalização, cresceram de forma significativa os pedidos de licenciamento ao longo de todo o ano 2010, conforme se pode ver no gráfico seguinte:

**Evolução do Número de Processos**



### Gestão e desenvolvimento de novas concessões de Áreas de Serviço.

A EP tem actualmente 2 Áreas de Serviço concessionadas em funcionamento. Em 2010 foi assinado o contrato para a concessão de uma nova Área de Serviço no IC32 (Montijo) e preparou-se o caminho para o lançamento de um mínimo de 6 novos concursos de subconcessão de novas áreas, que serão lançados em 2011, um dos quais logo no início do ano, na CRIL - Odívelas.

## Outros proveitos

A dinamização de outros activos geridos pela empresa, como é o caso da venda de informação de tráfego e de venda de recursos florestais foi fortemente influenciada por um ano marcado pelo decréscimo da actividade económica. Ainda assim, retomaram-se os procedimentos de venda de cortiça e no final do ano organizou-se um procedimento de venda de pinhas de pinheiro manso. Por outro lado, a utilização do canal técnico rodoviário conheceu um novo impulso que permitiu recuperar uma parte significativa da receita que no início do ano se perspectivou que pudesse ser muito mais reduzida, em função do novo enquadramento legal e contratual das infra-estruturas de alojamento, que penalizou fortemente a EP.

## 9.5 Níveis de Serviço da Rede

O Contrato de Concessão que a EP celebrou com o Estado Português, em Novembro de 2007, prevê que as secções de estrada da Rede Rodoviária Nacional cumpram níveis de serviço em conformidade com os preconizados no Plano Rodoviário Nacional, devendo os mesmos ser apurados de acordo com a metodologia do Highway Capacity Manual do Transportation Research Board da National Academy of Sciences, EUA, sob pena da aplicação de penalidades.

Em 2010, de acordo com a lei em vigor, o cálculo deste indicador ainda foi confinado às secções amostrais de estrada previamente definidas. Face aos relatórios anteriores, nos quais foi obtida uma penalização de 10 pontos, decorrente do incumprimento dos níveis de serviço em cerca de 12% da rede monitorizada relativa às EN's, deverá ser acrescida uma penalização de 25 pontos, resultante do facto das duas secções, localizadas no IP3, terem transitado da situação de "cumprimento com restrições", para a situação de incumprimento, em virtude do processo de reavaliação da subconcessão Auto-Estradas do Centro, dadas as restrições financeiras que o País actualmente atravessa.

Uma vez que a partir de 2011, inclusive, o domínio de aferição do grau de cumprimento desta variável de desempenho se estende a toda a Rede Rodoviária Nacional sob jurisdição da empresa, foi iniciada, em 2010, a concepção, desenvolvimento e implementação do Sistema de Informação Rodoviária, que inclui um subsistema dedicado à monitorização da procura, que prevê o cálculo automático deste indicador.

## 9.6 Contratação

A política de contratação da empresa tem dois princípios basilares, tendo por objectivo garantir a maior transparência dos procedimentos de contratação, assim como garantir as melhores condições de aquisição de empreitadas, bens ou serviços.

- i) A utilização, por regra, do procedimento de concurso público (nacional ou internacional), reservando-se os denominados ajustes directos para procedimentos de contratação específicos, quer em termos do objecto a contratar, quer em termos do enquadramento em que os mesmos se verificam;
- ii) O recurso, por regra, à contratação electrónica;

Apresenta-se de seguida informação relativa aos procedimentos de contratação lançados pela EP em 2010.

| Tipos de Procedimento                            | Concursos Lançados 2009 (Preços Base) |              | Concursos Lançados 2010 (Preços Base) |            | Tipos de Aquisição                                      | Quantidade | Valor (M€) |
|--|---------------------------------------|--------------|---------------------------------------|------------|---|------------|------------|
|  | Número                                | Valor (M€)   | Número                                | Valor      |   |            |            |
| Concursos Públicos                               | 127                                   | 200,7        | 184                                   | 347        | <b>Concursos Públicos</b>                               |            |            |
| Ajustes Directos (com convite a uma empresa)     | 310                                   | 8,1          | 105                                   | 9,6        | Empreitadas   | 123        | 336        |
| Ajustes Directos (com convite a várias empresas) | 110                                   | 9,9          | 58                                    | 16,4       | Aquisições de serviços                                  | 17         | 6,6        |
| Concursos Limitados                              | 6                                     | 0,6          | -                                     | -          | Projectos   | 44         | 4,5        |
| <b>Total</b>                                     | <b>553</b>                            | <b>219,3</b> | <b>347</b>                            | <b>373</b> | <b>Ajustes Directos (com convite a uma empresa)</b>     |            |            |
|  |                                       |              |                                       |            | Empreitadas   | 8          | 1,6        |
|  |                                       |              |                                       |            | Aquisições de serviços                                  | 81         | 6,8        |
|  |                                       |              |                                       |            | Projectos   | 16         | 1,2        |
|  |                                       |              |                                       |            | <b>Ajustes Directos (com convite a várias empresas)</b> |            |            |
|  |                                       |              |                                       |            | Empreitadas   | 25         | 13,7       |
|  |                                       |              |                                       |            | Aquisições de serviços                                  | 27         | 1,7        |
|  |                                       |              |                                       |            | Projectos   | 16         | 0,9        |
|  |                                       |              |                                       |            | <b>Total</b>  | <b>347</b> | <b>373</b> |

Da análise do tipo de procedimentos lançados em 2010 salientam-se os seguintes aspectos:

- i) O valor total associado aos procedimentos de contratação lançados através de concurso público, em 2010, representa 93% do valor da totalidade dos procedimentos promovidos pela empresa;
- ii) O número de concursos públicos representa 53% do número total de procedimentos de contratação lançados;

iii) O valor total de procedimentos de contratação de empreitadas representa 94% do valor total de procedimentos de contratação lançados pela empresa;

Considerando também os dados relativos ao ano anterior, de 2009, verifica-se ainda o seguinte:

i) Um aumento do total do valor dos procedimentos de contratação lançados – mais 70% do que em 2009, sendo que para este facto muito contribuíram os 18 contratos de conservação corrente lançados no ano de 2010;

ii) A diminuição do número de procedimentos de contratação lançados em 2010 (menos 37% do que em 2009);

iii) O aumento muito significativo dos concursos públicos em 2010 em detrimento dos procedimentos de ajuste directo (com convite a uma ou várias empresas). Com efeito, se em 2009 o total de concursos públicos representava apenas 23% do número total de procedimentos de contratação lançados, esta percentagem subiu para 53% em 2010;

Ainda relativamente aos 347 procedimentos de contratação lançados em 2010 verifica-se que 319 foram desenvolvidos através da plataforma electrónica de contratação, o que representa 92% dos procedimentos lançados. Em termos de valor esta percentagem sobe 99,6%, ou seja, os procedimentos de contratação que não utilizaram a plataforma totalizam apenas o montante de 1,3 M€.

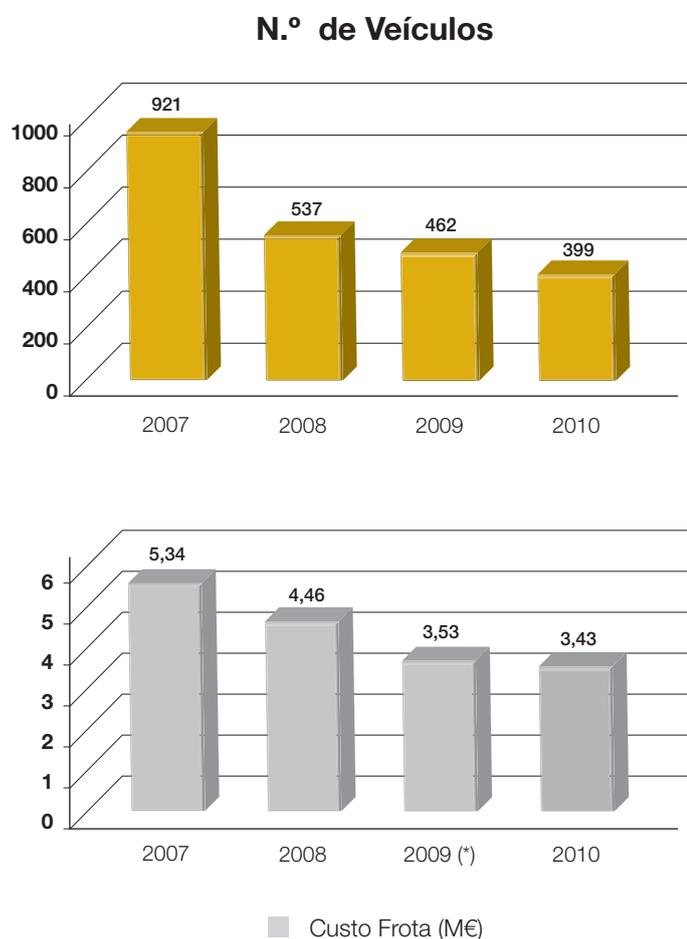
Em face destes dados estatísticos concluiu-se que os mesmos estão em conformidade com a política de contratação da empresa, anteriormente referida.

## 9.7 Gestão de Frota e Instalações

### Gestão de Frota

No ano de 2010 foi dado seguimento ao processo de racionalização da frota automóvel da empresa, iniciado no ano de 2008, e iniciou-se um processo de reorganização interna desta área, com a introdução de procedimentos internos e de mecanismos de controlo.

Apresenta-se de seguida a evolução da frota desde 31 de Dezembro de 2007 até 31 de Dezembro de 2010, assim como os respectivos custos associados.



#### Observações:

- i) Dados relativos a 2007 e 2008: fonte Projecto EPróximo (processo de reestruturação das estruturas descentralizadas);
- ii) Valor de 2009 estimado no âmbito do projecto EPróximo, para uma frota com 398 viaturas;
- iii) Valores com IVA incluído. Apenas incluem, para efeito comparativo, as rubricas mais representativas utilizadas no âmbito do projecto EPróximo: rendas AOV, combustíveis, manutenção e seguros;

## **Gestão de Instalações**

No ano de 2010 foi dado seguimento ao processo de racionalização das instalações da EP, tendo por objectivo adequar as mesmas às actuais necessidades operacionais da empresa, decorrentes da profunda reestruturação organizacional de que a empresa foi objecto no ano de 2008.

Neste contexto procedeu-se à mudança de instalações das seguintes estruturas descentralizadas:

- Delegação Regional de Viana do Castelo;
- Delegação Regional e Unidade de Gestão Operacional de Castelo Branco;
- Unidade de Gestão Operacional de Beja;
- Unidade de Gestão Operacional de Braga;

No total, a EP possui actualmente 49 instalações de serviço, próprias ou alugadas, que incluem a sede, os edifícios onde operam as estruturas descentralizadas e os respectivos parques operacionais.

O custo total com as instalações da empresa, no qual se salienta a energia, segurança, rendas, manutenção e limpeza, foi no ano de 2010 de 2,06 M€, acrescido de IVA.

## **9.8 Relações com Parceiros**

Em Abril de 2010 foram reorganizadas as estruturas até então encarregues do relacionamento institucional, designadamente no que se refere à imprensa, às autarquias e ao regulador do sector (InIR – Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias I.P.).

### **9.8.1 Relacionamento com o InIR**

Neste domínio foi mantido um relacionamento técnico permanente, de forma a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão da EP e a execução de algumas actividades e projectos da empresa. Foi também reforçada a comunicação interna, no sentido de se garantir uma resposta atempada às questões colocadas pelo regulador, assim como assegurar o normal cumprimento do contrato de concessão, no que se refere, designadamente, à prestação de informação regular.

## 9.8.2 Relacionamento com as Autarquias

Quanto a este aspecto, deve realçar-se o aumento do número de interacções efectuadas, traduzido num incremento de 40% do número de reuniões efectuadas (172 em 2009 e 240 em 2010), bem como num aumento da correspondência trocada.

Cerca de 64% das reuniões com as Autarquias resultaram de pedidos das mesmas e nos restantes 36% a iniciativa teve origem na EP, conforme explicitado no quadro seguinte:

| <b>Câmaras Municipais</b> | <b>Juntas Freguesia</b> | <b>EP - Estruturas da Sede</b> | <b>EP - Estruturas Descentralizadas</b> | <b>Total</b>  |
|---------------------------|-------------------------|--------------------------------|---|---------------|
| <b>140</b>                | <b>14</b>               | <b>80</b>                      | <b>6</b>                                | <b>240</b>    |
| <b>58,3%</b>              | <b>5,8%</b>             | <b>33,3%</b>                   | <b>2,5%</b>                             | <b>100,0%</b> |

Durante o ano de 2010 foi consolidada a prestação de uma resposta rápida e consistente às Autarquias, na perspectiva da criação e manutenção de um relacionamento institucional construtivo e colaborante.

## 9.8.3 Protocolos com Entidades Externas

O relacionamento da empresa com entidades externas, nomeadamente os Municípios, tem sido formalizado através da celebração de Protocolos, perfeitamente tipificados, sendo essencial, pela sua relevância, a garantia do acompanhamento físico e financeiro dos compromissos assumidos no âmbito da transferência da rede desclassificada.

No que se refere à rede desclassificada encontram-se identificados, no final de 2010, cerca de 3200 km, tendo sido transferidos para a jurisdição municipal, no ano findo, cerca de 100 km.

A partir de 2010, o acompanhamento e controlo passa a ser garantido através de uma aplicação informática, especificamente concebida para o efeito e integrada com o restante sistema de informação da empresa.

## 9.8.4 Relação com Fornecedores

Na relação com os parceiros, realça-se o desenvolvimento do Portal de Fornecedores.

Este canal de comunicação permitirá otimizar todo o processo de interacção da EP com os fornecedores, libertando vários processos manuais, para além de garantir quer a visualização interna e externa da informação, quer o registo das várias interacções com estes parceiros.

Este interface via Internet permitirá realizar as seguintes actividades:

- Registo do fornecedor
- Actualização dos dados por parte do fornecedor
- Qualificação do fornecedor

- Consulta de facturas
- Consulta de pagamentos
- Partilha de documentos entre as partes
- Consulta das avaliações realizadas ao fornecedor

O Portal será lançado em Janeiro de 2011 e constitui um marco importante na melhoria da relação da EP com os seus fornecedores, que se pretende seja cada vez mais próxima e transparente, visando uma maior credibilidade e confiança junto destes parceiros.

## 9.9 Recursos Humanos

A estratégia da gestão de recursos humanos para 2010 centrou-se na valorização do capital humano da EP, como vector essencial da melhoria da performance da empresa, materializada em acções de desenvolvimento destinadas ao reforço de competências críticas e no alinhamento da estruturas de carreiras com os perfis funcionais estabilizados, após a redefinição decorrente da reestruturação do modelo organizativo da EP, com particular impacto nas estruturas descentralizadas da organização, orientadas para o serviço ao utente.

A gestão de recursos humanos no exercício de 2010 foi necessariamente marcada pelo cumprimento da política governamental em matéria salarial, observando a EP a orientação dirigida ao Sector Público Empresarial de não actualização das tabelas salariais em 2010.

As medidas de contenção adoptadas pela empresa saldaram-se numa redução dos custos com pessoal apesar do aumento, ainda que ligeiro, do efectivo de 1171 colaboradores no termo de 2009, para 1187 no final de 2010.

Este contexto implicou que a gestão das recompensas, enquanto instrumento promotor de motivação, se restringisse a medidas de correcção dos desajustamentos estruturais resultantes das alterações funcionais, da mobilidade interna e da reconversão de trabalhadores operadas por força da reestruturação da empresa, face às normas legais a observar e à regulação interna a aplicar.

### 9.9.1 Desenvolvimento de Potencial Humano - Formação

O investimento no desenvolvimento assente na qualificação dos colaboradores iniciado com a execução do Plano de Formação Interna 2009/2010, foi estruturado em consonância com as directrizes do processo de mudança da empresa e teve por base o precedente processo de construção do directório de competências críticas da empresa e o levantamento de competências que abarcou todos os trabalhadores ao serviço da organização. Este processo permitiu o conhecimento do capital humano e a identificação de gap's de competências, por referência ao recorte das novas funções, gerando outputs estruturantes das acções orientadas ao desenvolvimento do potencial humano.

Enquanto em 2009 foi dado especial enfoque a cursos das áreas técnicas em resposta a necessidades prioritárias de integração e adaptação às novas funções da empresa, as acções de 2010 direccionaram-se para o reforço de competências estratégicas, domínio em que se destaca o plano de formação de executivos orientando a competência de gestão, construído em parceria com o IDEFE/ISEG e dirigido a colaboradores com responsabilidades de direcção e de chefia, sem se abandonar o acréscimo de qualificação técnica em domínios específicos, segmento em que se salienta a formação de especialização de 17 “Inspectores de Obras de Arte” realizada sob a responsabilidade técnica da École Ponts Formation Edition da École National des Ponts et Chaussées francesa.

Outro eixo da formação privilegiou a formação de colaboradores menos qualificados em acções de âmbito transversal de que constitui exemplo a segurança e saúde no trabalho.

O esforço da empresa nesta matéria correspondeu a um incremento do investimento em formação na ordem dos 71% face ao ano anterior, atingindo o valor de 319.516 € para um volume de 36.371 horas de formação, que abrangeram 2.184 participações em 327 acções de formação. Salienta-se, de um lado, que 77% das participações correspondem a acções desenvolvidas internamente e, de outro lado, o forte crescimento do apoio a formação pós-graduada (em que quase se triplicou o investimento, representando 16% dos custos da formação e 19% do total do volume em horas de formação) como aposta nesta fonte de internalização de conhecimento na empresa.

### 9.9.2 Segurança e Saúde

O investimento que a EP vem realizando no âmbito da prevenção da sinistralidade, através acções de diagnóstico e de avaliação das condições de trabalho, da organização de acções de sensibilização e de formação dos colaboradores tem como retorno os níveis reduzidos de sinistralidade da empresa (situando-se a taxa de sinistralidade nos 1,51% e a de gravidade nos 0,28%), registando-se em 2010 uma diminuição relativamente a 2009, com a ocorrência de menos 7 acidentes.

Em 2010 houve um incremento das acções de formação ministradas pela empresa no domínio da Segurança e Saúde no Trabalho, as quais envolveram 136 participações e um volume de 1.712 horas.

Na vertente da saúde a empresa desencadeou novo procedimento concursal, com vista a garantir a continuidade da disponibilização aos seus colaboradores de serviços de medicina do trabalho de qualidade, prestados por entidade especializada, e a reforçar boas práticas na vertente da segurança.

### 9.9.3 Benefícios Sociais e Responsabilidade Social

Em 2010 a EP patrocinou o desenvolvimento de acções de índole cultural e social promovidas pela Casa de Pessoal, de que se destacam os benefícios sociais de apoio à infância e à educação.

Prosseguiu também o esforço da empresa no apetrechamento e na melhoria das condições pedagógicas da creche e infantário da sede da empresa “O Ninho”, como medida facilitadora da conciliação das dimensões familiar e profissional dos seus colaboradores.

Os serviços de restauração prestados no refeitório e bares da sede da empresa beneficiaram da interacção da empresa fornecedora com a criada Comissão de Acompanhamento, integrada por colaboradores da EP, comissão que assegurou a prévia validação das ementas e a gestão das sugestões e reclamações apresentadas pelos utentes do Refeitório.

A parceria com o Instituto Português do Sangue teve continuidade em 2010, aumentando o número de colaboradores da empresa participantes nas campanhas de recolha de sangue realizadas na sede, em Coimbra e no Porto.

A atitude solidária dos colaboradores da EP manifestou-se ainda nas acções de recolha de inscrições para Dadores de Medula Óssea iniciadas em 2010 com os Centros de Histocompatibilidade do Norte e do Sul, realizadas conjuntamente com as campanhas de recolha de sangue, bem como no êxito assinalado pela ACREDITAR – Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro no balanço da acção de solidariedade desenvolvida na empresa a favor desta associação na época natalícia.

## 9.10 Gestão do Imobiliário

A Estradas de Portugal é uma das empresas do sector empresarial do Estado, pelo que tem a obrigação, no que concerne à sua gestão financeira e patrimonial, de aplicar os princípios da boa gestão empresarial, de forma a assegurar a sua viabilidade económica e o seu equilíbrio financeiro. Assim, à EP cabe gerir de forma eficiente o seu património autónomo, conceito que acolhe, entre outras premissas, também, a alienação de imóveis (edificado e terrenos), considerados ociosos.

O Conselho de Administração deliberou, em reunião de 17 de Março de 2010, extinguir o Gabinete de Património e criar a Unidade de Desenvolvimento Imobiliário com a função de gerir o património imobiliário da Empresa, nomeadamente procedendo ao registo e gestão das suas parcelas, bem como à realização de desinvestimentos através da alienação de património considerado ocioso, com custos de oportunidade despropositados, sobredimensionados ou considerados disfuncionais.

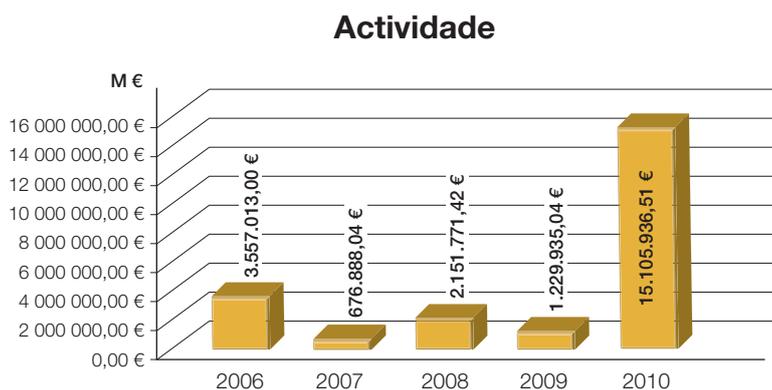
Assim face ao preconizado, foram desenvolvidas diversas actividades tendo em vista a melhoria do desempenho dos procedimentos de alienação, acompanhado pelo desenvolvimento de um plano de desinvestimento, que consistiu na identificação de imóveis já regularizados ou com regularização prevista para o ano de 2010 e com maior valor económico.

Ao nível dos sistemas de comunicação foram operadas melhorias no site institucional, melhorando a interacção com os potenciais interessados, foi ainda desenvolvida uma newsletter periódica que permitiu dar a conhecer a potenciais interessados quais os imóveis em processo de alienação, newsletter essa que conta actualmente com 1270 subscrições.

Foram promovidas diversas reuniões tendo em vista a divulgação do stock de imóveis em processo de alienação.

Foram ainda desenvolvidas actividades tendo em vista a recolocação dos imóveis que resultam de leilões desertos no mercado, através de operadores especializados para o efeito.

Durante o ano de 2010 foram realizadas escrituras no montante de € 15 milhões de euros que representa um acréscimo significativo face aos anos anteriores conforme gráfico abaixo apresentado:



## 9.11 Gestão e Controlo de Riscos

No âmbito do Controlo do Risco e da Fraude, foram desenvolvidas as acções relacionadas com a consolidação da implementação na empresa do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, tendo-se efectuado uma revisão intercalar desse Plano no 1.º Semestre, que foi preparatória para a acção global anual a reportar ao Conselho de Prevenção da Corrupção.

A empresa aposta no desenvolvimento de sistemas de controlo de riscos do negócio, designadamente ao nível dos riscos de projecto, tendo-se desenvolvido uma aplicação para Gestão de Projectos, ao nível da Construção e Manutenção, consolidando ferramentas essenciais para gestão de intervenções na rede, como o Sistema de Gestão de Pavimentos e o Sistema de Gestão de Obras de Arte e dando início a novas campanhas de inspecção aos componentes da via e às obras de arte.

Ao nível da Gestão Ambiental foi desenvolvida uma metodologia para análise estratégica ambiental da rede rodoviária nacional, a par do acompanhamento ambiental em todas as fases da vida da infra-estrutura, projecto, construção e manutenção.

A revisão dos cadernos de encargos para contratação de Estudos, Projectos Empreitadas e de Prestação de Serviços é uma constante, a fim de introduzir, não só actualizações face a normas nacionais e europeias no âmbito dos materiais a usar, especificações a cumprir e forma de as aplicar no processo construtivo, mas também especificações técnicas relativas aos aspectos ambientais e de Coordenação de Segurança em Obra.

A EP dispõe ainda de serviços jurídicos que acompanham a regulamentação do sector, de forma a prevenir riscos emergentes das condições de aplicação da lei.

Para garantir a isenção na actividade de contratação, esta foi segregada da actividade operacional, tendo-se criado uma área específica que gere todas as tarefas inerentes aos procedimentos de contratação pública, do seu lançamento até à elaboração do contrato, garantindo o controlo de todos os procedimentos em curso na empresa, bem como o cumprimento dos respectivos requisitos legais.

A EP possui um Manual de Crise que sistematiza as linhas de acção a adoptar perante situações identificadas como de Crise.

## 9.12 Auditoria Geral

Tendo em conta a complexidade das operações e a dispersão geográfica dos órgãos da Empresa, bem assim como o Sistema de Controlo Interno estabelecido, a actividade de Auditoria centra-se nos seguintes âmbitos:

- Auditoria Operacional:

- Execução de acções de auditoria, incidindo sobre a actividade da Empresa, em especial sobre a eficácia do sistema de controlo interno, produzindo as recomendações adequadas;
- Realização de acções de acompanhamento da implementação das recomendações ou normas resultantes das suas acções, validando o seu cumprimento, de molde a assegurar a melhoria contínua dos processos da Empresa;
- Apoio e acompanhamento de acções jurisdicionais ou tutelares do Tribunal de Contas, da Inspeção Geral de Finanças, da Inspeção Geral das Obras Públicas, ou das instâncias fiscalizadoras da aplicação de fundos comunitários;

Neste âmbito realizaram-se 4 acções de auditoria sobre os procedimentos e o sistema de controlo interno da Empresa e 2 acções que resultaram na elaboração de regulamentos e manuais internos, onde se destaca o contributo para o Manual de Gestão de Resíduos, relacionado com as responsabilidades ambientais da Empresa, bem assim como foram acompanhadas 9 acções inspectivas nacionais e comunitárias.

- Auditoria do Risco e da Fraude:

- Coordenação das actividades associadas ao Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da Empresa, acompanhando os Planos de Acção das Unidades Orgânicas;
- Identificação e avaliação das actividades que envolvem maiores riscos potenciais, de modo a elaborar um programa de acções de auditoria que dê prioridade à cobertura dessas actividades de risco nos vários órgãos da Empresa, em ordem à sua prevenção e minimização;

- Actuação na detecção da fraude, quanto à salvaguarda de activos, aos actos de incumprimento doloso de procedimentos e normas profissionais ou à existência de comportamentos inadequados em termos legais ou éticos;

- Realização de inquéritos sobre factos indiciados quer em acções de auditoria interna, quer de outras fontes, para o apuramento e efectivação de responsabilidades, tendo em vista o exercício do poder disciplinar pelo Conselho de Administração.

- Consultoria Técnica:

- Apoio à gestão dos processos e procedimentos de outros órgãos da Empresa;

- Apoio à resolução de litígios extrajudiciais em processos negociais ou por acordo de peritagem, sobre matérias relativas a reclamações para reequilíbrio financeiro de contratos.

## 9.13 Qualidade

O modelo de Gestão da Qualidade instituído proporciona uma cultura de identificação de oportunidades de melhoria e inovação nos processos da empresa, numa perspectiva de acrescentar valor a todas as partes envolvidas, integrando outras vertentes como sejam o Ambiente, a SST e outras inerentes aos princípios da organização.

Face aos objectivos definidos para 2010, e enfatizando apenas as mais relevantes, concretizaram-se no âmbito da Qualidade as seguintes acções:

- Condução do Modelo de Gestão da Qualidade, tendo sido definida uma metodologia para acompanhamento das acções e reorientação de estratégias ligadas à Qualidade;

- Promoção de uma Política de Qualidade e Manual da Qualidade, com a aprovação e divulgação a todos os colaboradores da EP;

- Início da operacionalização de uma ferramenta informática “MEGA” de extrema importância na agilização da Modelação dos Processos de Negócio e Suporte da EP, suportada numa linguagem universal – BPMN: Business Process Modeling Notation e cujos benefícios se reportam ao nível da arquitectura dos próprios processos, da diminuição de recurso a papel, na agilidade em efectuar alterações/adaptações, na acessibilidade à informação por todos os colaboradores da empresa e na possível integração com modelos BPEL;

- Desmaterialização e agilização da metodologia de Qualificação e Avaliação de Fornecedores de Bens e Serviços (QAF), alargando o âmbito deste processo que passou a centralizar numa plataforma informática toda a informação respeitante a um fornecedor, que depois será utilizada por todas as aplicações da EP, como Concursos, Contratos, Avaliação de Fornecedores, SIF (Aplicação Financeira). Possibilita também a consolidação da informação de um fornecedor num Portal de acesso restrito a fornecedores registados;

- Lançamento de Programas de Melhoria Temáticos como seja, entre outros, o caso “Modelação Empresarial”, “Gestão Documental”, “Diagnóstico de Medidas de Autoprotecção contra incêndio (SCIE)”, “Intranet da EP – rede de informação”, “Gestão de Resíduos”, “Revisão de manuais de UMIA, CAU e DR”.

Relativamente à Segurança e Saúde:

- Desenvolvimento de metodologia de análise e enquadramento legal da organização em matéria de SST;
- Operacionalização de um conjunto de suportes documentais que possibilitem a normalização de práticas genéricas da organização em matéria de SST, mas também concretas à actividade de coordenação de segurança, no âmbito do cumprimento do DL nº 273/2003;
- Contactos com Entidades Externas, nomeadamente ACT e INCI, por forma a obter esclarecimentos e dados para o desenvolvimento de procedimentos internos.

## 9.14 Inovação e Desenvolvimento

### 9.14.1 Sistemas de Informação

As áreas de I&D da EP enquadram-se fundamentalmente dentro das definições identificadas no Plano Estratégico de Sistemas de Informação 2009-2012, o qual tem procurado suportar e dar valor acrescentado ao negócio da empresa. Nessa área foram desenvolvidos e implementados projectos críticos e transversais à organização como:

**Portal de Fornecedores** - centralização numa única plataforma de toda a interacção com os fornecedores, bem como todo o seu processo interno de actividade (Concursos, Contratos, Avaliação de Fornecedores, Sistema Financeiro). Ganhos de processos superiores a 50%;

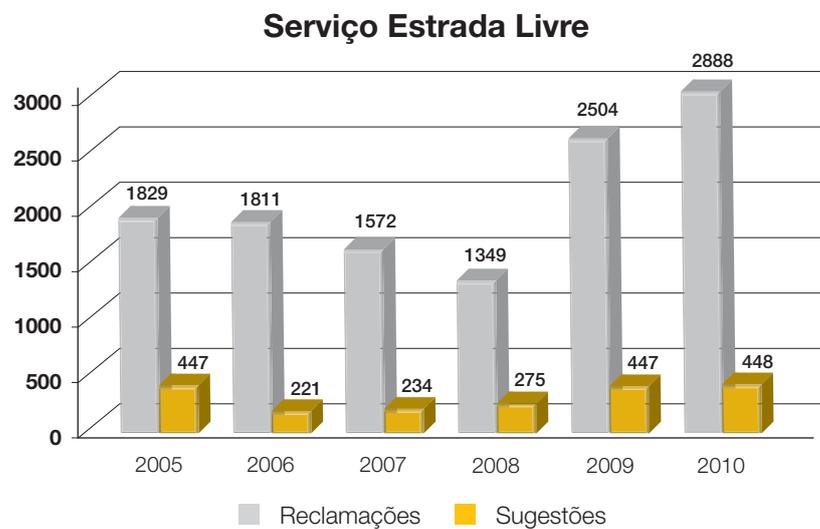
**Plataforma SCRAP (Sistema de Controlo, Receitas e Auditorias de Portagens)** – sistema de Reporting, baseada em Tecnologias Abertas, que permite às áreas de negócio (Financeiro, Gestão de Concessões e Administração) visualizarem graficamente todo o processo de gestão de Portagens Electrónicas e Tradicionais da EP.

**Plataforma SIG Empresarial** – reengenharia e centralização de toda a plataforma de Informação Geográfica, permitindo que actualmente as várias unidades da empresa contribuam diariamente para a informação e partilha de dados georreferenciados da organização, garantindo que diariamente mais de 10% dos colaboradores a utilizem de forma crítica e útil para criar valor acrescentado ao negócio.

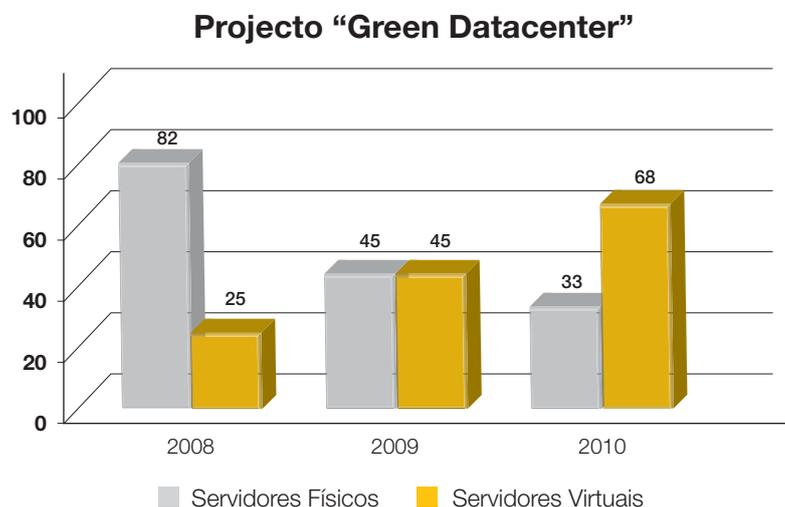
**Plataforma Informativa de Trânsito e Boletim de Trânsito Vídeo e Escrito ao Utente** – disponibilização através de uma única plataforma de serviços de informação de trânsito nacional em vários canais Portal Estradas.pt, soluções móveis, rádios, parceiros, entre outros. Mais de 3500 Amigos no Facebook, mais de 4000 Utentes registados no Portal Estradas.pt, mais

de 4000 chamadas mensais recebidas no Centro de Controlo de Tráfego da EP, são alguns dos números exemplificativos desta plataforma de Informação ao Utente.

**Serviço ao Utente** – nova plataforma unificada de gestão de Processos Estrada Livre, Gestão de Call Center, de Gestão Centros de Atendimento ao Utente, de Gestão de Campanhas de Marketing direccionado. O novo interface Estrada Livre ao utente Internet mais fácil de usar, um aumento e aprofundamento de parcerias nestas áreas permitiu um aumento de interacções com os utentes em 15% durante o ano de 2010.



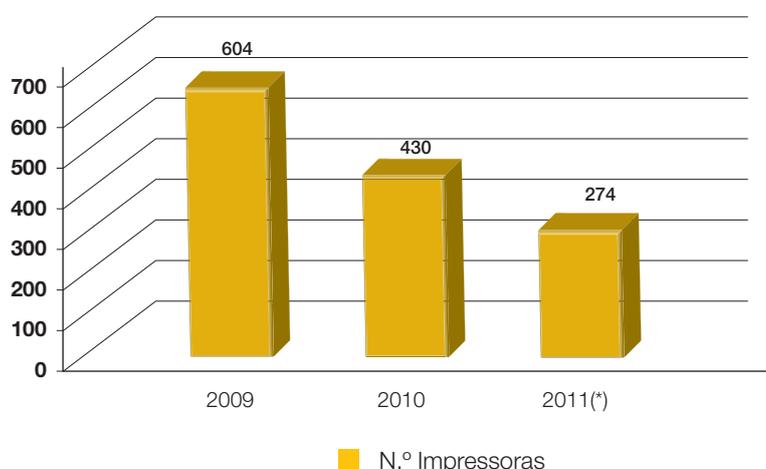
**Projecto “Green-Datacenter” de Sustentabilidade Energética** – consolidação de servidores através do meio de virtualização ou da eliminação de ambientes redundantes ou ociosos, através da Tecnologia Microsoft Hyper-V. Este projecto permitiu, a redução de 60% no número de Servidores Físicos a gerir, a redução em custos de manutenção de Servidores e a conseqüente redução de Consumos Energéticos.



**Optimização de Parque de Impressão** – implementação de projecto de maior racionalização da utilização dos meios de impressão/digitalização de toda a organização. Este projecto alcançou assim a diminuição em 50% do número de equipamentos, eliminando assim as impressoras de jacto de tinta e renovando as laser. Esta renovação permitiu a centralização de toda a gestão dos equipamentos, aumento de capacidade de impressão e consequente alocação a centros de custos internos.

### Optimização de Parque de Impressão

(\*) estimado final 1º Semestre 2011



Adicionalmente, e com vista ao planeamento estratégico futuro em áreas de Sistemas de Transportes Inteligentes (ITS), a empresa fortificou o seu envolvimento em várias áreas como:

- **Programa Europeu Easyway** – preparação de projectos futuros de ITS por parte da EP, envolvimento directo na organização do Congresso Europeu Easyway Forum, realizado em Lisboa durante o mês de Outubro e onde foi apresentada a visão da EP nas áreas de informação aos utentes;
- **Envolvimento directo no Grupo de Trabalho de Ecosistema de Transportes da Associação ITS Portugal** – com o objectivo de potenciar a inovação técnica de transportes da empresa, bem como da criação de um ecossistema consistente de fornecedores, universidades e empresas em Portugal;
- **Aproximação a Universidades e Centros de I&D da Universidade Lusófona e ISEL.**

## 9.14.2 Sistemas de Gestão de Conservação

A EP definiu em 2010 o desenvolvimento, consolidação e evolução de metodologias inerentes ao Modelo de Gestão da Conservação, que se pode espelhar no quadro seguinte, conjuntamente com a expressão dos respectivos estádios de desenvolvimento:

| <b>O Modelo da Gestão de Conservação da EP - Estradas de Portugal</b> |                    |                            |              |          |
|---|--------------------|----------------------------|--------------|----------|
| Modelos   | Sistemas de Gestão | Estádio de Desenvolvimento |              |          |
|   |                    | Implementação              | Consolidação | Evolução |
| Gestão de Conservação de Estruturas                                   | Obras de Arte      |                            | X            | X        |
|   | Obras de Contenção | X                          |              |          |
|   | Obras Hidráulicas  | X                          |              |          |
| Gestão de Conservação de Vias   | Pavimentos         | X                          | X            | X        |
|   | Equipamentos       | X                          | X            |          |

A consolidação destes diferentes Modelos de Gestão de Conservação permitirá que a empresa assegure, a nível nacional, a racionalidade dos investimentos nas acções de conservação, entendida como a conjugação da Manutenção/Conservação Corrente, com a Reabilitação/Conservação Periódica, numa lógica de Custo/Benefício, procurando que as intervenções que são decididas, o sejam onde é preciso, no montante adequado, e no tempo certo.

## 9.14.3 Sistemas de Gestão Financeira

Durante 2010, a EP desenvolveu um trabalho de fundo abrangendo alterações informáticas com vista à optimização de procedimentos e melhoria de informação de gestão, nomeadamente no controle e acompanhamento da cobrança de portagens.

A EP desenvolveu um conjunto de trabalhos que abrangeram igualmente alterações informáticas com vista a enfrentar o desafio de apresentar as suas contas numa primeira fase de acordo com as NCRF (Normas de Contabilidade e Relato Financeiro) para o período findo em 30 de Junho de 2010 por via da introdução do SNC (Sistema de Normalização Contabilística) e, numa segunda fase, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 de acordo com as IFRS (International Financial Reporting Standards) por via da emissão de títulos cotados no segundo semestre pela EP.



APLICAÇÃO  
**DE RESULTADOS**

## 10. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

---

Para o Resultado Líquido apurado no exercício no valor de 102.505.592,21 Euros, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

|                            |                |
|----------------------------|----------------|
| Resultado líquido          | 102.505.592,21 |
| Reserva Legal              | 5.125.279,61   |
| Reserva Geral              | 10.250.559,22  |
| Reserva para investimentos | 38.713.942,94  |
| Resultados transitados     | 48.415.810,44  |

Foi constituída a Reserva legal nos termos da lei, bem como a Reserva Geral e a Reserva para Investimentos, de acordo com o Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 374/2007 de 7 de Novembro.

# AGRADECIMENTOS

## 11. AGRADECIMENTOS

---

Cumpre-nos apresentar os nossos agradecimentos a todos quantos se empenharam no processo que conduziu em 2010 ao reforço da situação de sustentabilidade desta instituição, que, continuando fiel à história, se adaptou às novas exigências empresariais que resultaram, em especial, das alterações legislativas do ano de 2007. Assim evidenciamos:

- os Senhores Ministros e Secretários de Estado dos Ministérios das Finanças e Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, pelo apoio dispensado, sem o qual, todas as medidas estruturantes realizadas na empresa não seriam possíveis;
- as demais Entidades Institucionais e de Regulação, pela disponibilidade manifestada à EP, sempre que lhes foi pedido;
- os fornecedores pela colaboração prestada, que resultou numa melhoria substancial de todo o relacionamento;
- os utentes e contribuintes que são a nossa razão de existência;
- os outros operadores e participantes na actividade rodoviária, pelas excelentes relações e entajuda dispensada.

E, finalmente,

– uma especial palavra aos trabalhadores da empresa que, apesar das medidas de austeridade aplicadas, com o seu profissionalismo e empenho, corresponderam afirmativamente aos desafios determinados pela necessidade de renovação, que, pela sua profundidade não poderia deixar de provocar algum desconforto temporário.

Almada, 20 de Abril de 2011

O Conselho de Administração,

Almerindo da Silva Marques, Presidente

Eduardo Andrade Gomes, Vice-Presidente

Rui Nelson Ferreira Dinis, Vogal

José Emílio C. Garrido Castel-Branco, Vogal

Ana Sofia Côrte-Real de Matos Tomaz, Vogal



DEMONSTRAÇÕES  
**FINANCEIRAS**

## 12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 12.1 Balanço

|   |       | 31 de Dezembro    | 31 de Dezembro    |
|---|-------|-------------------|-------------------|
|   | Nota  | 2010              | 2009              |
| <b>Activo</b>   |       |                   |                   |
| <b>Não corrente</b>   |       |                   |                   |
| Activos fixos tangíveis   | 7     | 27,349            | 29,587            |
| Propriedades de investimento                                    |       | 142               | -                 |
| Activos intangíveis   | 8     | 15,155,072        | 13,370,049        |
| Activos por impostos diferidos                                  | 9     | 38,487            | 1,330             |
|   |       | <b>15,221,051</b> | <b>13,400,967</b> |
| <b>Corrente</b>   |       |                   |                   |
| Clientes  | 11    | 14,771            | 10,229            |
| Adiantamentos a fornecedores                                    |       | 2,110             | 11,371            |
| Estado e outros entes públicos                                  | 10    | 355,134           | 229,856           |
| Outras contas a receber   | 11    | 92,671            | 127,610           |
| Diferimentos  | 12    | 8,400             | 1,101             |
| Activos não correntes detidos para venda                        |       | 62                | -                 |
| Caixa e depósitos bancários                                     | 5     | 26,798            | 208               |
|   |       | <b>499,945</b>    | <b>380,375</b>    |
| <b>Total do activo</b>  |       | <b>15,720,996</b> | <b>13,781,341</b> |
| <b>Capital próprio</b>  |       |                   |                   |
| <b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital</b> |       |                   |                   |
| Capital realizado   | 13    | 330,000           | 200,000           |
| Reservas legais   | 14    | 51,140            | 51,140            |
| Outras reservas   | 14    | 134,518           | 66,882            |
| Resultados transitados  |       | 26,810            | (512)             |
|   |       | <b>542,468</b>    | <b>317,510</b>    |
| Resultado líquido do período                                    |       | 102,506           | 94,959            |
| <b>Total do capital próprio</b>                                 |       | <b>644,974</b>    | <b>412,468</b>    |
| <b>Passivo</b>  |       |                   |                   |
| <b>Não corrente</b>   |       |                   |                   |
| Provisões   | 16,18 | 821,819           | 661,987           |
| Financiamentos obtidos  | 17    | 450,659           | 200,659           |
| Passivos por impostos diferidos                                 | 9     | 14,570            | 18,212            |
| Outras contas a pagar   | 19    | 1,264,869         | 251,294           |
| Outros passivos não correntes                                   | 20    | 10,581            | -                 |
| Diferimentos  | 12,15 | 10,763,323        | 10,795,535        |
|   |       | <b>13,325,821</b> | <b>11,927,688</b> |
| <b>Corrente</b>   |       |                   |                   |
| Fornecedores  | 21    | 29,118            | 10,127            |
| Estado e outros entes públicos                                  | 10    | 62,697            | 8,621             |
| Financiamento obtidos   | 17    | 1,554,690         | 1,307,654         |
| Outras contas a pagar   | 19    | 93,557            | 100,492           |
| Diferimentos  | 12    | 10,139            | 14,290            |
|   |       | <b>1,750,201</b>  | <b>1,441,185</b>  |
| <b>Total do passivo</b>   |       | <b>15,076,022</b> | <b>13,368,873</b> |
| <b>Total do capital próprio e do passivo</b>                    |       | <b>15,720,996</b> | <b>13,781,341</b> |

As notas das páginas 124 a 168 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

## 12.2 Demonstração dos resultados

|   |      | 31 de Dezembro   | 31 de Dezembro   |
|---|------|------------------|------------------|
|   | Nota | 2010             | 2009             |
| Vendas e serviços prestados   | 22   | 1 629 601        | 1 116 845        |
| Subsídios à exploração  |      | 186              | -                |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas                    | 23   | (971 779)        | (509 756)        |
| Fornecimentos e serviços externos   | 24   | (167 916)        | (147 283)        |
| Conservação, Reparação e Segurança  | 24   | (142 398)        | (123 806)        |
| Outros FSE correntes  | 24   | (25 518)         | (23 477)         |
| Gastos com o pessoal  | 25   | (38 725)         | (39 677)         |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)                         | 11   | (4 226)          | -                |
| Provisões (aumentos/ reduções)  | 16   | (75 877)         | (456)            |
| Outros rendimentos e ganhos   | 26   | 63 652           | 53 309           |
| Outros gastos e perdas  | 27   | (6 193)          | (7 372)          |
| <b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> |      | <b>428 724</b>   | <b>465 609</b>   |
| Gastos/ reversões de depreciação e de amortização                           | 7, 8 | (180 216)        | (297 563)        |
| Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)  |      | -                | -                |
|   |      | <b>(180 216)</b> | <b>(297 563)</b> |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>  |      | <b>248 508</b>   | <b>168 046</b>   |
| Juros e rendimentos similares obtidos                                       | 28   | 157              | 97               |
| Juros e gastos similares suportados   | 28   | (105 032)        | (38 878)         |
| <b>Resultados antes de impostos</b>   |      | <b>143 632</b>   | <b>129 265</b>   |
| Imposto sobre o rendimento do período                                       | 29   | (41 126)         | (34 306)         |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>                                       |      | <b>102 506</b>   | <b>94 959</b>    |

As notas das páginas 124 a 168 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

## 12.3 Demonstração da alteração dos capitais próprios

|   | Capital realizado     | Reservas legais      | Outras reservas       | Resultados transitados | Resultado líquido do período | Total                 |
|---|-----------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------------|-----------------------|
| <b>A 1 de Janeiro de 2009</b>                         | 200,000               | 51,140               | -                     | (11,008)               | 53,267                       | 293,398               |
| <b>Alterações no período</b>                          |                       |                      |                       |                        |                              |                       |
| Primeira adopção de novo referencial contabilístico   | -                     | -                    | 24,112                | -                      | -                            | 24,112                |
| Ajustamentos por impostos diferidos                   | -                     | -                    | -                     | -                      | -                            | -                     |
| Subsídios ao Investimento atribuídos no período       | -                     | -                    | -                     | -                      | -                            | -                     |
| Proveitos com subsídios ao investimento no período    | -                     | -                    | -                     | -                      | -                            | -                     |
|   | <u>-</u>              | <u>-</u>             | <u>24,112</u>         | <u>-</u>               | <u>-</u>                     | <u>24,112</u>         |
| Resultado líquido do período                          | <u>-</u>              | <u>-</u>             | <u>-</u>              | <u>-</u>               | <u>94,959</u>                | <u>94,959</u>         |
| <b>Resultado integral</b>                             | <b><u>200,000</u></b> | <b><u>51,140</u></b> | <b><u>24,112</u></b>  | <b><u>(11,008)</u></b> | <b><u>148,226</u></b>        | <b><u>412,469</u></b> |
| <b>Operações com detentores de capital no período</b> |                       |                      |                       |                        |                              |                       |
| Distribuições   | -                     | -                    | 42,771                | 10,496                 | (53,267)                     | -                     |
| <b>A 31 de Dezembro de 2009</b>                       | <b><u>200,000</u></b> | <b><u>51,140</u></b> | <b><u>66,882</u></b>  | <b><u>(512)</u></b>    | <b><u>94,959</u></b>         | <b><u>412,468</u></b> |
| <b>Alterações no período</b>                          |                       |                      |                       |                        |                              |                       |
| Ajustamentos por impostos diferidos                   | -                     | -                    | -                     | -                      | -                            | -                     |
| Proveitos com subsídios ao investimento no período    | -                     | -                    | -                     | -                      | -                            | -                     |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio     | -                     | -                    | -                     | -                      | -                            | -                     |
|   | <u>-</u>              | <u>-</u>             | <u>-</u>              | <u>-</u>               | <u>-</u>                     | <u>-</u>              |
| Resultado líquido do período                          | <u>-</u>              | <u>-</u>             | <u>-</u>              | <u>-</u>               | <u>102,506</u>               | <u>102,506</u>        |
| <b>Resultado integral</b>                             | <b><u>200,000</u></b> | <b><u>51,140</u></b> | <b><u>66,882</u></b>  | <b><u>(512)</u></b>    | <b><u>197,464</u></b>        | <b><u>514,974</u></b> |
| <b>Operações com detentores de capital no período</b> |                       |                      |                       |                        |                              |                       |
| Realizações de capital                                | 130,000               | -                    | -                     | -                      | -                            | 130,000               |
| Realizações de prémios de emissão                     | -                     | -                    | -                     | -                      | -                            | -                     |
| Distribuições   | -                     | -                    | 67,636                | 27,322                 | (94,959)                     | -                     |
| Entradas para cobertura de perdas                     | -                     | -                    | -                     | -                      | -                            | -                     |
| Outras operações                                      | -                     | -                    | -                     | -                      | -                            | -                     |
|   | <u>130,000</u>        | <u>-</u>             | <u>67,636</u>         | <u>27,322</u>          | <u>(94,959)</u>              | <u>130,000</u>        |
| <b>A 31 de Dezembro de 2010</b>                       | <b><u>330,000</u></b> | <b><u>51,140</u></b> | <b><u>134,518</u></b> | <b><u>26,810</u></b>   | <b><u>102,506</u></b>        | <b><u>644,974</u></b> |

As notas das páginas 124 a 168 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

## 12.4 Demonstração de fluxos de caixa

|  | 31 de Dezembro<br>2010  | 31 de Dezembro<br>2009  |
|--|-------------------------|-------------------------|
| <b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>                |                         |                         |
| Recebimentos de clientes   | 598,859                 | 567,063                 |
| Pagamentos a fornecedores  | (131,688)               | (135,516)               |
| Pagamentos ao pessoal  | (41,860)                | (55,200)                |
| <b>Caixa gerada pelas operações</b>                                | <u>425,311</u>          | <u>376,347</u>          |
| Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento               | (27,771)                | (35,247)                |
| Outros recebimentos/ pagamentos                                    | (142,161)               | (119,883)               |
| <b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>       | <b><u>255,378</u></b>   | <b><u>221,217</u></b>   |
| <b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>             |                         |                         |
| Pagamentos respeitantes a:   |                         |                         |
| Activos fixos tangíveis  | 529                     | (662)                   |
| Activos intangíveis  | (832,013)               | (864,122)               |
| Recebimentos provenientes de:                                      |                         |                         |
| Activos fixos tangíveis  | 12,085                  | 1,104                   |
| Activos intangíveis  | 311                     | 712                     |
| Subsídios ao investimento  | 27,306                  | 78,349                  |
| Juros e rendimentos similares                                      | 157                     | 97                      |
| <b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>    | <b><u>(791,626)</u></b> | <b><u>(784,522)</u></b> |
| <b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>            |                         |                         |
| Recebimentos provenientes de:                                      |                         |                         |
| Financiamentos obtidos   | 1,792,592               | 1,507,301               |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio | 130,000                 | -                       |
| Pagamentos respeitantes a:   |                         |                         |
| Financiamentos obtidos   | (1,306,642)             | (909,683)               |
| Juros e gastos e similares   | (53,113)                | (34,270)                |
| <b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>   | <b><u>562,837</u></b>   | <b><u>563,348</u></b>   |
| Caixa e seus equivalentes no início do período                     | 208                     | 166                     |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período                        | <u>26,798</u>           | <u>208</u>              |
| <b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>                       | <b><u>26,589</u></b>    | <b><u>43</u></b>        |

As notas das páginas 124 a 168 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

## 12.5 Anexo às demonstrações financeiras

Os valores estão expressos em milhares de euros (m€) excepto quando expressamente indicado o contrário.

### 1 Introdução

A EP — Estradas de Portugal, S. A. (de agora em diante “EP” ou “Empresa”) resulta da transformação societária da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., ocorrida com base no Decreto-Lei n.º 374/2007 de 7 de Novembro.

A EP é uma sociedade anónima de capitais públicos. Rege-se pelo Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de Novembro, pelos seus estatutos, publicados em anexo àquele diploma e que dele fazem parte, pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas consagrado no Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, pelos princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

A EP está sujeita ao poder de tutela conjunta dos Ministros de Estado e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nos termos e para os efeitos previstos nos referidos Decreto-Lei n.º 558/99 e Decreto-Lei n.º 300/2007.

A EP encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o Número de Identificação Fiscal 504 598 686.

Foi celebrado com a EP um Contrato de Concessão (de agora em diante “Contrato”) conforme o previsto no Decreto-Lei n.º 380/2007 de 13 de Novembro. Contrato esse alterado pela Lei n.º 13/2008 de 29 Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 110/2009 de 18 de Maio e pelo Decreto-Lei n.º 44-A/2010 de 5 de Maio.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 3 de Março de 2011. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da EP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

### 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras constituem as primeiras demonstrações financeiras preparadas pela Empresa de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (de agora em diante “IFRS”) emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010 e de acordo com a IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a Empresa preparado o seu balanço de abertura na data de transição a 1 de Janeiro

de 2009. As demonstrações financeiras da Empresa até 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data (Plano Oficial de Contabilidade “POC” e Directrizes Contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística “DC”). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas, a Administração alterou alguns dos critérios de contabilização e valorização, de modo a que os mesmos se apresentem em conformidade com as IFRS. Desta forma, os valores comparativos relativos ao exercício de 2009 foram reexpressos para reflectir esses ajustamentos. A reconciliação e descrição dos impactos da transição do normativo anterior para as IFRS no Capital próprio, Resultado do exercício e Fluxos de caixa são apresentados na Nota 2.4.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 4.

## **2.2. Derrogação das disposições do IFRS**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo IFRS.

## **2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Salvo quanto aos ajustamentos verificados com a alteração de normativo contabilístico (ver Nota 2.4), os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

## **2.4. Adopção pela primeira vez das IFRS**

A Empresa adoptou as IFRS, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para todos os períodos apresentados, excepto quanto às isenções e exclusões permitidas pela IFRS 1 à aplicação retrospectiva do tratamento preconizado por outras normas das IFRS. As isenções utilizadas pela EP na preparação do seu balanço de abertura à data de transição a 1 de Janeiro de 2009, são como segue:

Revalorização como custo considerado;

A EP não procedeu à reavaliação de activos, sendo os critérios de reconhecimento, valorização e depreciação adoptados no normativo contabilístico anterior são equiparáveis aos do modelo do custo histórico nas IFRS, pelo que não foram sujeitos a ajustamento.

## Reconciliação dos ajustamentos de transição para as IFRS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as IFRS teve o seguinte efeito nos capitais próprios:

### Reconciliação do Capital Próprio

O montante total de ajustamento à data de transição reflecte o diferencial registado nas demonstrações financeiras decorrente da conversão para as IFRS. Estes ajustamentos encontram-se reconhecidos em “Reservas de Transição”.

|  | Ajust. | 31.12.09       | 01.01.09       |
|--|--------|----------------|----------------|
| <b>Capital próprio POC</b>                   |        | <b>367,879</b> | <b>293,398</b> |
| Efeito da Capitalização Encargos Financeiros | 1      | 44,589         | 24,112         |
| <b>Capital próprio IFRS</b>                  |        | <b>412,468</b> | <b>317,510</b> |

Para o exercício de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as IFRS originou um impacto nos resultados líquidos conforme segue:

### Reconciliação do Resultado Líquido

|   | Ajust. | 31.12.09      |
|---|--------|---------------|
| <b>Resultado Líquido POC</b>            |        | <b>74,481</b> |
| Capitalização encargos financeiros 2009 | 1      | 20,477        |
| <b>Resultado líquido IFRS</b>           |        | <b>94,959</b> |

### Alterações à Demonstração dos fluxos de caixa.

As alterações à demonstração dos fluxos de caixa não foram consideradas significativas para divulgação.

### Detalhe dos ajustamentos

Os ajustamentos acima referidos na reconciliação do capital próprio e do resultado líquido, resultam das diferenças quantitativas identificadas entre o normativo POC e os IFRS, as quais podem ser resumidas, como segue:

#### Ajustamento 1 – Capitalização de encargos financeiros

O normativo IFRS (IAS 23R) obriga à capitalização de custos de empréstimos obtidos que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica pelo que a Empresa optou pela capitalização dos custos com empréstimos obtidos na sua actividade de construção.

### **3 Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### **3.1. Relato por segmentos**

A Empresa apresenta como segmentos operacionais, a “Operação e Manutenção”, “Construção Própria”, “Concessões” e “Subconcessões”.

#### **3.2. Conversão cambial**

##### **(i) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Empresa e respectivas notas deste anexo são apresentadas em milhares de euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da Empresa.

##### **(ii) Cotações utilizadas**

Não ocorreram no exercício quaisquer operações em moeda diferente do Euro.

#### **3.3. Activos fixos tangíveis**

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo ou reconhecidos como um activo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo poder ser fiavelmente mensurada; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do Balanço.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de activos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes activos são calculadas utilizando o método das quotas constantes. As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

|                                | Anos               |
|--------------------------------|--------------------|
| Edifícios e outras construções | Entre 10 e 50 anos |
| Equipamento básico             | Entre 5 e 8 anos   |
| Equipamento de transporte      | 4 anos             |
| Ferramentas                    | Entre 4 e 8 anos   |
| Equipamento administrativo     | Entre 3 e 8 anos   |
| Outras activos tangíveis       | Entre 1 e 10 anos  |

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico líquido de amortizações do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

### 3.4. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objectivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao custo, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo de custo depreciado, o qual é aplicado a todos os activos classificados como propriedades de investimento.

### 3.5. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transacções que lhe deram origem, conforme os parágrafos abaixo:

#### Reconhecimento inicial

A EP, através da aplicação da IFRIC 12 considera que o activo resultante do Direito de Exploração que lhe foi atribuído pelo Contrato de Concessão com o Estado classifica com um activo intangível.

O Direito de Concessão foi reconhecido por efeito de uma Concentração de Actividades Empresariais, aquando da alteração do objecto social da Empresa conforme explicado na Nota 1. O registo inicial foi mensurado ao montante atribuído ao Direito de Concessão no Contrato de Concessão da EP e posteriores alterações indicadas na Nota 1.

A integração do Direito de Concessão originou o registo de uma diferença de integração negativa pelo desreconhecimento das diferentes componentes da Rede Rodoviária Nacional, constantes no balanço de Abertura da Empresa. Esta diferença de integração foi deduzida ao Direito de Concessão.

Os restantes activos intangíveis resultam de transacções de aquisição separadas e o seu custo reflecte:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

### **Reconhecimento subsequente**

A Empresa valoriza os seus activos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela IAS 38 – Activos Intangíveis.

O Direito de Concessão é acrescido pelo desenvolvimento da actividade de gestão da rede de infraestrutura rodoviária nacional que inclui, nomeadamente, a construção, financiamento e exploração da Rede Rodoviária Nacional (que inclui a Rede Concessionada) bem como da Rede Rodoviária Nacional Futura, o que pode acontecer mediante a:

#### **(i) Prestação de serviços de construção**

É acrescido aquando da conclusão de cada componente significativa da Rede Rodoviária Nacional Futura, pelo seu valor de execução. A construção pode ocorrer mediante construção directa da Empresa ou mediante subconcessão.

Até à conclusão de cada componente, é reconhecido como activo intangível em curso a proporção do valor da execução esperada da obra, mediante a aplicação do método da percentagem de acabamento.

Dispêndios efectuados pela Empresa relativos ao lançamento de concursos de subconcessão são reconhecidos como activos intangíveis, até ao momento em que a natureza do dispêndio efectuado seja facturada ao subconcessionário.

Os custos com empréstimos associados à construção têm o tratamento definido na Nota 3.6.

#### **(ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada**

É acrescido pelos pagamentos líquidos de recebimentos relativos às Concessões acumulados efectuados até ao momento do termo inicial de cada concessão, data a partir da qual a Empresa tem direito aos benefícios económicos subjacentes ao respectivo troço.

Até ao termo inicial, são registados em imobilizado intangível em curso numa base de caixa.

Os custos com empréstimos associados a esta aquisição têm o tratamento definido na Nota 3.6.

O Contrato de Concessão da EP apresenta as seguintes definições para os 3 componentes fundamentais do Empreendimento da Concessão:

**“Rede Concessionada** — Designa as vias que integram a Rede Rodoviária Nacional e que se encontram, na data de assinatura do Contrato de Concessão, sujeitas a um Contrato de Concessão do Estado ou aquelas que o Estado incluiu em concurso público ainda pendente, na mesma data, com vista ao respectivo concessão;

**“Rede Rodoviária Nacional** — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no PRN 2000, que se encontram em serviço ou cuja construção teve já início à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera-se iniciada a construção dos Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 a partir do momento em que se encontrar outorgado pelo Estado, ou pela EP — Estradas de Portugal, S. A., o contrato tendente à sua construção;

**“Rede Rodoviária Nacional Futura** — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no PRN 2000 ou nos diplomas que o venham a modificar ou substituir e que entrem em vigor até 5 (cinco) anos antes do termo de vigência do Contrato de Concessão, que não se encontram construídos à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera-se que não estão construídos os Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 para cuja construção não foi outorgado, pelo Estado ou pela EP — Estradas de Portugal, S. A., à data de assinatura do Contrato de Concessão, o respectivo contrato;

## **Amortização**

A EP amortiza o Direito de Concessão com base na sua melhor estimativa sobre o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao activo, o qual assenta no método de unidade de produção, como definido pela IFRIC 12.

A unidade de produção assenta na melhor estimativa de proveitos inerentes aos réditos directamente associados aos direitos já adquiridos pela Empresa, o que exclui as receitas relativas à actividade de cobrança de portagens antes dos termos iniciais das concessões subjacentes.

Eventuais alterações de estimativas são corrigidas prospectivamente, afectando o montante das amortizações de exercícios futuros.

O valor amortizável do Direito de Concessão, revisto anualmente de acordo com as melhores expectativas da Empresa, corresponde ao montante total global dos custos incorridos e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão geral da infra-estrutura rodoviária nacional.

Os restantes activos intangíveis resultam de transacções de aquisição separadas e o seu custo reflecte:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;

- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

Os restantes activos intangíveis são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

### **3.6. Capitalização de custos de empréstimos obtidos**

A Empresa adoptou a capitalização dos encargos financeiros associados à aquisição, construção ou produção de activos qualificáveis, com efeitos retrospectivos a partir de 1 de Janeiro de 2008.

A EP considera como activo qualificável todos aqueles que demorem um período superior a 12 meses a ficarem concluídos para o seu uso pretendido, sendo o activo qualificável mais significativo o Direito de Concessão sobre a rede de infra-estrutura viária. Qualquer componente da Rede Rodoviária Nacional ou da Rede Rodoviária Nacional Futura é considerado um componente desse mesmo activo qualificável, desde que a duração estimada da sua construção seja superior a seis meses.

Os componentes do Direito de Concessão que qualificam para a capitalização de custos de empréstimos são essencialmente os resultantes da:

#### **(i) Prestação de serviços de construção**

A prestação de serviços de construção dura habitualmente mais de 1 ano pelo que os encargos associados aos financiamentos obtidos para a sua concretização são considerados elegíveis, independentemente dos serviços serem prestados directamente pela EP ou mediante subconcessão.

#### **(ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada**

Os pagamentos efectuados por conta da aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada até ao termo inicial de cada troço da actual Rede Concessionada.

Os encargos financeiros directos são considerados como custo do componente especificamente financiado. Sempre que não existam financiamentos directamente atribuíveis a cada componente da rede em curso, é utilizada uma taxa teórica ponderada dos empréstimos activos durante ao período a qual é aplicada aos dispêndios ocorridos com o desenvolvimento da referida rede.

Não são considerados para efeitos de base para a capitalização dos custos de empréstimos obtidos aos componentes que foram construídos com recurso a subsídios ou que estão em condições de entrar em funcionamento, independentemente da conclusão da empreitada em que se inserem.

### **3.7. Imparidade de activos**

A Empresa realiza os testes de imparidade anualmente e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

### **3.8. Activos financeiros**

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a EP reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

### **3.9. Activos não correntes detidos para venda**

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja muito provável e o activo esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os activos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

### **3.10. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos".

### **3.11. Capital social**

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### **3.12. Passivos financeiros**

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

### **3.13. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

### **3.14. Benefícios aos empregados**

A EP concedeu pensões de reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência (doravante designado de plano de pensões).

#### **Plano de Pensões**

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos a um universo restrito e fechado de colaboradores.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações revistas anualmente. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “rating” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço.

### **3.15. Provisões**

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### **3.16. Subsídios e apoios do Governo**

Os subsídios recebidos do Estado português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em activos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos como um proveito diferido.

Os subsídios são subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados, sendo registados na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração do rendimento integral no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

### **3.17. Locações**

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a EP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

### **3.18. Gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especiali-

zação dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

### **3.19. Rédito**

O rédito da Empresa no âmbito da Concessão acordada com o Estado está definido no respectivo contrato de concessão e contempla essencialmente:

#### **(i) Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR)**

Um dos principais réditos é a Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) criada pela Lei nº 55/2007, de 31 de Agosto.

#### **(ii) Outros Réditos decorrentes do Contrato de Concessão**

Para o desenvolvimento do seu objecto social a Empresa tem de proceder à prestação de serviços de construção no âmbito do desenvolvimento da rede de infra-estrutura rodoviária nacional.

O resultado da construção de cada nova componente da Rede de Infra-estrutura Rodoviária Nacional é registado, de acordo com o método da percentagem de acabamento.

O montante de rédito a reconhecer resulta do produto entre a percentagem de acabamento e o valor total da obra. O valor total da obra é o montante acordado com o Concedente (Estado) ou, não estando acordado, é o resultado do somatório das componentes de custos específicos à obra em causa quer internos ou externos.

O valor do rédito reconhecido, acresce ao valor do Direito de Concessão conforme referido na Nota 22.

No caso em que o valor total da obra esteja acordado com o Concedente, sempre que o somatório dos custos específicos incorridos e a incorrer excederem o rédito acordado, é imediatamente reconhecida em resultado a perda estimada.

#### **(iii) O valor das taxas de portagem – Estradas em administração própria ou Subconcessionada**

A actividade de cobrança de portagens sobre as vias da Rede sob administração própria ou subconcessionada é reconhecida nos resultados do ano de acordo com as portagens reais do período, dado que se tratam de portagens em vias onde o Direito de exploração da Concessão pela EP já é pleno.

#### **(iv) O valor das taxas de portagem – Estradas em administração concessionada**

A actividade de cobrança de portagens sobre as vias da Rede Concessionada é reconhecida de acordo com as portagens reais do período sendo que o valor resultante desta actividade é deduzido ao investimento da EP na aquisição dos direitos sobre essa mesma rede Concessionada de acordo com o estipulado no contrato de Concessão da EP com o Estado Português.

### **3.20. Instrumentos financeiros derivados**

A EP utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de financiamento.

Os critérios utilizados pela EP para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

A EP utiliza instrumentos financeiros com objectivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de juro de empréstimos obtidos que, contudo, não configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, não receberam tratamento de contabilização de cobertura, mas que permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações de taxa de juro dos empréstimos a pagar em relação aos quais a EP pretende cobrir o risco de taxa de juro. Os instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos em relação aos quais a empresa não aplicou contabilidade de cobertura são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações afectam directamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração dos resultados.

## **4 Principais estimativas e julgamentos apresentados**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### **4.1. Estimativas contabilísticas relevantes**

#### **i) Activos intangíveis**

A EP amortiza o seu Direito de Concessão pelo método das unidades equivalentes

conforme descrito na nota 3.5, sendo essa amortização portanto baseada na estimativa da totalidade dos proveitos a gerar pela Concessão até ao seu termo e na valorização da totalidade dos investimentos a efectuar pela EP.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector ao nível internacional.

## ii) Padrão estimado das receitas

O montante e o momento da ocorrência das receitas futuras são essenciais para determinar o método das unidades equivalentes, no qual assenta o cálculo da amortização do Direito de Concessão.

Este padrão é estimado com base no histórico recente e nas melhores perspectivas da Administração da EP para o futuro.

Procedeu-se, igualmente, a uma análise de sensibilidade à evolução das receitas da EP ao longo da vida do Contrato e seu impacto nas amortizações do exercício. As análises realizadas foram:

- a) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão e da CSR após 2013 seria de 0,5%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.
- b) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão e da CSR após 2013 seria de 1%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.

O resultado das diferentes análises no exercício de 2010 é apresentado no seguinte quadro:

| <b>M€</b>  |   |   |   |
|--|---|---|---|
| <b>Análise sensibilidade Crescimento CSR e Portagens</b> |   |   |   |
| em milhões de Euros                                      | <b>Crescimento de 0% para<br/>Rec.Port.+CSR (após 2013)</b> | <b>Crescimento de 0,5% para<br/>Rec.Port.+CSR (após 2013)</b> | <b>Crescimento de 1% para<br/>Rec.Port.+CSR (após 2013)</b> |
| Amortizações do Exerc.                                   | 178,0   | 144,7   | 115,4   |
| Amortizações de Subsídios                                | (38,7)  | (33,8)  | (29,4)  |
|  | 139,3   | 111,0   | 85,9  |
| <b>Diferença</b>   |   | <b>(28,3)</b>   | <b>(53,3)</b>   |

Por questão de prudência e dado que não existem ainda uma série de dados históricos significativa sobre a evolução da Contribuição do Serviço Rodoviário e a introdução de portagens ainda não está concluída, considerou-se um crescimento real de 0% das receitas de portagem após o termo inicial dos contratos de concessão e da CSR após 2013, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.

## iii) Conservação periódica de estradas e obras de arte

Com base em levantamentos técnicos de necessidades de reparação e do controlo de um índice de qualidade médio das vias e obras de arte é apurado um custo anualizado

necessário para a manutenção do programa a desenvolver que permita, de acordo com o estipulado no Contrato de Concessão da EP a manutenção do índice de qualidade médio da rede nos valores em que a mesma foi recebida.

#### iv) **Provisões**

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

### **4.2. Principais julgamentos na aplicação de políticas contabilísticas relevantes**

#### i) **Valor amortizável do Direito de Concessão**

O montante a considerar como valor amortizável do Direito de Concessão, implica a assumpção de montantes de execução de obras e manutenção programada até ao termo da concessão.

As alterações entre os valores planeados, contratados e executados podem variar por diversos factores exógenos à Empresa com impacto no montante de amortização a registar no futuro.

## **5 Fluxos de caixa**

### **5.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

| <b>Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa</b> | <b>31.12.2010</b>    | <b>31.12.2009</b> |
|---|----------------------|-------------------|
| Caixa   | 215                  | 25                |
| Depósitos bancários                             | 26.582               | 183               |
|   | <b><u>26.798</u></b> | <b><u>208</u></b> |

## **6 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

### **6.1. Alterações nas Políticas Contabilísticas**

No período findo em 31 de Dezembro de 2010 não ocorreram alterações das políticas ou contabilísticas, nem foram apurados erros de períodos anteriores.

## **7 Activos fixos tangíveis**

Durante os períodos apresentados os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

|                               | Terrenos     | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento transporte | Ferramentas e outros | Equipamento administrativo | Activos em curso | Total           |
|-------------------------------|--------------|--------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|----------------------------|------------------|-----------------|
| <b>1 de Janeiro de 2009</b>   |              |                                |                    |                        |                      |                            |                  |                 |
| Custo de aquisição            | 1,098        | 40,107                         | 84                 | 7,563                  | 11,242               | 23,292                     | 3,393            |                 |
| Depreciações acumuladas       | -            | (15,574)                       | (84)               | (7,200)                | (11,040)             | (21,666)                   | 0                | (55,564)        |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>1,098</b> | <b>24,533</b>                  | <b>-</b>           | <b>363</b>             | <b>202</b>           | <b>1,626</b>               | <b>3,393</b>     | <b>(55,564)</b> |
| <b>31 de Dezembro de 2009</b> |              |                                |                    |                        |                      |                            |                  |                 |
| Adições                       | -            | 123                            | 340                | -                      | 30                   | 598                        | 213              | 1,304           |
| Alienações                    | (9)          | (31)                           | -                  | (497)                  | (149)                | (132)                      | -                | (818)           |
| Transferências e abates       | -            | -                              | 2,717              | (444)                  | (1)                  | 186                        | (2,935)          | (477)           |
| Depreciação - exercício       | -            | (731)                          | (220)              | (153)                  | (101)                | (1,641)                    | -                | (2,846)         |
| Depreciação - alienações      | -            | (41)                           | -                  | -                      | 149                  | 164                        | -                | 272             |
| Depreciação- transf. e abates | -            | -                              | -                  | 939                    | -                    | -                          | -                | 939             |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>1,089</b> | <b>23,853</b>                  | <b>2,837</b>       | <b>208</b>             | <b>131</b>           | <b>801</b>                 | <b>670</b>       | <b>(57,190)</b> |
| <b>31 de Dezembro de 2009</b> |              |                                |                    |                        |                      |                            |                  |                 |
| Custo de aquisição            | 1,089        | 40,199                         | 3,141              | 6,621                  | 11,123               | 23,943                     | 670              | 86,787          |
| Depreciações acumuladas       | -            | (16,346)                       | (304)              | (6,414)                | (10,991)             | (23,144)                   | -                | (57,199)        |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>1,089</b> | <b>23,853</b>                  | <b>2,837</b>       | <b>207</b>             | <b>132</b>           | <b>799</b>                 | <b>670</b>       | <b>29,587</b>   |

|                               | Terrenos     | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento transporte | Ferramentas e outros | Equipamento administrativo | Activos em curso | Total         |
|-------------------------------|--------------|--------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|----------------------------|------------------|---------------|
| <b>1 de Janeiro de 2010</b>   |              |                                |                    |                        |                      |                            |                  |               |
| Custo de aquisição            | 1,089        | 40,199                         | 3,141              | 6,621                  | 11,123               | 23,943                     | 670              | 86,786        |
| Depreciações acumuladas       | -            | (16,346)                       | (304)              | (6,414)                | (10,991)             | (23,144)                   | -                | (57,199)      |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>1,089</b> | <b>23,853</b>                  | <b>2,837</b>       | <b>207</b>             | <b>132</b>           | <b>799</b>                 | <b>670</b>       | <b>29,587</b> |
| <b>31 de Dezembro de 2010</b> |              |                                |                    |                        |                      |                            |                  |               |
| Adições                       | 26           | 393                            | 226                | 36                     | 6                    | 26                         | 2,506            | 3,219         |
| Alienações                    | -            | -                              | -                  | -                      | -                    | -                          | -                | -             |
| Transferências e abates       | -            | (3,688)                        | 252                | (540)                  | (230)                | (206)                      | (2,015)          | (6,427)       |
| Depreciação - exercício       | -            | (714)                          | (315)              | (143)                  | (52)                 | (276)                      | -                | (1,500)       |
| Depreciação - alienações      | -            | 1,494                          | -                  | 540                    | 230                  | 206                        | -                | 2,470         |
| Depreciação- transf. e abates | -            | -                              | -                  | -                      | -                    | -                          | -                | -             |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>1,115</b> | <b>21,338</b>                  | <b>3,000</b>       | <b>100</b>             | <b>86</b>            | <b>548</b>                 | <b>1,161</b>     | <b>27,349</b> |
| <b>31 de Dezembro de 2010</b> |              |                                |                    |                        |                      |                            |                  |               |
| Custo de aquisição            | 1,115        | 36,904                         | 3,619              | 6,118                  | 10,899               | 23,763                     | 1,161            | 83,578        |
| Depreciações acumuladas       | -            | (15,566)                       | (619)              | (6,017)                | (10,813)             | (23,215)                   | -                | (56,229)      |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>1,115</b> | <b>21,338</b>                  | <b>3,000</b>       | <b>100</b>             | <b>86</b>            | <b>548</b>                 | <b>1,161</b>     | <b>27,349</b> |

As depreciações dos activos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Depreciações do exercício” da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

A EP detém diversas parcelas sobrantes resultantes dos seus processos de expropriação decorrentes da actividade de construção da RRN. Uma vez que a possibilidade de utilização ou comercialização das mesmas está dependente de diversas contingências legais e/ou comerciais, a EP considera que estas parcelas sobrantes representam activos contingentes e não os regista ou divulga até que seja provável que venham a gerar um influxo de benefícios económicos para a empresa, momento em que são registadas como Activos Detidos para Venda ou Propriedades de Investimento, consoante o destino dado às mesmas.

## 8 Activos Intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se essencialmente o direito resultante do Contrato de Concessão, o qual foi inicialmente reconhecido pelo valor acordado entre a EP e o Estado. O valor deste direito é incrementado mediante a transferência de Activos Intangíveis em curso de investimentos realizados no âmbito do Contrato.

O activo é constituído mediante a percentagem de acabamento de cada obra, independentemente de essa construção ser efectuada directamente pela EP ou em regime de Parcerias Público-Privadas (PPP).

As amortizações do exercício são calculadas ao abrigo da IFRIC 12 pelo método das unidades equivalentes e incidem sobre o valor do investimento total, já realizado ou a realizar no futuro, no âmbito da Concessão entre a EP e o Estado.

A estimativa do investimento total da Concessão teve por base os seguintes principais pressupostos constantes das Projeções Económico Financeiras para o período da Concessão, que foram validados junto do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

- Os encargos anuais com as concessões SCUT têm efeito até 2035;
- Os encargos com as subconcessões, que se dividem em pagamentos de disponibilidade e de serviço, têm efeito entre 2010 e 2039;
- Apesar da preferência dada a PPP (Parcerias Público-Privado), para a expansão da rede viária, considerou-se que a EP realizaria como investimento directo, entre 2009 e 2011, 58 km;
- Investimento directo da EP na modernização da rede viária, o qual se divide em investimento de requalificação e construção de variantes (4 variantes por ano até 2012, 3 variantes por ano entre 2013 e 2017, 2 variantes por ano entre 2018 e 2022 e 1 variante por ano entre 2023 e 2032);
- Os restantes investimentos da EP consistem em instalação e melhoria de equipamentos e estudos, projectos, fiscalização, assistência técnica e introdução de portagens nas concessões SCUT;
- O Plano Rodoviário Nacional 2000 é realizado em 98% até 2022.

O valor do investimento total é amortizado em função da melhor estimativa das receitas a gerar no período da concessão.

A estimativa das receitas anuais teve por base os seguintes principais pressupostos constantes das Projeções Económico Financeiras pelo período da Concessão, que foram igualmente validados junto do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

- Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR), até 2012, assume o expresso no orçamento 2010 da EP. A partir de 2013, a CSR evolui com base num pressuposto de crescimento anual dos consumos de gasolina e gasóleo rodoviário de 0% e de evolução dos valores unitários por litro consumido, de acordo com o IPC (2%/ano). Adicionalmente, não foram consideradas as isenções sobre os consumos de biogolina e biogásóleo a partir de 2013;
- Receitas de portagens das subconcessões são as já definidas. Os pressupostos utilizados para o valor das subconcessões têm como base os respectivos estudos económicos e as propostas Best and Final Offer (“BAFO”) actualizados nos casos em que a adjudicação ainda não ocorreu. Após a reversão das subconcessões para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano destes estudos e propostas;

- Introdução com início em 2010, de portagens reais em SCUT's. Após a reversão das SCUT's para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano destes estudos e propostas;
- Concessões do Estado em regime de portagem real: após a reversão das concessões para a EP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano dos respectivos casos base;
- Em geral, as restantes receitas operacionais (taxas de gestão dos contratos de subconcessão, receitas de áreas de serviço, telemática e outras) foram estimadas em 2009 para os próximos 4 anos, assumindo-se após esse período um crescimento nominal em linha com o IPC.

Com base nestes pressupostos, a amortização estimada para o exercício de 2010 ascendeu a 178.0 M€.

|                               | Direito de Concessão | Software     | Outros   | Total             |
|-------------------------------|----------------------|--------------|----------|-------------------|
| <b>A 1 de Janeiro de 2009</b> |                      |              |          |                   |
| Custo de aquisição            | 12,870,749           | 4,482        | -        | 12,875,231        |
| Imparidade acumulada          | -                    | -            | -        | -                 |
| Amortizações acumuladas       | (300,960)            | (3,433)      | -        | (304,393)         |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>12,569,789</b>    | <b>1,049</b> | <b>-</b> | <b>12,570,838</b> |
| Adições                       | 1,094,539            | 558          | -        | 1,095,096         |
| Alienações                    | -                    | -            | -        | -                 |
| Transferências e abates       | -                    | -            | -        | -                 |
| Amortização - exercício       | (294,716)            | (1,169)      | -        | (295,885)         |
| Amortização - alienações      | -                    | -            | -        | -                 |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>13,369,612</b>    | <b>438</b>   | <b>-</b> | <b>13,370,049</b> |
| <b>31 de Dezembro de 2009</b> |                      |              |          |                   |
| Custo de aquisição            | 13,965,288           | 5,040        | -        | 13,970,327        |
| Imparidade acumulada          | -                    | -            | -        | -                 |
| Amortizações acumuladas       | (595,676)            | (4,602)      | -        | (600,278)         |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>13,369,612</b>    | <b>438</b>   | <b>-</b> | <b>13,370,049</b> |

|                               | Direito de Concessão | Software     | Outros    | Total             |
|-------------------------------|----------------------|--------------|-----------|-------------------|
| <b>A 1 de Janeiro de 2010</b> |                      |              |           |                   |
| Custo de aquisição            | 13,965,288           | 5,040        | -         | 13,970,327        |
| Imparidade acumulada          | -                    | -            | -         | -                 |
| Amortizações acumuladas       | (595,676)            | (4,602)      | -         | (600,278)         |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>13,369,612</b>    | <b>438</b>   | <b>-</b>  | <b>13,370,049</b> |
| Adições                       | 1,962,307            | 1,382        | 50        | 1,963,739         |
| Alienações                    | -                    | -            | -         | -                 |
| Transferências e abates       | -                    | -            | -         | -                 |
| Amortização - exercício       | (177,985)            | (709)        | (17)      | (178,711)         |
| Amortização - alienações      | -                    | -            | -         | -                 |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>15,153,933</b>    | <b>1,111</b> | <b>33</b> | <b>15,155,078</b> |
| <b>31 de Dezembro de 2010</b> |                      |              |           |                   |
| Custo de aquisição            | 15,927,594           | 6,422        | 50        | 15,934,066        |
| Imparidade acumulada          | -                    | -            | -         | -                 |
| Amortizações acumuladas       | (773,661)            | (5,311)      | (17)      | (778,989)         |
| <b>Valor líquido</b>          | <b>15,153,933</b>    | <b>1,111</b> | <b>33</b> | <b>15,155,072</b> |

## 9 Activos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

### Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

|   | 31.12.2010           | 31.12.2009            |
|---|----------------------|-----------------------|
| Impacto na demonstração dos resultados              |                      |                       |
| Activos por impostos diferidos                      | 37,158               | (2,841)               |
| Imposto diferido na reversão da reserva justo valor | -                    | -                     |
| Passivos por impostos diferidos                     | 3,641                | -                     |
|   | <u>40,800</u>        | <u>(2,841)</u>        |
| Impactos no capital próprio                         |                      |                       |
| Activos por impostos diferidos                      | -                    | -                     |
| Passivos por impostos diferidos                     | -                    | -                     |
|   | <u>-</u>             | <u>-</u>              |
| <b>Impacto líquido dos impostos diferidos</b>       | <b><u>40,800</u></b> | <b><u>(2,841)</u></b> |

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

### Activos por impostos diferidos - Movimentos do ano

|                                   | Provisões         | Provisão IVA | Conservação Periódica | Pensões           | Outros            | Total               |
|-----------------------------------|-------------------|--------------|-----------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| <b>A 1 de Janeiro de 2009</b>     | <b>3,091</b>      | -            | -                     | <b>615</b>        | <b>466</b>        | <b>4,171</b>        |
| <b>Alterações no período</b>      |                   |              |                       |                   |                   |                     |
| Constituição/reversão por capital | -                 | -            | -                     | -                 | -                 | -                   |
| Reversão por resultados           | (2,841)           | -            | -                     | -                 | -                 | (2,841)             |
| Constituição por resultados       | -                 | -            | -                     | -                 | -                 | -                   |
| <b>Movimento do período</b>       | <b>(2,841)</b>    | -            | -                     | -                 | -                 | <b>(2,841)</b>      |
| <b>A 31 de Dezembro de 2009</b>   | <b><u>250</u></b> | -            | -                     | <b><u>615</u></b> | <b><u>466</u></b> | <b><u>1,330</u></b> |

|                                   | Provisões         | Provisão IVA         | Conservação Periódica | Pensões           | Outros              | Total                |
|-----------------------------------|-------------------|----------------------|-----------------------|-------------------|---------------------|----------------------|
| <b>A 1 de Janeiro de 2010</b>     | <b>250</b>        | -                    | -                     | <b>615</b>        | <b>466</b>          | <b>1,330</b>         |
| <b>Alterações no período</b>      |                   |                      |                       |                   |                     |                      |
| Constituição/reversão por capital | -                 | -                    | -                     | -                 | -                   | -                    |
| Reversão por resultados           | (240)             | -                    | -                     | -                 | -                   | (240)                |
| Constituição por resultados       | 961               | 23,835               | 8,206                 | 58                | 4,338               | 37,398               |
| <b>Movimento do período</b>       | <b>721</b>        | <b>23,835</b>        | <b>8,206</b>          | <b>58</b>         | <b>4,338</b>        | <b>37,158</b>        |
| <b>31 de Dezembro de 2010</b>     | <b><u>971</u></b> | <b><u>23,835</u></b> | <b><u>8,206</u></b>   | <b><u>673</u></b> | <b><u>4,804</u></b> | <b><u>38,487</u></b> |

## Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

|                                   | Transição de normativo | Total         |
|-----------------------------------|------------------------|---------------|
| <b>A 1 de Janeiro de 2009</b>     | <b>9,848</b>           | <b>9,848</b>  |
| <b>Alterações no período</b>      |                        |               |
| Constituição/reversão por capital | -                      | -             |
| Constituição por resultados       | 8,364                  | 8,364         |
| Reversão por resultados           | -                      | -             |
| <b>Movimentos do período</b>      | <b>8,364</b>           | <b>8,364</b>  |
| <b>A 31 de Dezembro de 2009</b>   | <b>18,212</b>          | <b>18,212</b> |

|                                   | Transição de normativo | Total          |
|-----------------------------------|------------------------|----------------|
| <b>A 1 de Janeiro de 2010</b>     | <b>18,212</b>          | <b>18,212</b>  |
| <b>Alterações no período</b>      |                        |                |
| Constituição/reversão por capital | -                      | -              |
| Constituição por resultados       | -                      | -              |
| Reversão por resultados           | (3,641)                | (3,641)        |
| <b>Movimentos do período</b>      | <b>(3,641)</b>         | <b>(3,641)</b> |
| <b>31 de Dezembro de 2010</b>     | <b>14,570</b>          | <b>14,570</b>  |

## 10 Estado e outros entes públicos

No período findo em 31 de Dezembro de 2010, os saldos devedores e credores com o Estado são:

|   | 31.12.2010     |                 | 31.12.2009     |                |
|---|----------------|-----------------|----------------|----------------|
|   | Devedor        | Credor          | Devedor        | Credor         |
| Imposto s/ rendimento - IRC i)          | -              | (60,945)        | -              | (6,948)        |
| Impostos s/ rendimento - IRS            | -              | (418)           | -              | (396)          |
| Imposto s/ valor acrescentado - IVA ii) | 355,134        | -               | 229,856        | -              |
| Contribuições p/ segurança social       | -              | (1,333)         | -              | (1,274)        |
| Outros impostos                         | -              | (2)             | -              | (3)            |
|   | <b>355,134</b> | <b>(62,697)</b> | <b>229,856</b> | <b>(8,621)</b> |

i) Para os períodos apresentados o saldo credor de IRC tem a seguinte decomposição:

|                      | 31.12.2010             | 31.12.2009            |
|----------------------|------------------------|-----------------------|
| Pagamentos por conta | 20,838                 | 15,884                |
| Retenções na fonte   | 143                    | 269                   |
| Estimativa de IRC    | <u>(81,926)</u>        | <u>(23,101)</u>       |
| <b>Total</b>         | <b><u>(60,945)</u></b> | <b><u>(6,948)</u></b> |

ii) Como referido nesta nota, na rubrica de Estado e outros entes públicos consta um saldo a receber de IVA no montante de 355.134 m€, dos quais já foram efectuados pedidos de reembolso no valor de 227.562 m€. Este saldo a recuperar resulta fundamentalmente do IVA deduzido pela EP na sua actividade, considerando que a EP tem direito a esta dedução devido ao facto do Estado ter arrecadado IVA sobre uma receita própria da EP - Contribuição de Serviço Rodoviário - o qual, segundo os mecanismos legalmente estabelecidos para a sua liquidação e cobrança, lhe foi entregue pelas distribuidoras de combustível.

A EP tem dois processos a correr, sendo o primeiro relativo ao pedido de reembolso de IVA até Junho de 2009 e o segundo relativo ao pedido de reembolso de IVA de Julho a Outubro de 2009.

O primeiro processo, relativo ao pedido de reembolso de IVA até Junho de 2009, veio a ser indeferido pela Administração Tributária que emitiu notificações de liquidações adicionais de IVA e juros no montante de 277.124 m€ e 11.697 m€, respectivamente.

Não concordando com aquelas liquidações por as considerar indevidas, em 30 de Novembro de 2010 a EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico que ainda corre os seus termos.

O segundo processo, referente ao pedido de reembolso de IVA de Julho a Setembro e dedução de Outubro de 2009, que também veio a ser indeferido pela Administração Tributária, foram emitidas notificações de liquidações adicionais de IVA e juros no montante de 64.506 mil Euros e 763 mil Euros respectivamente. Em 5 de Novembro de 2010, a EP entropôs recurso hierárquico, pelos mesmos motivos acima referidos, do qual ainda se aguarda decisão.

Em resultado da evolução descrita do processo do IVA, a EP registou uma provisão no valor de 189.537 mil Euros que corresponde ao IVA que deixaria de receber da AT caso seja considerado que a CSR não é uma receita sujeita a IVA. Ver Nota 16.

## 11 Clientes e Outras contas a receber

No período findo em 31 de Dezembro de 2010, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

|  | 31.12.2010    |              |               | 31.12.2009     |              |                |
|--|---------------|--------------|---------------|----------------|--------------|----------------|
|  | Corrente      | Não corrente | Total         | Corrente       | Não corrente | Total          |
| Cientes                                | 14,771        | -            | 14,771        | 10,229         | -            | 10,229         |
| <b>Total Clientes</b>                  | <b>14,771</b> | <b>-</b>     | <b>14,771</b> | <b>10,229</b>  | <b>-</b>     | <b>10,229</b>  |
| Acrescimo Proveitos CSR                | 91,518        | -            | 91,518        | 90,840         | -            | 90,840         |
| Fundos Comunitários                    | 2,762         | -            | 2,762         | 14,721         | -            | 14,721         |
| Outros                                 | 4,373         | -            | 4,373         | 23,805         | -            | 23,805         |
|  | <u>98,654</u> | <u>-</u>     | <u>98,654</u> | <u>129,367</u> | <u>-</u>     | <u>129,367</u> |
| Ajustamento de outras contas a receber | (5,982)       | -            | (5,982)       | (1,757)        | -            | (1,757)        |
| <b>Total Outras contas a Receber</b>   | <b>92,671</b> | <b>-</b>     | <b>92,671</b> | <b>127,610</b> | <b>-</b>     | <b>127,610</b> |

O Acréscimo de Proveitos CSR corresponde ao reconhecimento do proveito dos dois últimos meses do período contabilístico uma vez que a CSR é facturada e cobrada com esse mesmo desfasamento de tempo.

O valor de Fundos Comunitários corresponde aos valores de fundos comunitários de subsídios ao investimento a receber, considerando a despesa já incorrida e os pedidos de reembolso correspondentes efectuados.

### Ajustamento de Outras contas a receber

|                       | 31.12.2010   | 31.12.2009   |
|-----------------------|--------------|--------------|
| <b>Início Período</b> | 1,757        | 1,757        |
| Aumentos              | 4,226        | -            |
| Utilizações           | -            | -            |
| Reduções              | -            | -            |
| <b>Fecho Período</b>  | <b>5,982</b> | <b>1,757</b> |

Foram no exercício reforçado o ajustamento de outras contas a receber em resultado de não resolução de dois casos de valores a receber com uma antiguidade elevada e em que é previsível a sua não cobrança. Ambos os casos resultam da execução de obras na RRN.

## 12 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 a Empresa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

|   | 31.12.2010        | 31.12.2009        |
|---|-------------------|-------------------|
| Gastos com Financiamentos                     | 7,355             | 160               |
| Seguros                                       | 24                | 28                |
| Trabalhos especializados                      | 603               | 350               |
| Outros serviços                               | 419               | 562               |
| <b>Gastos a reconhecer</b>                    | <b>8,400</b>      | <b>1,101</b>      |
| Subsídios ao Investimento                     | 10,405,046        | 10,428,403        |
| Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa        | 29,166            | 30,333            |
| Fee Assinatura Concessão Douro Litoral        | 176,811           | 184,499           |
| Venda Prazo Concessão Brisa                   | 152,300           | 152,300           |
| <b>Rendimentos não correntes a reconhecer</b> | <b>10,763,323</b> | <b>10,795,535</b> |
| Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa        | 1,167             | 1,167             |
| Fee Assinatura Concessão Douro Litoral        | 7,687             | 7,687             |
| Contratos Promessa Compra e Venda - Imóveis   | 1,122             | 5,263             |
| Outros rendimentos                            | 164               | 173               |
| <b>Rendimentos correntes a reconhecer</b>     | <b>10,139</b>     | <b>14,290</b>     |

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não prestados.

Os rendimentos a reconhecer resultam de subsídios ao investimento no valor de 10.405 M€, de recebimentos antecipados de proveitos de concessões no valor de 367 M€ e de valores de vendas de imóveis já facturados a quando do contrato de promessa de compra e venda que apenas serão reconhecidos como proveitos no momento da escritura.

## 13 Capital

O capital social da EP - Estradas de Portugal, S. A., é de 330 milhões de Euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado.

## 14 Reservas

As rubricas “Reservas” registaram os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

|                               | Reserva Estatutária-Geral | Reserva Estatutária-Investimento | Reserva de Transição | Total Outras Reservas | Reserva Legal        | Total                 |
|-------------------------------|---------------------------|----------------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>1 de Janeiro de 2009</b>   | -                         | -                                | 24,112               | 24,112                | 51,140               | 75,251                |
| Adições                       | 5,327                     | 37,444                           |                      | 42,770                | -                    | 42,770                |
| Regularização por resultados  | -                         | -                                | -                    | -                     | -                    | -                     |
| Alienações                    | -                         | -                                | -                    | -                     | -                    | -                     |
| <b>31 de Dezembro de 2009</b> | <u>5,327</u>              | <u>37,444</u>                    | <u>24,112</u>        | <u>66,882</u>         | <u>51,140</u>        | <u>118,022</u>        |
| Adições                       | 7,448                     | 36,068                           | 24,120               | 67,636                | -                    | 67,636                |
| Regularização por resultados  | -                         | -                                | -                    | -                     | -                    | -                     |
| Alienações                    | -                         | -                                | -                    | -                     | -                    | -                     |
| <b>31 de Dezembro de 2010</b> | <u><u>12,775</u></u>      | <u><u>73,512</u></u>             | <u><u>48,232</u></u> | <u><u>134,518</u></u> | <u><u>51,140</u></u> | <u><u>185,658</u></u> |

A Reserva legal estava totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social) à data da aplicação dos resultados, pelo que não foi reforçada.

De acordo com o Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 374/2007 de 7 de Novembro a EP deve constituir anualmente as seguintes reservas:

- a) Reserva geral - Uma percentagem não inferior a 10 % dos resultados de cada exercício, apurados de acordo com as normas contabilísticas vigentes, é destinada à constituição da reserva geral.
- b) Reserva para investimentos:
  - a) A parte dos resultados apurados em cada exercício que lhe seja anualmente destinada;
  - b) As receitas provenientes de participações, subsídios, subvenções ou quaisquer compensações financeiras de que a empresa seja beneficiária e destinadas a esse fim;
  - c) Os rendimentos especialmente afectos a investimentos.

## 15 Subsídios ao Investimento

A rubrica do Passivo Não Corrente “Diferimentos” incorpora os subsídios ao investimento recebidos pela EP e ainda não reconhecidos por via de resultados e regista os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010:

|                               | <b>Subsídios ao Investimento</b> |
|-------------------------------|----------------------------------|
| <b>A 31 de Dezembro 2009</b>  | <b>10,428,403</b>                |
| Aumentos                      | 25,585                           |
| Abates                        | -10,229                          |
| Depreciações                  | -38,714                          |
| <b>31 de Dezembro de 2010</b> | <b>10,405,046</b>                |

## 16 Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões para Outros riscos e encargos é como segue:

### Provisões para Processos judiciais em curso

|                                 | Riscos Gerais | Expropri.      | Empreita.     | Pensões      | Estradas Desclas. | Plano Social | Emp. Fase Negocial | Processo IVA | Total          |
|---------------------------------|---------------|----------------|---------------|--------------|-------------------|--------------|--------------------|--------------|----------------|
| <b>A 1 de Janeiro de 2009</b>   | 34,101        | 154,000        | 46,036        | 11,213       | 435,165           | 11,663       | 14,939             | -            | 707,118        |
| Dotação                         | 1,514         | 20,468         | 11,128        | -            | -                 | 456          | 23,741             | -            | 57,307         |
| Redução                         | (3,416)       | (56,829)       | (14,706)      | (4,411)      | (1,382)           | (11,176)     | (10,517)           | -            | (102,437)      |
| <b>A 31 de Dezembro de 2009</b> | <b>32,199</b> | <b>117,639</b> | <b>42,458</b> | <b>6,802</b> | <b>433,783</b>    | <b>943</b>   | <b>28,163</b>      | -            | <b>661,987</b> |
| Saldo corrente                  |               |                |               |              |                   |              |                    |              | -              |
| Saldo não corrente              | 32,199        | 117,639        | 42,458        | 6,802        | 433,783           | 943          | 28,163             | -            | 661,987        |
|                                 | <b>32,199</b> | <b>117,639</b> | <b>42,458</b> | <b>6,802</b> | <b>433,783</b>    | <b>943</b>   | <b>28,163</b>      | -            | <b>661,987</b> |

|                                 | Riscos Gerais | Expropri.      | Empreita.     | Pensões      | Estradas Desclas. | Plano Social | Emp. Fase Negocial | Processo IVA   | Total          |
|---------------------------------|---------------|----------------|---------------|--------------|-------------------|--------------|--------------------|----------------|----------------|
| <b>A 1 de Janeiro de 2010</b>   | 32,199        | 17,6391        | 42,458        | 6,802        | 433,783           | 943          | 28,163             | -              | 661,987        |
| Dotação                         | 3,026         | 7,162          | 43,958        | -            | -                 | 3,233        | 7,962              | 189,537        | 254,878        |
| Redução                         | (8,283)       | (22,872)       | (25,588)      | (2,639)      | (20,769)          | (828)        | (14,068)           | -              | (95,048)       |
| <b>A 31 de Dezembro de 2010</b> | <b>26,943</b> | <b>101,929</b> | <b>60,828</b> | <b>4,163</b> | <b>413,014</b>    | <b>3,348</b> | <b>22,057</b>      | <b>189,537</b> | <b>821,819</b> |
| Saldo corrente                  |               |                |               |              |                   |              |                    |                | -              |
| Saldo não corrente              | 26,943        | 101,929        | 60,828        | 4,163        | 413,014           | 3,348        | 22,057             | 189,537        | 821,819        |
|                                 | <b>26,943</b> | <b>101,929</b> | <b>60,828</b> | <b>4,163</b> | <b>413,014</b>    | <b>3,348</b> | <b>22,057</b>      | <b>189,537</b> | <b>821,819</b> |

- Riscos gerais:

Da consulta realizada pelo Gabinete Jurídico aos advogados externos e internos dos processos, foi admitido um risco de 26.943 m€ reportado a 31 de Dezembro 2010 inerente a responsabilidades potenciais de processos de contencioso geral sem conexão com empreitadas.

- Expropriações:

Esta provisão foi criada para fazer face ao risco da EP vir a efectuar pagamentos adicionais relativos aos processos de expropriação que se encontram em litígio. Esta resulta da consulta realizada pelo Gabinete Jurídico aos advogados externos e internos dos processos.

Do total de 22.872 m€ reduzidos a esta provisão, 10.465 m€ são respeitantes a pagamentos de processos findos no exercício, dos quais 9.572 m€ são correspondentes a processos expropriativos de concessões do Estado e apenas 893 m€ a obra própria da EP.

É de referir que pela sua natureza a totalidade dos reforços e libertações desta provisão tem como contrapartida imobilizações incorpóreas em curso.

- Empreitadas:

Já no caso dos Processos de Contencioso Geral Com Conexão com Empreitada, da análise efectuada pelos advogados externos e internos aos processos, foi admitido um risco de 60.828 m€. Este valor é influenciado pelo aumento desta provisão no período em cerca de 43.958 m€ dos quais 41.146 m€ correspondem a processos novos. É de referir que pela sua natureza a totalidade dos reforços e libertações desta provisão tem como contrapartida imobilizações incorpóreas em curso.

- Processo IVA:

Foi decidido em 2010, por uma questão de prudência e em resultado da evolução do processo do IVA descrito na nota 10, a constituição de uma provisão para o processo do IVA que se estima ser o impacto de uma decisão desfavorável à EP.

Uma vez que a questão que originou o diferendo entre a EP e a AT foi a aceitação ou não da CSR como uma receita sujeita a IVA, foi constituída uma provisão que equivale à totalidade do IVA deduzido pela EP em actividades financiadas pela CSR. De referir ainda que a contrapartida desta provisão foi efectuada com base na classificação contabilística da despesa que originou o IVA dedutível, ou seja, IVA deduzido relativo a gastos do exercício foi provisionado por contrapartida de gastos (85.030 m€) e o IVA deduzido relativo à aquisição ou construção de activos foi provisionado por contrapartida de activo (104.507 m€).

## Provisões para outras situações não Contenciosas

- Provisão para Estradas Desclassificadas

A provisão registada reflecte a melhor estimativa para cumprir com as obrigações de requalificação das estradas desclassificadas, ainda a cargo da Empresa e o respectivo custo de requalificação expectável. A concretização dos Protocolos de Transferência para a tutela das Autarquias originou a utilização desta provisão no valor de 13.771 m€ e foi ainda efectuada uma libertação desta provisão no valor de 6.998 m€.

- Provisão para Plano Social

Esta provisão destina-se a fazer face aos compromissos com o Plano Social de Racionalização de Quadros já assumidos pela EP a 31 de Dezembro de 2010. Em 2010 foi lançada a 3ª fase deste processo, o que justifica a quase totalidade do reforço desta provisão no valor de 3.233 m€.

As fases 1 e 2 deste plano estiveram na sua fase final em 2010 pelo que a execução é muito inferior à registada nos dois anos anteriores, sendo que a fase 3 terá a sua execução no decorrer de 2011.

- Provisão para Empreitadas em fase negocial

De acordo com a informação recebida dos serviços competentes, a melhor estimativa de risco associada a estes processos ascende a 22.057 m€.

## 17 Empréstimos

O detalhe dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

|                                | 31.12.2010       |                |                  | 31.12.2009       |                |                  |
|--------------------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
|                                | Corrente         | Não corrente   | Total            | Corrente         | Não corrente   | Total            |
| Papel comercial                | 1,020,009        | -              | 1,020,009        | 799,228          | -              | 799,228          |
| Empréstimos obrigacionistas    | -                | 125,000        | 125,000          | -                | -              | -                |
| Empréstimos bancários          | 469,494          | 325,659        | 795,153          | 257,358          | 200,659        | 458,017          |
| Descobertos bancários          | 53,090           | -              | 53,090           | 250,057          | -              | 250,057          |
|                                | <u>1,542,593</u> | <u>450,659</u> | <u>1,993,252</u> | <u>1,306,642</u> | <u>200,659</u> | <u>1,507,301</u> |
| Locações financeiras           | -                | -              | -                | -                | -              | -                |
| Juros a pagar - especialização | 12,098           | -              | 12,098           | 1,012            | -              | 1,012            |
| Juros pagos (antecipação)      | -                | -              | -                | -                | -              | -                |
|                                | <u>-</u>         | <u>-</u>       | <u>-</u>         | <u>-</u>         | <u>-</u>       | <u>-</u>         |

A 31 de Dezembro de 2010, a EP possuía ainda linhas de crédito contratadas e não utilizadas no valor de cerca de 105 M€.

A exposição dos empréstimos da EP às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais em curso é a seguinte:

|                         | 31.12.2010       | 31.12.2009       |
|-------------------------|------------------|------------------|
| Taxas de juro variáveis |                  |                  |
| correntes               | 1,542,593        | 1,306,642        |
| não correntes           | 125,000          | -                |
|                         | <u>1,667,593</u> | <u>1,306,642</u> |

No que respeita à maturidade dos empréstimos não correntes, esta decompõe-se da seguinte forma:

|                   | 31.12.2010     | 31.12.2009     |
|-------------------|----------------|----------------|
| Até 1 ano         | -              | -              |
| Entre 2 e 5 anos  | 125,000        | -              |
| Superior a 5 anos | 325,659        | 200,659        |
|                   | <u>450,659</u> | <u>200,659</u> |

## 18 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A EP concedeu pensões de reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência (doravante designado de plano de pensões).

### Plano de Pensões

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, em que a EP efectua pagamentos de reforma antecipada a um grupo fechado de colaboradores que foram abrangidos por este programa até ao momento da sua reforma pela Caixa Geral de Aposentações.

O plano de pensões não tem fundo constituído, sendo a respectiva responsabilidade coberta por uma provisão específica.

Dado estarmos perante um grupo fechado de colaboradores e de obrigações definidas, a EP reavalia anualmente esta provisão como o faz para as restantes, sendo que no decorrer do exercício a EP regista por contrapartida desta provisão os pagamentos referentes a pensões debitados pela CGA.

Ver movimentação da provisão em 2009 e 2010 na nota 16.

## 19 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

|                                   | 31.12.2010    |                  |                  | 31.12.2009     |                |                |
|-----------------------------------|---------------|------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|
|                                   | Corrente      | Não corrente     | Total            | Corrente       | Não corrente   | Total          |
| <b>Fornecedores investimentos</b> |               |                  |                  |                |                |                |
| Fornecedores gerais               | i) 43,826     | -                | 43,826           | 65,301         | -              | 65,301         |
| <b>Outros credores</b>            |               |                  |                  |                |                |                |
| Credores diversos                 | 1,901         | -                | 1,901            | 2,412          | -              | 2,412          |
| <b>Acréscimos de custos</b>       |               |                  |                  |                |                |                |
| Construção de Subconcessões       | ii) -         | 1,264,869        | 1,264,869        | -              | 251,294        | 251,294        |
| Conservação Periódica de Estradas | iii) 12,091   | -                | 12,091           | -              | -              | -              |
| Férias e sub. férias              | 3,887         | -                | 3,887            | 3,984          | -              | 3,984          |
| Outros                            | iv) 31,852    | -                | 31,852           | 28,795         | -              | 28,795         |
| <b>Outras contas a pagar</b>      | <b>93,557</b> | <b>1,264,869</b> | <b>1,358,425</b> | <b>100,492</b> | <b>251,294</b> | <b>351,786</b> |

i) Fornecedor de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos valores facturados pela execução de empreitadas.

ii) Nesta conta está registada a responsabilidade da EP para com as subconcessionárias pelos serviços de construção e operação e manutenção já efectuados por estas.

iii) Esta conta representa a responsabilidade da EP de manter ou repor a infra-estrutura em determinados níveis de serviço e é constituída ao longo do período que decorre até à data prevista de execução dos trabalhos.

iv) Os outros inclui fundamentalmente valores a pagar pela EP referentes ao seu contrato de concessão com o Estado.

## 20 Instrumentos financeiros derivados

O instrumento financeiro de cobertura utilizado pela EP existente em 31 de Dezembro de 2010, respeita, a um “swap” contraído com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimo no montante de 125.000 m€ cujo justo valor ascendia a -10.581 m€. À data de 31 de Dezembro de 2009 a EP não detinha qualquer instrumento financeiro derivado.

|                   | 31.12.2010 |          | 31.12.2009 |          |
|-------------------|------------|----------|------------|----------|
|                   | Activos    | Passivos | Activos    | Passivos |
| Swap taxa de juro | -          | 10,581   | -          | -        |
|                   | -          | 10,581   | -          | -        |

Este instrumento de cobertura de taxa de juro encontra-se avaliado pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliação efectuada por empresa especializada independente e corresponde ao valor “mark-to-market” determinado com base nas condições acordadas e a curva de taxas de juro de mercado estimadas, à data do balanço.

## 21 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos de fornecedores correspondem a:

|   | 31.12.2010    | 31.12.2009    |
|---|---------------|---------------|
| Fornecedores conta corrente                 | 29,118        | 10,127        |
| <b>Total saldo fornecedores - correntes</b> | <b>29,118</b> | <b>10,127</b> |

## 22 Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

|  |      | 31.12.2010       | 31.12.2009       |
|--|------|------------------|------------------|
| <b>Prestações de Serviços</b>          |      |                  |                  |
| Contratos de Construção                | i)   | 1,016,301        | 544,588          |
| Contribuição de Serviço Rodoviário     | ii)  | 556,324          | 562,768          |
| Portagens                              | iii) | 45,189           | -                |
| Licenciamentos                         |      | 7,453            | 3,081            |
| Outros                                 |      | 4,334            | 6,408            |
| <b>Vendas e prestações de serviços</b> |      | <b>1,629,601</b> | <b>1,116,845</b> |

### i) Contratos de construção

Esta conta representa os proveitos da EP com a sua actividade de construção da RRN de acordo com o definido no seu Contrato de Concessão. Esta inclui a totalidade das actividades de construção da EP por via directa ou subconcessão.

O detalhe de contratos de construção, nos períodos relatados, é como segue:

|                                      | 31.12.2010       | 31.12.2009     |
|--------------------------------------|------------------|----------------|
| Construção de Novas Infra-estruturas | 169,144          | 264,452        |
| Rede Subconcessionada - Construção   | 765,228          | 245,304        |
| Encargos Financeiros Capitalizados   | 81,930           | 34,832         |
|                                      | <b>1,016,301</b> | <b>544,588</b> |

Os valores correspondentes à construção de Novas Infra-estruturas são actividades de construção de gestão directa da EP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que reflectem a evolução física das obras em curso acrescidos dos custos directamente atribuíveis à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

A construção da Rede Subconcessionada é apurada tendo por base os valores de construção contratados para cada subconcessão e a percentagem de acabamento reportada à EP por cada subconcessionário, pelo que reflecte a evolução física da obra e é assim independente do fluxo de facturação.

Os encargos financeiros capitalizados correspondem aos encargos financeiros da EP no decorrer da fase de construção e são compostos quer por encargos financeiros bancários quer pela remuneração contabilística da dívida das subconcessionárias resultante dos fluxos financeiros não acompanharem a evolução física das obras.

## ii) **Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR)**

Um dos principais réditos é a Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) criada pela Lei n.º 55/2007, de 31 de Agosto. Este rédito constitui a contraprestação paga pelos utilizadores pelo uso da rede rodoviária nacional e incide sobre a gasolina e o gasóleo rodoviário sujeitos ao imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e dele não isento. O valor da contribuição de serviço rodoviário é de 64 €/1000 litros para a gasolina e de 86 €/1000 litros para o gasóleo rodoviário. O encaixe financeiro é realizado com um desfasamento de cerca de dois meses relativamente à data de cobrança, pelo que se procede à especialização do rédito do exercício.

## iii) **Portagens**

A EP iniciou a sua actividade de cobrança de portagens em concessões do Estado em Julho de 2010 com a transferência para a EP das concessões Grande Lisboa e Concessão Norte. Em Setembro de 2010 iniciou-se o processo de cobrança de portagens em regime de Multi-Lane Free Flow (MLFF) nas anteriores SCUT Costa de Prata, Grande Porto e Norte Litoral.

Ainda em Setembro de 2010 foi ainda transferido para a EP a exploração da A21, via que é também portajada.

### 23 Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta conta representa os custos da EP com a sua actividade de construção da RRN de acordo com o definido no seu Contrato de Concessão. Esta inclui a totalidade das actividades de construção da EP por via directa ou subconcessão.

|                                      |      | 31.12.2010     | 31.12.2009     |
|--------------------------------------|------|----------------|----------------|
| Construção de Novas Infra-estruturas | i)   | 165,311        | 264,452        |
| Rede Subconcessionada - Construção   | ii)  | 764,092        | 245,304        |
| Capitalização Portagens Concessões   | iii) | 42,376         | 0              |
|                                      |      | <u>971,779</u> | <u>509,756</u> |

i) Os valores correspondentes à construção de Novas Infra-estruturas são actividades de construção de gestão directa da EP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que reflectem a evolução física das obras em curso.

ii) A construção da Rede Subconcessionada é apurada tendo por base os valores de construção contratados para cada subconcessão e a percentagem de acabamento reportada à EP por cada subconcessionário, pelo que reflecte a evolução física da obra e é assim independente do fluxo de facturação.

iii) Assim como definido na nota 3.19 (iv) os valores recebidos pela EP relativos a portagens em concessões do Estado (líquidos dos custos de cobrança) são deduzidos ao investimento da EP na aquisição dos direitos sobre esta mesma rede Concessionada. A contrapartida dessa dedução é registada nesta rubrica.

## 24 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

|  |      | 31.12.2010     | 31.12.2009     |
|--|------|----------------|----------------|
| Conservação Periódica de Estradas        | i)   | 82,700         | 82,700         |
| Conservação Corrente e Segurança         | ii)  | 59,698         | 41,106         |
| Encargos Cobrança CSR                    | iii) | 11,126         | 11,255         |
| Encargos Cobrança Portagens              | iv)  | 1,794          | -              |
| Rendas e Alugueres                       |      | 2,274          | 2,281          |
| Outros (inferiores a 1.000 m €)          |      | 10,323         | 9,941          |
| <b>Fornecimentos e serviços externos</b> |      | <b>167,916</b> | <b>147,283</b> |

i) Conservação Periódica de Estradas – Este custo corresponde ao reconhecimento do acréscimo de responsabilidade da EP dos custos necessários à manutenção do nível de serviço das vias e obras de arte que lhe é imposto pelo seu Contrato de Concessão. Este valor não corresponde a uma necessidade de investimento em conservação no próprio período mas sim ao valor correspondente ao período do registo da responsabilidade de efectuar a intervenção conforme descrito na nota 19.

ii) Conservação Corrente e Segurança – Nesta conta estão contabilizados os custos do exercício com intervenções de conservação corrente de vias e obras de arte e com segurança rodoviária.

iii) Os encargos de cobrança da CSR correspondem a 2% da CSR retido pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais Sobre o Consumo (DGAIEC) pela prestação do serviço de apuramento e cobrança da CSR.

## 25 Custos com pessoal

Os custos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2010, foram como segue:

|                             | 31.12.2010    | 31.12.2009    |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Remunerações                |               |               |
| Orgãos sociais              | 761           | 805           |
| Pessoal                     | 31,649        | 32,255        |
|                             | <b>32,410</b> | <b>33,060</b> |
| Encargos sociais            |               |               |
| Encargos sobre remunerações | 5,195         | 5,141         |
| Custos de acção social      | 756           | 1,211         |
| Outros                      | 363           | 265           |
| <b>Sub-total</b>            | <b>6,314</b>  | <b>6,617</b>  |
| <b>Custos com o pessoal</b> | <b>38,725</b> | <b>39,677</b> |

## 26 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros proveitos operacionais pode ser apresentada como segue:

|  |      | 31.12.2010    | 31.12.2009    |
|--|------|---------------|---------------|
| Amortização de subsídios ao investimento | i)   | 38,714        | 36,068        |
| Proveitos com Fees Assinatura Concessões | ii)  | 8,854         | 8,943         |
| Ganhos na venda activos tangíveis        | iii) | 12,085        | 1,104         |
| Penalidades Incumprimento Contratos      |      | 4             | 2,208         |
| Outros (inferiores a 1.000 m €)          |      | 3,995         | 4,986         |
|  |      | <b>63,652</b> | <b>53,309</b> |

i) Rendimento reconhecido pela amortização dos subsídios ao investimento não reembolsáveis reconhecidos no Passivo.

ii) Este proveito resulta do reconhecimento no ano da parcela correspondente do valor recebido a quando da assinatura das Concessões Grande Lisboa e Douro Litoral.

iii) Mais-valias resultantes das vendas de imóveis e parcelas sobrantes.

## 27 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros custos operacionais é apresentado no quadro seguinte:

|   | 31.12.2010   | 31.12.2009   |
|---|--------------|--------------|
| Impostos  | 320          | 21           |
| Taxa de Regulação das Infra-estruturas Rodoviárias (TRIR) | 2,941        | 2,842        |
| Correcções relativas a anos anteriores                    | 390          | 1,407        |
| Outros  | 2,542        | 3,102        |
|   | <b>6,193</b> | <b>7,372</b> |

## 28 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2010 e 2009 é como segue:

|   | 31.12.2010     | 31.12.2009    |
|---|----------------|---------------|
| <b>Custos financeiros</b>                           |                |               |
| Custos Financiamento                                | 48,250         | 28,845        |
| Serviços Bancários                                  | 7,454          | 4,020         |
| Custos financeiros Contratos Subconcessão           | i) 33,986      | 5,990         |
| Custos financeiros outras dívidas Médio Longo Prazo | 3,462          | -             |
| Varição justo valor aplicações financeiras          | ii) 10,581     | -             |
| Outros custos Financeiros                           | 1,300          | 24            |
|   | <b>105,032</b> | <b>38,878</b> |
| <b>Proveitos financeiros</b>                        |                |               |
| Juros obtidos                                       | 157            | 97            |
| Dividendos investimentos financeiros                |                |               |
|   | <b>157</b>     | <b>97</b>     |

Os outros gastos financeiros englobam os custos com a actualização financeira da dívida às subconcessionárias pela obra / serviços prestados que apenas serão facturados no futuro de acordo com os termos estipulados nos contratos de subconcessão.

ii) Nesta linha encontra-se registado o gasto com a variação do justo valor de um instrumento financeiro derivado, SWAP taxa de juro com maturidade de 15 de Julho de 2030 e que tem como montante subjacente 125 milhões de Euros, que se destinou a minimizar o risco de exposição a variação de taxa de juro.

## 29 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

|                                   | 31.12.2010    |
|-----------------------------------|---------------|
| Imposto s/ rendimento corrente    | 81,926        |
| Imposto s/ rendimento diferido    | (40,800)      |
| <b>Imposto sobre o rendimento</b> | <b>41,126</b> |

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

| <b>31.12.2010</b>                 |                      |
|-----------------------------------|----------------------|
| Taxa de imposto                   | 25.00%               |
| Derrama                           | 1.50%                |
| Derrama Estadual                  | 2.50%                |
| <b>Imposto sobre o rendimento</b> | <b><u>29.00%</u></b> |

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

| <b>31.12.2010</b>                                 |                      |
|---|----------------------|
| Resultado antes de Imposto                        | 143,632              |
| Taxa nominal de Imposto                           | 26.5%                |
|   | <b><u>38,062</u></b> |
| Custos contabilísticos não dedutíveis fiscalmente | 34,163               |
| Custos fiscais não contabilísticos                | (919)                |
| Imputação variações patrimoniais de transição     | 3,328                |
| Efeito correcção imposto diferido                 | (40,800)             |
| Derrama Estadual                                  | 6,991                |
| Tributação autónoma                               | 300                  |
|   | <b><u>41,126</u></b> |
| Imposto s/ rendimento corrente                    | 81,926               |
| Imposto s/ rendimento diferido                    | (40,800)             |
| Imposto s/ rendimento                             | <b><u>41,126</u></b> |

### 30 Contingências

A Empresa tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

| <b>Banco</b> | <b>Objecto</b>         | <b>31.12.2010</b>     | <b>31.12.2009</b>   |
|--------------|------------------------|-----------------------|---------------------|
| Barclays     | Concessões             | 2,000                 | 2,000               |
| BES          | Processo IVA           | 148,414               | -                   |
| BES          | Processo Expropriativo | 482                   | 302                 |
| BPI          | Processo Expropriativo | 3,372                 | 4,872               |
| BPI          | Processo Judicial      | 141                   | 329                 |
| Santander    | Processo Expropriativo | 4                     | 4                   |
| Totta        | Processo Expropriativo | 439                   | 439                 |
|              |                        | <b><u>154,851</u></b> | <b><u>7,946</u></b> |

As garantias prestadas em 2010 relativa ao processo do IVA resultam da necessidade do cumprimento de uma exigência legal da Administração Tributária para poder suspender o procedimento executivo do valor considerado por esta em dívida pela EP resultante do processo descrito na nota 10.

### 31 Compromissos

Os compromissos da EP resultam fundamentalmente da sua obrigação de cumprir com os compromissos assumidos relativos aos contratos de subconcessão e à substituição do Estado nos seus pagamentos e recebimentos da Rede Concessionada.

Os encargos líquidos da EP com Concessões Rodoviárias do Estado e Subconcessões, a preços constantes e sem IVA, assim como apresentado no anexo ao Orçamento de Estado de 2011 resumem-se aos apresentados no quadro seguinte:

| <b>Encargos Líquidos (M€)</b>     | <b>2011</b> | <b>2012</b> | <b>2013</b> | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b> | <b>2018</b> |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Concessões e Subconcessões</b> | 470,3       | 417,4       | 312,8       | 619,8       | 695,9       | 752,4       | 709,6       | 638,2       |
|                                   | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>2022</b> | <b>2023</b> | <b>2024</b> | <b>2025</b> | <b>2026</b> |
| <b>Concessões e Subconcessões</b> | 655,2       | 648,7       | 597,2       | 552,8       | 425,3       | 338,8       | 272,0       | 175,0       |
|                                   | <b>2027</b> | <b>2028</b> | <b>2029</b> | <b>2030</b> | <b>2031</b> | <b>2032</b> | <b>2033</b> | <b>2034</b> |
| <b>Concessões e Subconcessões</b> | 114,1       | 88,2        | (186,2)     | (328,1)     | (593,3)     | (704,9)     | (765,5)     | (785,9)     |
|                                   | <b>2035</b> | <b>2036</b> | <b>2037</b> | <b>2038</b> | <b>2039</b> | <b>2040</b> | <b>2041</b> | <b>2042</b> |
| <b>Concessões e Subconcessões</b> | (1 118,9)   | (1 954,1)   | (2 068,9)   | (2 091,2)   | (2 202,1)   | (2 262,9)   | (2 313,8)   | (2 334,3)   |
|                                   | <b>2043</b> | <b>2044</b> | <b>2045</b> | <b>2046</b> | <b>2047</b> | <b>2048</b> | <b>2049</b> | <b>2050</b> |
| <b>Concessões e Subconcessões</b> | (2 354,6)   | (2 375,5)   | (2 395,3)   | (2 416,6)   | (2 437,6)   | (2 459,3)   | (2 479,9)   | (2 502,1)   |

### 32 Informações exigidas por diplomas legais

a) Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Empresa confirma não ser devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedora de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.

b) Impacto da actividade da EP nas Contas Nacionais e Contas Públicas (Base 12, número 3, alínea c do Decreto-Lei n.º 110/2009 de 18 Maio).

#### a. Contas Nacionais:

Após consulta ao Instituto Nacional de Estatística (“INE”) entende-se que todas as rubricas contabilísticas da EP têm impacto directo nas contas nacionais. Os fluxos que a EP estabelece com unidades fora do perímetro das Administrações Públicas terão efeito directo nos agregados das administrações públicas (défice e/ou dívida), impacto cujo efeito e magnitude dependerá das operações em causa. Assim, exemplificando: quando a EP, SA recebe juros de aplicações financeiras, contribui positivamente para o saldo das Administrações Públicas; quando a EP paga serviços prestados por Sociedades está a aumentar a despesa pública e o défice; se a EP se financiar junto do sector financeiro ou do Resto do Mundo, está a aumentar a dívida pública.

Pela própria natureza do sistema de contas nacionais, a estimativa do impacto de uma única unidade deve ser tomada como meramente indicativa. Consistindo num sistema integrado, para evidenciar as relações económicas subjacentes de forma mais explícita, a metodologia das contas nacionais estabelece que as operações de uma unidade ou conjunto de unidades, por vezes, sejam objecto de transformações cujo efeito analítico só faz sentido no conjunto mais alargado do sistema de contas.

#### **b. Contas Públicas:**

A prestação de contas numa óptica de contabilidade pública adopta a denominada base de caixa, em que se procede ao registo de fluxos financeiros – pagamentos e recebimentos.

Após consulta à Direcção Geral do Orçamento (“DGO”), entende-se que na óptica de contabilidade pública, a EP não faz parte do perímetro de consolidação das Administrações Públicas. Nesta medida, as contas da EP não são consideradas para efeitos do apuramento do saldo e das contas das Administrações Públicas.

As rubricas contabilísticas da EP que poderão ter impacto nas contas públicas são aquelas que reflectem os fluxos financeiros que se estabelecem entre a EP e entidades das Administrações Públicas. As rubricas contabilísticas relevantes são o “Estado e Outros Entes Públicos” (Balanço: 355,1 M€ no activo e 63.0 M€ no passivo), “Estimativa de IRC” (Nota 28 - Imposto do Exercício: 82,2 M€) e a Contribuição de Serviço Rodoviário (Nota 21 – Vendas e Prestação de Serviços: 556,3 M€, Nota 23 - Fornecimento e Serviços Externos: 11,1 M€, Nota 19 - Outras contas a pagar: 1,8 M€ e Nota 11 - Clientes e outras contas a receber: 91,6 M€).

#### **c. Informação financeira prospectiva:**

Compromissos assumidos, informação previsional de carácter plurianual, para o período da concessão, sobre a actividade da concessionária, nomeadamente quanto a resultados, necessidades de financiamento, dividendos a pagar ao accionista e impostos sobre os resultados (Base 12, número 4, alínea b do Decreto-Lei nº 110/2009 de 18 Maio):

As tabelas seguintes explicitam, a preços correntes e a preços constantes, a informação financeira prospectiva relativa aos compromissos assumidos.

#### **Informação Previsional – Compromissos assumidos até 31-12-2007**

Na tabela I apresenta-se a Informação Previsional dos fluxos financeiros futuros para a EP relativos aos compromissos assumidos até 31 de Dezembro de 2007, representando a situação de partida, no enquadramento anterior à implementação do novo modelo de gestão e financiamento do sector das infra-estruturas rodoviárias.

Como principais pressupostos de índole económica, destaca-se a não prossecução de qualquer investimento na expansão da rede existente (por via directa ou subcontratada) e inexistência de qualquer fluxo com as Concessões do Estado, com excepção da remuneração das Concessões em regime SCUT. A única receita substantiva da EP decorre das transferências do Orçamento do Estado, consideradas em linha com o verificado em 2007, à semelhança da remanescente actividade operacional da empresa.

Tendo presente a relação entre a EP e o Estado, foram igualmente projectados os fluxos financeiros da EP com o Estado, na óptica da EP, considerando como outflows da EP (recebimentos do Estado) o IRC, o Imposto de selo e os Dividendos, e, como inflows da EP (desembolsos do Estado) as transferências do OE.

Relativamente aos valores apresentados no Relatório e Contas de 2009, apenas foi efectuada uma actualização do indexante da taxa de juro.

**I. INFORMAÇÃO PREVISIONAL – Compromissos Assumidos até 31-12-2007**

Valores a preços correntes

| m€                                   | 2012     | 2013     | 2014      | 2015      | 2016    | 2017      | 2018    | 2019      | 2020    | 2021      | 2022      | 2023        | 2024      | 2025        | 2026      | 2027        | 2028      |             |           |
|--------------------------------------|----------|----------|-----------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|
| <b>Projeções a 31-12-2007</b>        |          |          |           |           |         |           |         |           |         |           |           |             |           |             |           |             |           |             |           |
| Resultado Líquido                    | (58,053) | (60,921) | (135,560) | (183,808) | ...     | (647,474) | ...     | (712,363) | ...     | (783,811) | ...       | (1,066,630) | ...       | (1,575,387) | ...       | (2,077,131) | ...       | (2,605,227) |           |
| Necessidades de Financiamento Anuais | 844,480  | 832,841  | 911,972   | 946,046   | ...     | 1,316,821 | ...     | 615,697   | ...     | 656,689   | ...       | 911,299     | ...       | 1,386,488   | ...       | 1,846,313   | ...       | 2,334,784   |           |
| Dividendos a pagar                   | (a)      | --       | --        | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...       | --          | ...       | --          | ...       | --          | ...       | --          |           |
| Impostos sobre o rendimento (IRC)    | (b)      | --       | --        | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...       | --          | ...       | --          | ...       | --          | ...       | --          |           |
| Fluxos financeiros com o Estado      | (c)      | 571,147  | 582,570   | 594,221   | 606,106 | ...       | 724,353 | ...       | 882,982 | ...       | 1,076,350 | ...         | 1,312,065 | ...         | 1,599,399 | ...         | 1,949,659 | ...         | 2,284,336 |

**I. INFORMAÇÃO PREVISIONAL – Compromissos Assumidos até 31-12-2007**

Valores a preços constantes

| m€                                   | 2012     | 2013     | 2014      | 2015      | 2016    | 2017      | 2018    | 2019      | 2020    | 2021      | 2022    | 2023      | 2024    | 2025      | 2026    | 2027      | 2028    |           |         |
|--------------------------------------|----------|----------|-----------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|
| <b>Projeções a 31-12-2007</b>        |          |          |           |           |         |           |         |           |         |           |         |           |         |           |         |           |         |           |         |
| Resultado Líquido                    | (55,909) | (65,846) | (125,482) | (166,808) | ...     | (491,669) | ...     | (443,762) | ...     | (400,551) | ...     | (447,155) | ...     | (541,789) | ...     | (586,010) | ...     | (627,315) |         |
| Necessidades de Financiamento Anuais | 813,282  | 786,347  | 844,176   | 858,547   | ...     | 999,947   | ...     | 383,544   | ...     | 335,588   | ...     | 382,037   | ...     | 476,825   | ...     | 520,89    | ...     | 562,195   |         |
| Dividendos a pagar                   | (a)      | --       | --        | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...     | --        |         |
| Impostos sobre o rendimento (IRC)    | (b)      | --       | --        | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...     | --        | ...     | --        |         |
| Fluxos financeiros com o Estado      | (c)      | 550,047  | 550,047   | 550,047   | 550,047 | ...       | 550,047 | ...       | 550,047 | ...       | 550,047 | ...       | 550,047 | ...       | 550,047 | ...       | 550,047 | ...       | 550,047 |

(a) Para estas actividades em exclusivo e não tendo sido realizado o exercício de restrição de capital próprio, assume-se que o cash flow disponível possa ser distribuído como dividendo não podendo ser superior ao resultado líquido do exercício.

(b) Para estas actividades em exclusivo e numa óptica de cash-flow.

(c) Na óptica da EP. Inclui outflows: IRC e Dividendos e inflows: Transferência do OE, numa óptica de cash-flow.

## **Compromissos assumidos em 2008, 2009 e 2010**

Com efeitos em 2008, o modelo de gestão e financiamento da EP sofreu alterações, entre as quais a criação da Contribuição de Serviço Rodoviário, receita própria que substitui as transferências do Orçamento do Estado, o lançamento de subconcessões por substituição da efectivação de investimento directo, a consolidação do compromisso de introdução de portagens em três concessões SCUT, a reversão de todas as Concessões do Estado para a EP após o termo dos seus prazos contratuais, a reestruturação da EP, a criação de um pagamento ao INIR e de uma renda da Concessão EP, devida ao Estado.

A tabela II explicita os valores projectados para os principais fluxos económicos e fiscais, subjacentes quer ao anterior modelo de gestão, quer ao novo modelo de gestão.

Os valores previsionais apresentados consideram os efeitos estimados da realização do novo modelo de gestão e financiamento do sector das infra-estruturas rodoviárias, nas suas principais dimensões, e foram gerados pela revisão do modelo económico-financeiro até ao termo da Concessão da EP efectuada no final de 2010, que, inter alia, considera o orçamento de 2011, yields de dívida actualizados, novas perspectivas de inflação para o curto prazo, bem como os fluxos das Subconcessões adjudicadas durante o ano de 2010. Este modelo incorpora um detalhe substancial de pressupostos, e que tem como objectivo projectar a actividade futura da empresa. Note-se que a actividade da empresa está sujeita a variáveis exógenas, cuja evolução futura poderá gerar valores diversos dos aqui explicitados.

A projecção da actividade da empresa, para além de contemplar as Concessões do Estado (que migrarão para a EP após findos os respectivos contratos) inclui ainda a operação interna da rede de estradas a cargo directo da EP, tendo sido elaboradas projecções considerando somente os compromissos assumidos até 31 de Dezembro de 2010, nomeadamente as subconcessões adjudicadas durante o ano de 2008 (AE Transmontana e Douro Interior) e 2009 (Baixo Tejo, Baixo Alentejo, Litoral Oeste e Algarve Litoral) e 2010 (Pinhal Interior). Foi desconsiderada qualquer expansão de rede adicional através de investimento directo ou de contratualização de novas subconcessões para além das já adjudicadas em 2008, 2009 e 2010. As duas principais fontes de receita da EP no novo modelo são a Contribuição de Serviço Rodoviário (regulada) e as receitas provenientes de portagens a originar nas Subconcessões e nas Concessões do Estado, incluindo as SCUT, onde foi considerada a introdução de portagens nas quatro SCUT para as quais já houve anúncio pelo Governo.

A renda da Concessão, devido ao estabelecido no Contrato de Concessão, não é expectável ser devida a curto prazo. Foram tidas em conta as economias nos custos operacionais da EP decorrentes da reestruturação efectuada.

Tendo presente o perfil previsionial da curva de investimento da empresa e, subjacentes necessidades de financiamento, só é estimada a distribuição de dividendos após amortização da dívida e não podendo exceder o resultado líquido do exercício.

## II. COMPROMISSOS ASSUMIDOS ENTRE 2008 E 2010

Valores a preços correntes (Base de CF)

| m€   | 2012      | 2013      | 2014      | 2015      | 2024      | 2034      | 2044        | 2054        | 2064        | 2074        | 2082        |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Previsões dos impactos das principais alterações introduzidas entre 2008 e 2010</b> |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| <b>(A) Receitas</b>  |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| Transferência do Orçamento de Estado   | 571,147   | 582,570   | 594,221   | 606,106   | 724,353   | 882,982   | 1,076,350   | 1,312,065   | 1,599,399   | 1,949,659   | 2,284,336   |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| Contribuição do Serviço Rodoviário   | 559,836   | 573,924   | 591,516   | 609,380   | 796,852   | 1,072,500 | 1,376,884   | 1,677,658   | 2,045,978   | 2,492,912   | 2,920,844   |
| Variação ( b - a )   | (11,311)  | (8,646)   | (2,705)   | 3,274     | 72,500    | 189,518   | 300,534     | 365,594     | 446,578     | 543,253     | 636,507     |
| (B) Subconcessões adjudicadas entre 2008 e 2010  |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| Encargos de manutenção e conservação   | (40,416)  | (40,249)  | (40,978)  | (41,797)  | (49,963)  | (60,890)  | (74,242)    | (90,480)    | (110,319)   | (134,448)   | (170,496)   |
| Proveitos  | 72,406    | 133,476   | 171,625   | 185,138   | 335,489   | 479,845   | 586,082     | 714,421     | 871,270     | 1,061,592   | 1,346,221   |
| Encargos   | --        | --        | (401,731) | (632,398) | (651,295) | (680,161) | (209,748)   | (141,371)   | (172,369)   | (210,070)   | (266,393)   |
| Variação ( b - a )   | 112,822   | 173,225   | (189,129) | (405,464) | (265,843) | (38,425)  | 450,576     | 663,530     | 809,220     | 985,971     | 1,250,325   |
| (C) Concessões SCUT  |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| Encargos SCUT  | (757,196) | (719,256) | (759,463) | (755,892) | (715,931) | --        | --          | --          | --          | --          | --          |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| Proveitos  | 201,215   | 254,807   | 276,728   | 291,615   | 514,698   | 883,169   | 1,130,832   | 1,377,903   | 1,680,357   | 2,047,492   | 2,596,456   |
| Encargos   | (724,229) | (697,646) | (836,756) | (714,866) | (702,914) | (188,647) | (75,956)    | (90,422)    | (110,661)   | (135,392)   | (172,293)   |
| Variação ( b - a )   | 234,183   | 276,416   | 339,435   | 332,641   | 527,714   | 694,522   | 1,056,876   | 1,287,481   | 1,569,696   | 1,912,099   | 2,424,163   |
| (D) Concessões do Estado   |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| Taxas de gestão de contrato  | 565       | 964       | 1,096     | 1,175     | 1,833     | 2,676     | --          | --          | --          | --          | --          |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| Proveitos  | 257,671   | 296,660   | 318,853   | 339,327   | 549,588   | 1,378,608 | 3,886,386   | 4,736,418   | 5,774,965   | 7,038,067   | 8,925,083   |
| Encargos correntes   | (249,134) | (330,278) | (364,703) | (377,508) | (604,635) | (466,232) | (145,457)   | (178,005)   | (218,074)   | (267,101)   | (340,227)   |
| Encargos decorrentes de reequilíbrios  | (7,558)   | (7,645)   | (7,274)   | (6,901)   | 8,757     | --        | --          | --          | --          | --          | --          |
| Variação ( b - a )   | 413       | (42,226)  | (64,220)  | (46,257)  | (48,123)  | 909,699   | 3,740,929   | 4,558,413   | 5,556,891   | 6,770,966   | 8,584,856   |
| (E) Custos operacionais de estrutura da EP   |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  | (78,681)  | (80,254)  | (81,859)  | (83,497)  | (99,786)  | (121,639) | (148,277)   | (180,749)   | (220,332)   | (268,583)   | (314,688)   |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  | (57,511)  | (57,908)  | (68,313)  | (58,726)  | (70,183)  | (86,295)  | (110,975)   | (135,278)   | (164,903)   | (201,016)   | (236,522)   |
| Variação ( b - a )   | 21,170    | 22,347    | 23,547    | 24,771    | 29,603    | 33,343    | 37,302      | 45,471      | 55,429      | 67,567      | 79,166      |
| (F) Custos de manutenção da EP   |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  | (201,807) | (276,507) | (287,973) | (289,959) | (329,408) | (386,950) | (536,034)   | (645,388)   | (785,271)   | (957,026)   | (1,213,620) |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  | (204,234) | (280,855) | (292,557) | (294,635) | (334,996) | (474,946) | (781,153)   | (953,629)   | (1,161,099) | (1,415,055) | (1,794,454) |
| Variação ( b - a )   | (2,426)   | (4,348)   | (4,584)   | (4,675)   | (5,589)   | (87,997)  | (245,119)   | (308,241)   | (375,828)   | (458,029)   | (580,834)   |
| (G) Outros custos  |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  | (2,928)   | (3,144)   | (3,258)   | (3,363)   | (46,105)  | (76,015)  | (265,024)   | (323,889)   | (395,930)   | (484,129)   | (568,762)   |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  | (2,928)   | (3,144)   | (3,258)   | (3,363)   | (46,105)  | (76,015)  | (265,024)   | (323,889)   | (395,930)   | (484,129)   | (568,762)   |
| Variação ( b - a )   | --        | --        | --        | --        | --        | --        | --          | --          | --          | --          | --          |
| (H) Efeitos fiscais  |           |           |           |           |           |           |             |             |             |             |             |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  | 71,954    | 51,270    | 134,258   | 146,925   | 26,049    | --        | --          | --          | --          | --          | --          |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  | 71,954    | 51,270    | 134,258   | 146,925   | 26,049    | --        | --          | --          | --          | --          | --          |
| Variação ( b - a )   | --        | --        | --        | --        | --        | --        | --          | --          | --          | --          | --          |
|  | 71,954    | 51,270    | 134,258   | 146,925   | 26,049    | (368,495) | (1,019,380) | (1,265,434) | (1,542,663) | (1,880,368) | (2,203,151) |
| Variação ( b - a )   | --        | --        | --        | --        | --        | (368,495) | (1,019,380) | (1,265,434) | (1,542,663) | (1,880,368) | (2,203,151) |

## II. COMPROMISSOS ASSUMIDOS ENTRE 2008 E 2010

Valores a preços constantes (Base de CF)

| m€   | 2012      | 2013      | 2014      | 2015      | 2024      | 2034      | 2044      | 2054      | 2064      | 2074      | 2082      |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Previsões dos impactos das principais alterações introduzidas entre 2008 e 2010</b> |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| <b>(A) Receitas</b>  |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  | 550 047   | 550 047   | 550 047   | 550 047   | 550 047   | 550 047   | 550 047   | 550 047   | 550 047   | 550 047   | 550 047   |
| Transferência do Orçamento de Estado   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  | 539 154   | 541 884   | 547 543   | 553 018   | 605 101   | 668 106   | 703 629   | 703 312   | 703 629   | 703 312   | 703 312   |
| Contribuição do Serviço Rodoviário   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Variação (b) - a)  | (10 893)  | (8 163)   | (2 504)   | 2 971     | 55 054    | 118 059   | 153 582   | 153 265   | 153 582   | 153 265   | 153 265   |
| (B) Subconcessões adjudicadas entre 2008 e 2010  |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  | (89 923)  | (89 002)  | (37 931)  | (37 931)  | (37 940)  | (37 931)  | (37 940)  | (37 931)  | (37 940)  | (37 931)  | (41 064)  |
| Encargos de manutenção e conservação   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  | 69 731    | 126 025   | 158 867   | 168 014   | 254 758   | 298 916   | 299 506   | 299 501   | 299 637   | 299 501   | 324 158   |
| Provetos   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Encargos   | --        | --        | (371 867) | (573 908) | (494 570) | (361 407) | (107 188) | (59 266)  | (59 279)  | (59 266)  | (64 145)  |
| Variação (b) - a)  | 108 654   | 164 027   | (175 069) | (367 962) | (201 872) | (24 560)  | 230 258   | 278 167   | 278 298   | 278 167   | 301 067   |
| (C) Concessões SCUT  |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  | (729 223) | (679 103) | (703 005) | (685 980) | (643 652) | --        | --        | --        | --        | --        | --        |
| Encargos SCUT  |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  | 193 782   | 240 582   | 256 156   | 264 643   | 390 843   | 550 164   | 577 889   | 577 648   | 577 889   | 577 648   | 625 203   |
| Provetos   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Encargos   | (697 474) | (658 699) | (644 959) | (648 748) | (533 767) | (117 516) | (37 794)  | (37 907)  | (38 057)  | (38 197)  | (41 486)  |
| Variação (b) - a)  | 225 532   | 260 985   | 314 202   | 301 875   | 400 727   | 432 647   | 540 095   | 539 741   | 539 832   | 539 451   | 583 716   |
| (D) Concessões do Estado   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  | 545       | 910       | 1 015     | 1 066     | 1 392     | 1 667     | --        | --        | --        | --        | --        |
| Taxas de gestão de contrato  |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  | 248 152   | 280 099   | 295 149   | 307 942   | 417 338   | 858 794   | 1 986 061 | 1 985 614 | 1 986 061 | 1 985 614 | 2 149 079 |
| Provetos   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Encargos correntes   | (239 930) | (311 840) | (337 591) | (342 592) | (459 138) | (290 436) | (74 333)  | (74 624)  | (74 998)  | (75 356)  | (81 924)  |
| Encargos decorrentes de reequilíbrios  | (7 279)   | (7 218)   | (6 733)   | (6 263)   | 6 650     | --        | --        | --        | --        | --        | --        |
| Variação (b) - a)  | 398       | (39 868)  | (50 190)  | (41 979)  | (36 543)  | 566 690   | 1 911 728 | 1 910 990 | 1 911 063 | 1 910 258 | 2 067 155 |
| (E) Custos operacionais de estrutura da EP   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  | (75 774)  | (75 774)  | (75 774)  | (75 774)  | (75 774)  | (75 774)  | (75 774)  | (75 774)  | (75 774)  | (75 774)  | (75 774)  |
| Taxas de gestão de contrato  |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  | (65 386)  | (54 675)  | (53 978)  | (53 294)  | (53 294)  | (65 003)  | (56 712)  | (56 712)  | (56 712)  | (56 712)  | (56 712)  |
| Provetos   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Encargos correntes   | 20 388    | 21 099    | 21 796    | 22 480    | 22 480    | 20 771    | 19 062    | 19 062    | 19 062    | 19 062    | 19 062    |
| Encargos decorrentes de reequilíbrios  |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Variação (b) - a)  | (194 352) | (261 071) | (266 565) | (263 141) | (250 140) | (241 048) | (273 930) | (270 561) | (270 062) | (270 001) | (292 229) |
| (F) Custos de manutenção da EP   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  | (196 689) | (265 176) | (270 808) | (267 384) | (254 384) | (396 865) | (399 193) | (399 783) | (399 312) | (399 222) | (432 088) |
| Encargos correntes   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  | (2 337)   | (4 105)   | (4 243)   | (4 243)   | (4 244)   | (64 817)  | (125 263) | (129 222) | (129 251) | (129 222) | (139 860) |
| Encargos correntes   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Variação (b) - a)  | (2 337)   | (4 105)   | (4 243)   | (4 243)   | (4 244)   | (64 817)  | (125 263) | (129 222) | (129 251) | (129 222) | (139 860) |
| (G) Outros custos  |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  | (2 820)   | (2 968)   | (3 016)   | (3 052)   | (35 011)  | (47 353)  | (135 435) | (135 782) | (136 164) | (136 565) | (136 953) |
| Encargos correntes   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  | (2 820)   | (2 968)   | (3 016)   | (3 052)   | (35 011)  | (47 353)  | (135 435) | (135 782) | (136 164) | (136 565) | (136 953) |
| Encargos correntes   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Variação (b) - a)  | --        | --        | --        | --        | --        | --        | --        | --        | --        | --        | --        |
| (H) Efeitos fiscais  |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| a) Fluxos com o modelo de gestão anterior  | 69 296    | 48 408    | 124 277   | 133 336   | 19 781    | (230 174) | (520 934) | (530 499) | (530 535) | (530 499) | (530 499) |
| Encargos correntes   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| b) Fluxos com o novo modelo de gestão  | 69 296    | 48 408    | 124 277   | 133 336   | 19 781    | (230 174) | (520 934) | (530 499) | (530 535) | (530 499) | (530 499) |
| Encargos correntes   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Variação (b) - a)  | --        | --        | --        | --        | --        | --        | --        | --        | --        | --        | --        |

### Notas:

- Os fluxos descritos de (A) a (H) estão acrescidos de IVA, quando aplicável.
- (A) Receitas provenientes do Estado: transferência do Orçamento de Estado (PIDDAC e funcionamento no modelo anterior, crescimento de acordo com o IPC) e Contribuição de Serviço Rodoviário (receita líquida, regulada pela Lei n.º 55/2007 de 31 de Agosto, considerando uma revisão anual das taxas em linha com a inflação e um aumento anual de consumo de combustíveis de 1% até 2039).
- (B) Subconcessões adjudicadas entre 2008 e 2010: inclui os fluxos com as subconcessões Douro Interior e AE Transmontana (2008); Baixo Tejo, Baixo Alentejo, Litoral Oeste e Algarve Litoral (2009) e Pinhal Interior e Rota Oeste (2010).
- (C) Concessões SCUT: inclui o efeito decorrente da introdução de portagens em todas as concessões SCUT, anunciado pelo Governo, e os fluxos com todas as concessões SCUT após a reversão para a EP e até 2082; custos com renda com IVA.
- (D) Concessões do Estado: inclui o efeito decorrente de renegotiações e reequilíbrios entre o Estado e as concessionárias, e os fluxos com todas as concessões do Estado após a reversão para a EP e até 2082. Os fluxos com o modelo anterior incluem as taxas de gestão das concessões Douro Litoral e Grande Lisboa.
- (E) Custos operacionais de estrutura EP: inclui custos com Pessoal e FSE Funcionamento Corrente, considerando os efeitos da reestruturação em curso nos primeiros anos e a partir de 2011, um crescimento de acordo com o IPC.
- (F) Custos de manutenção da EP: inclui os fluxos com custos correntes (conservação, segurança rodoviária e TI) e com investimentos em operação, manutenção e requalificação. Foram excluídos os encargos com os km existentes em 2007 das subconcessões adjudicadas entre 2008 e 2010.
- (G) Outros custos: inclui os pagamentos ao INR e a renda da concessão EP.
- (H) Efeitos fiscais: inclui o efeito do imposto do Selo e do IVA, no novo modelo de gestão.

### **Informação Previsional - Compromissos assumidos até 31-12-2010**

A tabela III diz respeito à Informação Previsional dos fluxos financeiros futuros para a EP à data de 31 de Dezembro de 2010. Ou seja, reflecte a situação da EP à data de 31 de Dezembro de 2010, em resultado quer da situação de partida em 31 de Dezembro de 2007 (anterior ao novo modelo de gestão e financiamento), quer do efeito dos compromissos assumidos durante os anos de 2008, 2009 e 2010, decorrendo da implementação do novo modelo de gestão e financiamento e do lançamento das novas concessões.

À semelhança da tabela I, foram projectados os resultados líquidos anuais, as necessidades de financiamento anuais, os dividendos a pagar e os impostos sobre o rendimento (IRC). Para além disso, foram projectados os fluxos financeiros da EP com o Estado, na óptica da EP, considerando-se aqui como outflows da EP (recebimentos do Estado) o IRC, o Imposto de selo, a Renda da Concessão EP, os Dividendos e o Valor Residual, e, como inflows da EP (desembolsos do Estado) a redução do ISP (Imposto sobre os Produtos Petrolíferos, por efeito da criação da Contribuição de Serviço Rodoviário), tendo-se apurado igualmente a variação dos fluxos financeiros entre a EP e o Estado, por comparação entre a informação previsional a 31-12-2007 e a informação previsional a 31-12-2010.

### III. INFORMAÇÃO PREVISIONAL - COMPROMISSOS ASSUMIDOS ATÉ 31.12.2010

Valores a preços correntes

| m €   | 2012     | 2013     | 2014     | 2015     | 2024      | 2034      | 2044        | 2054        | 2064        | 2074        | 2082         |
|---|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| <b>Resultado Líquido</b>                                  | 47,915   | (33,898) | (13,259) | 8,595    | 178,957   | 1,245,018 | 3,198,737   | 4,093,275   | 5,156,976   | 6,468,857   | 7,603,965    |
| <b>Necessidades de Financiamento Anuais</b>               | 216,431  | 175,177  | 494,077  | 768,138  | 610,702   | --        | --          | --          | --          | --          | --           |
| <b>Dividendos a pagar (a)</b>                             | --       | --       | --       | --       | --        | --        | 3,198,737   | 4,093,275   | 5,041,370   | 6,327,342   | 7,503,548    |
| <b>Impostos sobre o rendimento (IRC) (b)</b>              | (29,049) | 8,216    | 15,730   | (70)     | (74,057)  | (506,039) | (1,151,058) | (1,472,516) | (1,855,470) | (2,327,504) | (2,754,132)  |
| <b>Fluxos financeiros com o Estado (c)</b>                | 513,121  | 563,418  | 584,937  | 577,209  | 615,249   | 444,085   | (3,718,808) | (4,633,569) | (5,225,946) | (6,619,158) | (7,872,547)  |
| Variação dos fluxos financeiros entre a EP e o Estado (d) | (58,026) | (19,152) | (9,285)  | (28,896) | (109,104) | (438,897) | (4,795,158) | (5,945,634) | (6,825,345) | (8,568,817) | (10,156,883) |

### III. INFORMAÇÃO PREVISIONAL - COMPROMISSOS ASSUMIDOS ATÉ 31.12.2010

Valores a preços constantes

| m €   | 2012     | 2013     | 2014     | 2015     | 2024     | 2034      | 2044        | 2054        | 2064        | 2074        | 2082        |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Resultado Líquido</b>                                  | 45,567   | (32,006) | (12,274) | 7,800    | 135,893  | 775,575   | 1,634,651   | 1,715,994   | 1,773,529   | 1,825,025   | 1,830,965   |
| <b>Dividendos a pagar (a)</b>                             | 208,436  | 165,398  | 457,347  | 697,093  | 463,745  | --        | --          | --          | --          | --          | --          |
| <b>Impostos sobre o rendimento (IRC) (b)</b>              | --       | --       | --       | --       | --       | --        | 1,634,651   | 1,715,994   | 1,733,771   | 1,785,101   | 1,806,786   |
| <b>Fluxos financeiros com o Estado (c)</b>                | (27,975) | 7,758    | 14,560   | (64)     | (56,236) | (315,233) | (588,226)   | (617,312)   | (638,112)   | (656,647)   | (663,170)   |
| Variação dos fluxos financeiros entre a EP e o Estado (d) | (55,883) | (18,083) | (8,594)  | (26,224) | (82,850) | (273,408) | (2,450,470) | (2,492,545) | (2,347,299) | (2,417,477) | (2,445,685) |

(a) Para estas actividades em exclusivo e não tendo sido realizado o exercício de restrição de capital próprio, assume-se que o cash flow disponível, a partir de 2042, possa ser distribuído como dividendo não podendo ser superior ao resultado líquido do exercício.

(b) Para estas actividades em exclusivo e numa óptica de cash-flow.

(c) Na óptica da EP. Inclui outflows: IRC, imposto do Selo, Renda da Concessão EP e Dividendos e inflows: Redução do ISP (por criação da CSR), numa óptica de cash-flow.

**Nota:** Nestas projecções, em termos de Subconcessões, inclui-se a AE Transmontana e a Douro Interior, adjudicadas em 2008, a Baixo Tejo, a Baixo Alentejo, a Litoral Oeste e a Algarve Litoral, adjudicadas em 2009 e a Pínhaz Interior, adjudicada em 2010, tal como a Rota Oeste.

### **33 Eventos subsequentes**

Não existem quaisquer eventos subsequentes relevantes a relatar.

### **34 Outros factos relevantes**

No âmbito das negociações entre o Estado como Concedente e o Grupo ASCENDI, que tiveram como principal objectivo a introdução de portagens reais nas Concessões Beira Litoral e Alta, Grande Porto e Costa da Prata, anteriormente em regime SCUT, foi acordado pelas partes integrar no processo negocial vários pedidos de reequilíbrio financeiro submetidos no passado relativamente à globalidade das Concessionárias do Grupo. Estas negociações desenvolveram-se no decorrer de 2009 e 2010, tendo sido celebrado um Acordo Quadro Final em 5 de Julho de 2010.

Em contexto semelhante, foi estabelecido um Acordo Quadro Final entre o Estado e a Concessionária Euroscut do Norte Litoral em 20 de Julho de 2010.

A Concessionária Norscut (Concessão do Interior Norte) tem um Acordo de reposição de equilíbrio económico-financeiro celebrado com o Estado em Julho de 2008.

A EP aguarda nos termos dos n.º 7 e 8 da Base 2 do art. 2º do Decreto-lei n.º 110/2009 de 18 de Maio, que lhe seja determinado os efeitos financeiros decorrentes dos acordos com a ASCENDI e com a Norscut.

A Técnica Oficial de Contas,

Sara Rodrigues

O Conselho de Administração,

Almerindo da Silva Marques, Presidente

Eduardo Andrade Gomes, Vice-Presidente

Rui Nelson Ferreira Dinis, Vogal

José Emílio C. Garrido Castel-Branco, Vogal

Ana Sofia Côrte-Real de Matos Tomaz, Vogal



RELATÓRIO E PARECER  
**DO CONSELHO FISCAL**  
**2010**

Nos termos dos Estatutos da Estradas de Portugal, S.A. (EP) e em conformidade com o disposto na alínea g) do número 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal (CF) elaborar o relatório anual global da sua acção fiscalizadora e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício, apresentados pelo Conselho de Administração (CA), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Por sua vez, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, sobre os Princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado, “...os membros do órgão de fiscalização devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.”

É neste âmbito que os membros do órgão de fiscalização da EP – Estradas de Portugal, S.A. emitem o presente Relatório.

### **Acção Fiscalizadora do CF**

No âmbito das suas funções de fiscalização, o CF desta sociedade, durante o ano de 2010, acompanhou a actividade da EP através da informação financeira produzida, das actas das reuniões do Conselho de Administração, de pareceres do Gabinete Jurídico, de reuniões realizadas entre si, com os Serviços, com o ROC e os Auditores Externos, num total de 13 reuniões, das quais elaborou as Actas que se encontram registadas junto da Sociedade, no respectivo Livro de Actas.

O CF emitiu os Pareceres que, nos termos da lei, lhe foram solicitados pela empresa durante aquele ano, nomeadamente os relativos às operações de endividamento da sociedade e à inexistência de incompatibilidades entre a prestação de serviços de consultoria para o desenvolvimento da Sustentabilidade na EP, pela PricewaterhouseCoopers, Assessoria de Gestão, Lda e a prestação dos serviços de auditoria pela PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda.

Durante o ano em apreço, o CF propôs a renovação do mandato do Revisor Oficial de Contas da sociedade - SROC Esteves, Pinho & Associados, representada por Rui Manuel Correia de Pinho - para o período de 2010 a 2012, e seleccionou como auditor externo, para o mesmo período, a PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda., que contratualizou, de novo, com a empresa os serviços de auditoria, de exame simplificado e revisão das contas previsionais, bem como os de avaliação do Controlo Interno da EP.

### **Princípios de Bom Governo (PBG)**

#### Avaliação do desempenho dos gestores

Os membros do Conselho de Administração da EP, em exercício a 31 de Dezembro de 2010, foram eleitos em Assembleia Geral de 23 de Julho de 2010. Ao contrário do que sucedeu no período anterior, de 2007 a 2009, não foram celebrados contratos de gestão com cada um dos membros.

Neste sentido, os objectivos prosseguidos pela Administração, no ano de 2010, corresponderam aos fixados no Contrato de Concessão (CC) relacionados com o Grau de Cumprimento

do referido CC e com o Índice de Gravidade dos Acidentes nas Travessias Urbanas na Rede Rodoviária Nacional, nos termos em que foram apresentados no Relatório e Contas do Conselho de Administração.

Relativamente ao primeiro objectivo, apurado com base em três indicadores, dois deles foram atingidos, designadamente os relacionados com a Sinistralidade e com as Externalidades Ambientais, ficando o terceiro, o Nível de Serviço - que mede a qualidade da operacionalidade das vias com degradação - a 89,2% dos objectivos (205 pontos em 240 pontos possíveis), por impedimentos derivados da não contratualização da subconcessão AE Centro, que inclui o IP3.

Relativamente ao Índice de Gravidade, foi cumprido o objectivo de 2010, uma vez que o mesmo atingiu um valor inferior ao máximo fixado no CC.

Com o exercício de 2010, foi dado início ao segundo mandato da administração da empresa, após a sua transformação em SA e a celebração do contrato de concessão. Foi um período exigente, em que os membros do Conselho de Administração prosseguiram o caminho de reestruturação da empresa, iniciado em 2007, privilegiaram a formação de colaboradores, impulsionaram o processo de racionalização do seu património imobiliário, ao mesmo tempo que se confrontaram com a necessidade de alterar uma série de contratos de concessão com vista à modificação do regime de remuneração das concessões e subsequente cobrança de portagens em benefício da EP.

A Administração prosseguiu uma gestão sustentável através do desenvolvimento de acções em todas as áreas e níveis de estrutura da empresa conforme destaca no capítulo do seu Relatório de gestão intitulado “Análise de sustentabilidade”. No âmbito da gestão e controlo de riscos, sublinha-se a segregação da actividade de contratação da actividade operacional, através da criação de “uma área específica que gere todas as tarefas inerentes aos procedimentos de contratação pública, do seu lançamento até à elaboração do contrato, garantindo o controlo de todos os procedimentos em curso na empresa, bem como o cumprimento dos respectivos requisitos legais”; destacam-se também, ao nível dos sistemas de gestão financeira, as alterações que permitiram apresentar as contas da empresa de acordo com as NCRF e IFRS e as que visam o melhor controle e acompanhamento da cobrança de portagens.

#### Apreciação das estruturas e mecanismos de governo

No R&C de 2010 e em conformidade com o disposto nos artigos 278.º e 413.º do CSC, alterados pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, bem como na RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, encontram-se identificados o modelo de governo da sociedade, as remunerações dos membros dos órgãos sociais e a sua estrutura organizacional. Aquele modelo segue a modalidade de Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), não membro daquele órgão.

Por sua vez, e ainda de acordo com a mesma legislação, a EP contratou, em nome do Conselho Fiscal, uma sociedade de Auditores Externos, a PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda, sendo aquele Conselho o interlocutor da empresa com os Auditores, conforme determina o n.º 18 dos PBG. Ainda de acordo com estes Princípios e tendo em conta a dimensão e complexidade da actividade da EP, foi

atribuída a função de supervisão ao Gabinete de Auditoria Geral.

Sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração da sociedade, sublinha-se a sua redução em 5%, a partir de 1 de Junho de 2010, por aplicação do disposto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010.

### **Apreciação do R&C de 2010**

Relativamente ao Relatório de Gestão e às Demonstrações Financeiras de 2010 (R&C), remetido ao Conselho Fiscal no dia 21 de Abril de 2011, procedeu este Conselho à sua apreciação, tendo também contado, para o efeito, com a Certificação Legal de Contas, emitida pelo ROC, em 27 de Abril de 2011, e com o Relatório dos Auditores Externos, de 29 de Abril de 2011, ambos emitidos, com reserva, sobre o exercício do ano de 2010.

Em resultado da análise efectuada ao R&C, da sua discussão com os demais órgãos de fiscalização e dos esclarecimentos que entretanto foram prestados pela Direcção Financeira, destacam-se como aspectos mais relevantes:

- As demonstrações financeiras serem as primeiras preparadas pela empresa de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tendo os valores comparativos do ano de 2009 sido reformulados, em conformidade, para reflectirem os ajustamentos decorrentes da introdução das IFRS;
- Os ajustamentos de maior relevo dizerem respeito à capitalização dos encargos financeiros e à diferença na contabilização das obras de conservação periódica, que deixam de ser registadas no activo para constituir um acréscimo de custos;
- A concordância das demonstrações financeiras com a informação financeira constante do relatório de gestão;
- O facto de ter sido constituída uma provisão para o processo do IVA quando a EP, em Novembro de 2010, apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico para reembolso daquele imposto, o que deu lugar à reserva emitida pelos Auditores e pelo Revisor Oficial de Contas;
- O stock da dívida da Sociedade que aumentou 32%, passando de 1507 MEUR, no final de 2009, para cerca de 1993 MEUR, em 31 de Dezembro de 2010, ficando mesmo assim dentro do limite máximo de endividamento que foi fixado, pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública, no Relatório do OE para 2011; este acréscimo de endividamento, de 486 milhões de euros, resultou de fortes pressões de tesouraria relacionadas com pagamentos às SCUT, no montante de 724 MEUR, não compensados com receitas de portagens, em resultado do atraso considerável na introdução das mesmas, com o não recebimento de um front-fee de 200 MEUR, relacionado com o lançamento da subconcessão Auto-Estradas do Centro, e com o não recebimento do IVA, conforme a Administração havia previsto no orçamento de 2010;
- A melhoria da estrutura de dívida da empresa, que vê reduzida de 86% para 77% a componente de curto prazo, que, no entanto, se mantém num nível demasiado elevado face ao investimento de longo prazo que financia; a esta situação não é alheia a dificuldade que a

EP tem tido em recorrer ao mercado para se financiar no médio e longo prazo, sustentada apenas no seu modelo de financiamento, quadro que deverá vir a alterar-se na sequência da orientação definida no PEC de 2010-2013, que estabeleceu a necessidade de se proceder à avaliação e revisão daquele modelo;

- O aumento dos juros pagos pela EP, em 2010, 33 MEUR contra 27 MEUR no ano anterior, resultado não só do aumento da dívida contraída no ano como também do aumento generalizado dos spreads da taxa de juro; sublinha-se que o swap que a EP contratou para cobertura do risco de taxa de juro do empréstimo, a 20 anos, de 125 MEUR, se encontra devidamente contabilizado no balanço;

- A identificação dos riscos financeiros, resultantes da sua actividade, designadamente de liquidez e de taxa de juro;

- A redução nos custos com pessoal superior a 5%, apesar do aumento de 18 colaboradores entre o final do ano de 2009 e o de 2010;

- O montante das amortizações, de cerca de 178 MEUR, calculado com referência à IFRIC 12, ser função da melhor estimativa dos investimentos e das receitas a gerar ao longo do período da concessão, de aproximadamente 75 Anos, sabendo-se que estas receitas não só não dependem de decisão da empresa, como no caso das provenientes da introdução de portagens, como estão sujeitas a factores de difícil previsibilidade dado o elevado número de anos da concessão;

- O Resultado Líquido do exercício ascender a cerca de 103 MEUR, tendo a proposta de Aplicação de Resultados sido formulada em conformidade com o estabelecido nos Estatutos da empresa.

Dos aspectos mencionados, o Conselho Fiscal sublinha a sua preocupação com o quadro de financiamento da empresa, a ser agravado nos próximos anos, caso não sejam tomadas medidas adequadas à consolidação da dívida de curto prazo e ao reforço das receitas da EP, e com a hipótese dos resultados futuros da sociedade poderem vir a ser alterados pelo facto das amortizações serem calculadas com base em pressupostos assumidos para os 75 anos do período da Concessão.

Salvaguardando a reserva expressa pelos Auditores Externos e pelo Revisor Oficial de Contas, relativa a provisão para fazer face a possíveis liquidações de IVA, as contas de 2010 foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e, em nossa opinião, reflectem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da EP.

Por sua vez o Relatório de Gestão respeita as exigências de prestação de informação em conformidade com o disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na sua actual redacção, nos Princípios de Bom Governo das Empresas do SEE, anexos à RCM n.º 49/2007, de 1 de Fevereiro, e com orientações transmitidas pelo Ministério das Finanças enquanto tutela financeira da sociedade.

Para a emissão do seu parecer, o Conselho Fiscal teve também presente o Relatório dos Auditores Externos, que se anexa, e a certificação de contas da SROC.

## **PARECER**

Perante os elementos compulsados, o Conselho Fiscal entende que:

O Relatório e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração reúnem condições para aprovação;

A Proposta de Aplicação dos Resultados constante do Relatório do Conselho de Administração reúne igualmente condições para aprovação.

Lisboa, 1 de Maio de 2011

A Presidente

Graça Maria Valente Nunes Montalvão Fernandes

Os Vogais

António do Carmo Nuno de Abreu Peixoto

William Hall Woolston

CERTIFICAÇÃO  
LEGAL  
**DAS CONTAS**

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da EP – Estradas de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 15.720.996 milhares de euros e um total de capital próprio de 644.974 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 102.506 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração da Alteração dos Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa no exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, a alteração nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

EP – Estradas de Portugal, S.A.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Reserva

7 Conforme referido nas Notas 10 e 16 do Anexo às demonstrações financeiras a Empresa decidiu, por uma questão de prudência, constituir uma provisão no montante de 189.537 milhares de euros para os processos de IVA que possui com a Administração Tributária. Dado que esta provisão não reúne as condições previstas nas normas contabilísticas aplicáveis para a sua constituição, não devia a mesma ter sido registada, pelo que o montante de provisões está sobreavaliado em 189.537 milhares de euros, os activos intangíveis sobreavaliados em 104.507 milhares de euros e os resultados antes de impostos estão subavaliados em 85.030 milhares de euros.

#### Opinião

8 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo n.º 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EP – Estradas de Portugal, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, a alteração nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

#### Relato sobre Outros Requisitos Legais

9 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

#### Ênfases

10 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 8 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:

10.1 Conforme referido nas Notas 3.5 e 8 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa está a amortizar os direitos de concessão reconhecidos em Activos Intangíveis de acordo com a IFRIC n.º 12, tendo em atenção, nomeadamente os proveitos e os investimentos futuros estimados para o período da concessão. À semelhança do exercício anterior, a estimativa de amortizações para o exercício não considerou o crescimento real

*Pinho*

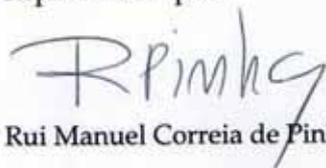
EP – Estradas de Portugal, S.A.

da contribuição do serviço rodoviário após 2011 e dos proveitos das portagens após a reversão dos contratos de concessão previstos no Plano para o período da concessão, actualizado no início de 2010. Por questões de obrigatoriedade de divulgação, foi incluída na Nota 32 c) do Anexo às demonstrações financeiras uma parte da informação prospectiva associada a esse Plano já actualizada com dados do exercício de 2010. De igual modo, foram ilustradas as vantagens deste novo modelo de gestão e financiamento da Empresa nesse horizonte temporal. Este Plano vai ser sujeito a revisões anuais, reflexo da evolução da empresa e de determinadas variáveis, bem como do conhecimento de novos factos que poderão alterar significativamente o mesmo.

9.2 O financiamento da empresa tem vindo a ser realizado fundamentalmente com recurso a endividamento bancário. Tendo em atenção os montantes de financiamento previstos para os próximos anos, a empresa deverá, conforme referido no Relatório e Contas na Mensagem do Conselho de Administração, avaliar a adopção de novas opções financeiras de modo a fazer face aos compromissos assumidos.

Lisboa, 27 de Abril de 2011

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda  
Representada por:



Rui Manuel Correia de Pinho, ROC



# RELATÓRIO **DE AUDITORIA**

## **Relatório de Auditoria**

### **Introdução**

1 Examinámos as demonstrações financeiras da EP – Estradas de Portugal, S.A., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 15.720.996 milhares de euros e um total de capital próprio de 644.974 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 102.506 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração da alteração dos capitais próprios, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades**

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Reserva**

7 Como referido na nota 10 do Anexo às demonstrações financeiras, a empresa apresenta na rubrica de Estado e outros entes públicos um saldo a receber de IVA no montante de 355.134 milhares de euros, relativamente ao qual foram efectuados pedidos de reembolso de 227.562 milhares de euros, os quais, não tendo sido aceites pela administração tributária, deram origem a liquidações adicionais de imposto e juros. Tal como referido na nota 16 do Anexo, apesar de a Empresa considerar as

---

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*  
*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*  
*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.com/pt](http://www.pwc.com/pt)*  
*Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

referidas liquidações adicionais indevidas e ter apresentado impugnação judicial do indeferimento ao recurso hierárquico, decidiu, por uma questão de prudência, constituir uma provisão para fazer face ao montante estimado de uma eventual decisão judicial desfavorável. Dado que esta provisão não reúne as condições previstas nas normas contabilísticas aplicáveis para a sua constituição, não devia a mesma ter sido registada, pelo que o montante das provisões se encontra sobreavaliado por 189.537 milhares de euros, os activos intangíveis sobreavaliados por 104.507 milhares de euros e os resultados antes de impostos subavaliados por 85.030 milhares de euros.

### **Opinião**

8 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da situação referida no parágrafo nº7 acima, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EP – Estradas de Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

9 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

### **Ênfases**

10 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 8 acima, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- a) tal como referido nas notas 3.5 e 8 do Anexo às demonstrações financeiras, as amortizações do exercício dos Activos intangíveis foram calculadas com referência à IFRIC 12, tendo por base determinados pressupostos, nomeadamente o montante global do investimento e a estimativa de proveitos da concessão, constantes das Projecções Económico Financeiras para o período remanescente da concessão. Dado que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada por efeito de determinadas variáveis macroeconómicas, decisões políticas e/ou sociais, os resultados futuros da Sociedade podem ser influenciados caso aqueles pressupostos sejam significativamente alterados, como demonstrado na análise de sensibilidade incluída na nota 4.1 do Anexo;
- b) o financiamento da actividade da Empresa tem vindo nos últimos anos a ser feito primordialmente através do recurso a financiamento bancário. Tendo em consideração os montantes de financiamento previstos para os próximos exercícios, a Empresa deverá, tal como referido no Relatório e Contas na Mensagem do Conselho de Administração, avaliar com o Accionista as possíveis opções a tomar para fazer face aos compromissos assumidos.

29 de Abril de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados  
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.



